

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências
Programa de Pós-graduação em Geografia**

ANDERSON DE FREITAS VIETRO

A INDÚSTRIA CONFECCIONISTA NO NORTE DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, linha de pesquisa Formação socioespacial: Mundo, Brasil, e Regiões.

Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

**Florianópolis
2011**

*Dedico aos meus pais Elza e José Carlos,
por me apoiarem e torcerem por mim.*

*E ao Calebe,
o sobrinho mais gente fina.*

*Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão...*
(Humberto Gessinger)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo auxílio financeiro prestado para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia da UFSC, pela possibilidade de realização deste trabalho, em especial ao Carlão e à Marli.

Agradeço à UTFPR campus Apucarana por ter-me permitido conciliar as funções do serviço público com a realização desta pesquisa.

Agradeço aos representantes de empresas, instituições e entidades que nos prestaram valiosas informações que permitiram a realização deste trabalho.

Agradeço aos grandes amigos:

Dos tempos de graduação na UEL, pelo apoio e por me acompanharem nessa jornada desde o início. Em especial à Alini, ao Anderson, ao Eduardo, à Karolyna e à Neiva.

Do período de seleção, pelo incentivo dado e pela comemoração do resultado. Em especial, aos praieiros de Itapoá: Lucy (e família), Brauer (e família), Vilma, Thiago, Sandra e Maradona, Deborah, Elenice, Lúcia, Solange e Beth.

Do convívio intenso e inesquecível na UFSC, com companheiros de jornada. Em especial ao Maycon (Paraguai), Ary (Póbre), Tássia (Chando), Thiago (Gaúcho), Joel, Solange, Elisa, Pedro e Roberto.

Aos companheiros de trabalho na UTFPR com quem dividi minhas atenções durante a realização desta pesquisa. Em especial à Gláucia, Cíntia, Edna, Rafael, Marcélia, Eliane, Samanda, Patrícia, Nilson, Régis, Hércio, Therezinha, Léia, Rogério, Priscila e Renato.

Agradeço aos professores Marcos Aurélio e Isa pelas ricas contribuições durante a qualificação desta dissertação.

Agradeço à Tânia, minha professora e orientadora desde os tempos de UEL (que me apresentou às Escrituras Rangelianas e me fez ler Manequim), pela amizade, carinho e dedicação dispensados ao longo de minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Messias, amigo, professor, orientador e cantor (nas horas vagas) por ter aceitado este desafio e pelas agradáveis conversas.

Agradeço aos meus familiares, em especial aos avós Jango e Dona Cida, e aos meus irmãos Maicon, Lucas e Matheus e à cunhada Suziane, pelo apoio recebido ao longo desta caminhada, com quem divido minhas conquistas e realizações.

Por fim, agradeço a Deus por chegar até aqui!

VIETRO, A. F. *A indústria confeccionista no Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado), 178fl, 2011. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RESUMO

A realização desta pesquisa objetivou analisar a produção confeccionista no Norte do Paraná e sua relativa concentração nas cidades de Londrina, Apucarana, Cianorte e Maringá. Objetivou também, de forma específica: discutir a gênese e evolução da atividade confeccionista nas cidades selecionadas; identificar a participação do setor confeccionista na economia do estado do Paraná; caracterizar a produção confeccionista dessas cidades e as relações de produção que se estabeleceram entre elas; analisar as estratégias adotadas pelos agentes envolvidos, para o desenvolvimento do setor confeccionista e seus reflexos no espaço geográfico norte-paranaense. Para tanto foi necessário contextualizar a evolução do setor confeccionista norte-paranaense com o desenvolvimento industrial brasileiro. Interessou identificar as diferenças e semelhanças entre as cidades, a partir de um setor industrial comum. No norte do Paraná tal atividade desenvolveu-se a partir da década de 1970, mediante iniciativa de agentes locais, investindo suas economias ou abrindo negócios a partir de certo conhecimento ou mediante experiências exitosas de vizinhos e parentes. As empresas surgiram no contexto das alterações pelas quais o norte do Paraná passava; experimentaram crescimento principalmente a partir de 1985, com intensa natalidade até meados da década de 1990. Predominam as micro e pequenas empresas. As cidades em análise apresentam especificidades em termos de produção confeccionista: Apucarana é especializada na produção de bonés, camisetas e uniformes profissionais, cuja participação é estimada em torno de 70% da produção nacional de bonés, produzindo algo em torno de 4,5 milhões de bonés ao mês, além da produção de produtos complementares. Cianorte, por sua vez, especializou-se na produção de jeans e artigos de vestuário (blusas, malhas). Maringá e Londrina, cidades mais populosas, com setor terciário bem desenvolvido apresentam produção diversificada (com destaque para jeans e roupas íntimas).

Palavras-chaves: Industrialização, Confecções, Norte do Paraná, Desenvolvimento Regional

VIETRO, A. F. *The clothing industry in the North of Paraná*. Dissertation (Mestrado), 178fl, 2011. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ABSTRACT

The realization of this research aimed to analyze the clothing production in the North of Paraná, and its relative concentration in the cities of Londrina, Apucarana, Cianorte and Maringá. It also aimed, specifically, to discuss the genesis and evolution of clothing activity in the selected cities; to identify the participation of clothing sector in the economy of the state of Paraná; to characterize the production of clothing of these cities and the relations of production established between them; to analyze the strategies adopted by engaged agents for the development of the sector and its consequences in the geographical space of North of Paraná. Therefore, it is necessary to contextualize the evolution of clothing sector of North of Parana with the development of Brazil's industry. It matters to identify the differences and similarities among the cities, from an industrial sector in common. In the North of Parana, such activity has been developed since the seventies, from the initiative of local agents, investing their savings or opening businesses with certain knowledge or through successful experiences of neighbors and relatives. The enterprises emerged in the context of the changes for which the northern of Parana passed. Experienced growth mainly after 1985, with intense stillbirth until the mid-nineties, predominantly micro and small enterprises. The cities analyzed have specificities in terms of clothing production: Apucarana is specialized in the production of caps, shirts and professional uniforms, whose participation is estimated at around 70% of national production of caps, producing so called around 4,5 million caps a month, besides the production of complementary products. Cianorte, instead, has been specialized in the production of jeans and articles of clothing (blouses, knitwear). Maringa and Londrina, the most populous cities with developed catered sector have diversified production (especially jeans and underwear).

Keywords: industrialization, clothing, North of Parana, regional development.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização da Área de Estudo	3
Mapa 02 – Colonização do Norte do Paraná	22
Mapa 03 – Expansão do Povoamento do Norte do Paraná até 1950	23
Mapa 04 – Paraná – Divisão Regional 2008	28
Mapa05 - Aspectos Físicos e Sistemas de Transportes do Norte do Paraná - 1997	30
Mapa 06 – Brasil – Distribuição dos Estabelecimentos Industriais por Unidade da Federação 1985	53
Mapa 07 - Brasil – Distribuição dos Estabelecimentos Industriais por Unidade da Federação 2008	54
Mapa 08 – Brasil – Distribuição do Pessoal Ocupado na Indústria por Unidade da Federação 1985	55
Mapa 09 - Brasil – Distribuição do Pessoal Ocupado na Indústria por Unidade da Federação 2008	56
Mapa 10 - Brasil –Estabelecimentos da Indústria Têxtil e de Confecções por Unidade da Federação 1985	99
Mapa 11 – Brasil –Estabelecimentos da Indústria Têxtil e de Confecções por Unidade da Federação 2008	100
Mapa 12 - Brasil – Pessoal Ocupado na Indústria Têxtil e de Confecções por Unidade da Federação 1985	101
Mapa 13 – Brasil – Pessoal Ocupado na Indústria Têxtil e de Confecções por Unidade da Federação 2008	102
Mapa 14 - Paraná – Evolução dos Estabelecimentos da Indústria de Confecções por Mesorregiões 1995	109
Mapa 15 - Paraná – Evolução dos Estabelecimentos da Indústria	

de Confecções por Mesorregiões 2008	110
Mapa 16 - Paraná – Evolução do Pessoal Ocupado na Indústria de Confecções por Mesorregiões 1995	111
Mapa 17 - Paraná – Evolução do Pessoal Ocupado na Indústria de Confecções por Mesorregiões 2008	112
Mapa 18 - O Corredor da Moda Paranaense	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Destino das exportações brasileiras de manufaturados têxteis (US\$1.000) em 2007	71
Gráfico 02 – Origem das importações brasileiras de manufaturados têxteis (US\$1.000) em 2007	72
Gráfico 03 – Destino das exportações brasileiras de vestuário, meias e acessórios (US\$1.000) em 2007	72
Gráfico 04 - Origem das importações brasileiras de vestuário, meias e acessórios (US\$1.000) em 2007	73
Gráfico 05 - Destino das exportações brasileiras de têxteis para o lar (US\$1.000) em 2007	73
Gráfico 06 - Origem das importações brasileiras de têxteis para o lar (US\$1.000) em 2007	74
Gráfico 07 – Brasil – investimento em máquinas para a cadeia têxtil-confecções – 2000-2007	92
Gráfico 08 – Origem das importações brasileiras de máquinas têxteis (US\$1.000) em 2007	93
Gráfico 09 – Brasil – distribuição das indústrias de confecções por porte empresarial em 2007	96

Gráfico 10 - Brasil – distribuição da produção (mil peças) de confecções, por porte empresarial, em 2007	96
Gráfico 11 – Brasil – distribuição do pessoal ocupado na indústria de confecções, por porte empresarial, em 2007	97
Gráfico 12 - Brasil – valor de produção (US\$1.000) por segmento da indústria confeccionista em 2007	97
Gráfico 13 – Consumo de tecidos (t) naturais e sintéticos na indústria confeccionista brasileira em 2007	98
Gráfico 14 – Brasil – evolução dos estabelecimentos da indústria de transformação e TC – 1985/2008	104
Gráfico 15 – Brasil – evolução do pessoal ocupado na indústria de transformação e TC – 1985/2008	104
Gráfico 16 – Paraná – evolução do pessoal ocupado na indústria de transformação e TC – 1985/2008	106
Gráfico 17 – Paraná – evolução dos estabelecimentos da indústria de transformação e TC – 1985/2008	106
Gráfico 18 - Evolução dos estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	118
Gráfico 19 – Evolução do pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	119
Gráfico 20 – Porte das indústrias têxteis e de confecções – vínculos ativos em 2008	120
Gráfico 21 – Londrina – Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	124
Gráfico 22 - Londrina – Pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	125
Gráfico 23 – Apucarana – Estabelecimentos da indústria têxtil e	

de confecções – 1985-2008	131
Gráfico 24 - Apucarana – Pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	132
Gráfico 25 - Maringá – Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	148
Gráfico 26 - Maringá – Pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	149
Gráfico 27 - Cianorte – Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	155
Gráfico 28 - Cianorte – Pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções – 1985-2008	156

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Tabela 01 - Paraná: Indústria de Transformação 2008 - indicadores selecionados	58
Tabela 02 - Comércio Exterior Brasileiro na Cadeia Têxtil-Confecções 2007	76
Tabela 03 - Distribuição da indústria de confecção brasileira por região e por segmentos em 2007	94
Quadro 01 - Origem de matérias-primas, máquinas e equipamentos do setor confeccionista de Apucarana-PR	119
Figura 01 – Paraná – Arranjos Produtivos Locais	60
Figura 02 - Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções	60
Figura 03 - Cena do Comercial das Casas Pernambucanas de 1962	65

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 - FIANDO E TECENDO ASPECTOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO NORTE DO PARANÁ	4
1.1 - As Implicações do Processo de Ocupação Territorial e a Constituição do Norte do Paraná	5
1.2 – A Formação Socioespacial Norte Paranaense	24
1.3 - Em Tempos de Crise e Pessimismo, a Ação Local Promove a Industrialização	32
2 - RECORTANDO O TECIDO: ANÁLISE DA CADEIA TÊXTIL CONFECCIONISTA NO BRASIL	61
2.1– Percursos e Percalços da Indústria Têxtil-Confeccões no Brasil: gênese e evolução	77
2.2 – O Setor Confeccionista no Paraná	105
3- COSTURANDO ELEMENTOS: O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CONFECCIONISTA NO NORTE DO PARANÁ	115
3.1 – Londrina: Pioneira em Vestuário	122
3.2 – Apucarana: a Capital Nacional do Boné	129
3.3 – Maringá: Capital da Moda	146
3.4 – Cianorte: a Capital do Vestuário	152
3.5 – O Corredor da Moda: desafios e perspectivas	160
4- ARREMATANDO A PEÇA	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

APRESENTAÇÃO

Mediante presença no norte do Paraná de inúmeras cidades em que a produção de confecções (artigos de vestuário, acessórios, etc.) é importante, a imprensa regional costuma tratar a produção confeccionista como integrante de um corredor da moda. As cidades em que a produção é mais significativa dispõem-se ao longo das principais rodovias que cortam a região, a BR-369 e BR-376, conformando um verdadeiro corredor. Longe de fazer promoção, tem-se aqui uma questão geográfica: Como se formou esse corredor e por que aí? A figura a seguir apresenta as cidades selecionadas como área de estudo.

A realização desta pesquisa objetiva analisar a produção confeccionista no Norte do Paraná e sua relativa concentração nas cidades de Londrina, Apucarana, Cianorte e Maringá. Objetiva também, de forma específica discutir a gênese e evolução da atividade confeccionista nas cidades selecionadas; identificar a participação do setor confeccionista na economia do estado do Paraná; caracterizar a produção confeccionista dessas cidades e as relações de produção que se estabelecem entre elas; analisar as estratégias adotadas pelos agentes envolvidos, para o desenvolvimento do setor confeccionista e seus reflexos no espaço geográfico norte-paranaense. Para tanto é necessário contextualizar a evolução do setor confeccionista norte-paranaense com o desenvolvimento industrial brasileiro. Interessa, identificar as diferenças e semelhanças entre as cidades, a partir de um setor industrial comum.

O Paraná não é um estado eminentemente agrícola. Possui sim, uma produção agropecuária significativa, colocando-o entre os maiores produtores agrícolas do Brasil. No entanto, o Paraná apresenta uma vigorosa dinâmica industrial. Tal dinâmica apresenta-se dispersa e de modo desigual por todo o território paranaense. Há uma concentração espacial da indústria têxtil e de confecções no Paraná, tanto em termos de estabelecimentos, quanto em termos de pessoal ocupado. Cinco cidades se destacam: Londrina, Apucarana, Maringá e Cianorte no norte do estado e Curitiba no sul. A análise direta dos dados da Relação Anual de Informações Sociais permite destacar a importância deste setor industrial para os municípios escolhidos. A indústria confeccionista é responsável em Apucarana por 27% do pessoal ocupado e por 13% dos estabelecimentos; em Cianorte por 27% do pessoal ocupado e 21% dos

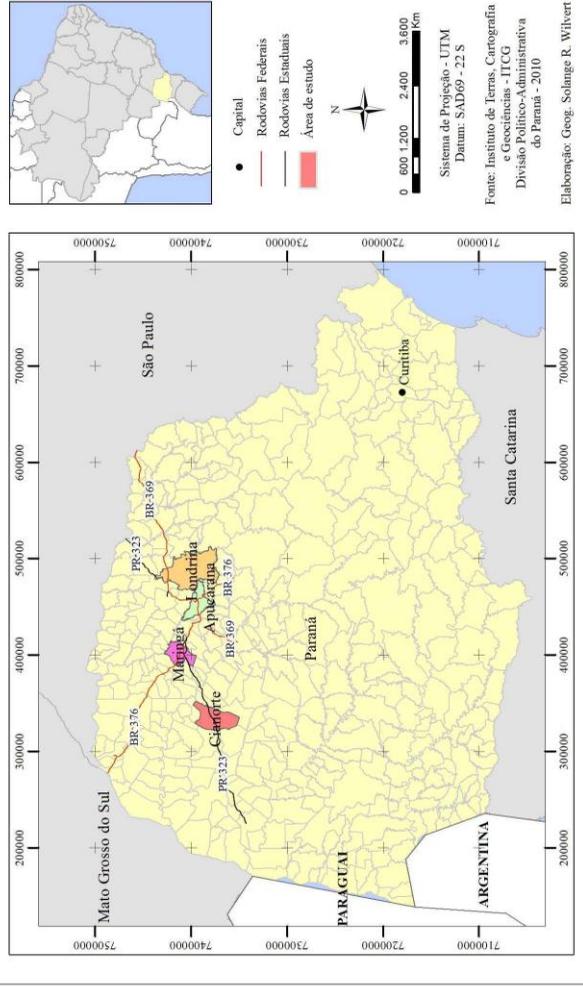
estabelecimentos; em Londrina por 5% do pessoal ocupado e 2% dos estabelecimentos; e em Maringá por 7% do pessoal ocupado e 5% dos estabelecimentos.

As cidades em análise apresentam especificidades em termos de produção confeccionista: Apucarana é especializada na produção de bonés, camisetas e uniformes profissionais. A participação de Apucarana é estimada em torno de 70% da produção nacional de bonés, produzindo algo em torno de 4,5 milhões de bonés ao mês, além da produção de produtos complementares. Cianorte, por sua vez especializou-se na produção de jeans e artigos de vestuário (blusas, malhas). Maringá e Londrina, cidades mais populosas, com setor terciário bem desenvolvido apresentam produção diversificada (com destaque para jeans e roupas íntimas).

Utilizando informações do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais) e de outras fontes oficiais como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, além da realização de entrevistas com agentes ligados ao setor produtivo (empresários, sindicatos, organizações de classes), pretendemos responder as questões ora levantadas.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro analisa a formação do norte do Paraná enquanto região industrializada, discutindo o processo de ocupação e as regionalizações oriundas do mesmo e o processo de industrialização regional e brasileiro. No segundo capítulo, discute-se o setor industrial confeccionista em si e seu desenvolvimento no Brasil e no Paraná. No terceiro capítulo, discute-se a gênese e evolução, bem como as especificidades do setor confeccionista nas cidades selecionadas. Por fim, apresentam-se algumas considerações sobre as idéias desenvolvidas neste trabalho.

Mapa 1: Localização da Área de Estudo



Sistema de Projção - UTM
Datum: SAD69 - 22 S

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG e Geociências - ITCG
Divisão Político-Administrativa do Paraná - 2010

Elaboração: Geog. Solange R. Wilvert

1- FIANDO E TECENDO ASPECTOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO NORTE DO PARANÁ

Ao nos propormos investigar o desenvolvimento de uma atividade industrial específica (confeccionista) numa região específica (Norte do Paraná) precisamos considerar como a própria região foi estruturada e como se desenvolveu. É possível explicar uma atividade econômica qualquer sem considerar a variável geográfica? Cremos que não. Qualquer atividade humana se desenvolve em algum lugar da superfície terrestre, possui uma dimensão espacial. O que nos permite dizer onde, como e por que.

Assim, é necessário dizer que existe uma categoria que permite entender a gênese e evolução de uma região, bem como os processos que sobre esta incidiram e que dela emanaram. Essa categoria é a formação socioespacial.

Tal conceito deriva-se do conceito de Formação Econômica e Social, inicialmente elaborado por Marx e Engels, para explicar a evolução de uma sociedade em sua totalidade concreta. Enquanto o modo de produção refere-se a um modelo explicativo, um conjunto de hipóteses a partir da generalização de um conjunto de sociedades com características semelhantes, a formação econômica e social está sempre ligada a uma realidade concreta, historicamente determinada. Milton Santos (1977) inclui nesta categoria a dimensão espacial. Como a noção de formação social está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade concreta, a mesma não pode ser entendida sem a noção de espaço geográfico (produto e condição de reprodução das relações sociais), passando então a assumir o status de formação histórica e geograficamente localizada (SANTOS, 1977).

O autor afirma ainda que esta noção não é indissociável do concreto. Assim, modo de produção, formação social e espaço são para ele categorias interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 1977, p. 86). Assim, cada formação socioespacial é singular, onde os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas. A formação econômico-social compreende uma estrutura técnica produtiva expressa geograficamente por certa distribuição da atividade de produção, distribuição, circulação e consumo.

Nesta compreensão, as bases físicas como o relevo, hidrografia, tipos de solo e as variações climáticas são de fundamental importância para a ocupação humana de um território. Desta forma, tal conceito permite que a relação sociedade e natureza seja apreendida, considerando processos históricos que, mesmo passíveis de generalização, têm suas particularidades definidas espacial e temporalmente (PEREIRA e VIEIRA, 2009, p. 160).

Assim, para entender como o Norte do Paraná se transformou num dos mais importantes pólos confeccionistas do Brasil e porque tal produção concentra-se em quatro cidades é imprescindível entender a sua formação socioespacial, ou seja, como o modo de produção capitalista se realizou nesta região.

1.1 - AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

O processo de povoamento e expansão do território paranaense caracterizou-se pela continuidade e pelas diferentes regiões onde a ocupação aconteceu. Nas palavras de Westphalen, Machado, Balhana, (1969, p. 261), o Paraná realmente apresenta-se constituído por comunidades autônomas, hoje, aliás, três comunidades (Tradicional, Norte e Sudoeste), convivendo, mas separadas, como se formassem estruturas diferentes, sociedades diferentes .

No entanto, as autoras já denunciavam transformações que ocorriam no sentido de unificação (econômica) do território na década de 1960 em função de ter-se completada a ocupação:

Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campos, com a criação de gado, e depois com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; as do Paraná moderno, aquelas dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo, e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou suas próprias cidades (1969, p.264).

A ocupação do norte do Paraná é muito bem descrita por Monbeig (2007), Müller (2001), Bragueto (2007), Nilo Bernardes (2007), Lygia Bernardes (2007), Fresca (2007), Padis (1981) e Andrade (1970). Em linhas gerais, todos estes autores descrevem as diversas etapas dessa ocupação, alguns privilegiando mais o período posterior a 1929, com o início das atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná. Fresca aborda a estruturação da rede urbana regional. Bragueto utiliza os conceitos de frente de expansão e frente pioneira¹ para explicar a colonização. Em termos territoriais há diferenças de ocupação entre o leste e o oeste do rio Tibagi e em termos temporais, entre a ocupação realizada de meados do século XIX até o início do século XX, entre as três primeiras décadas do século XX, e após 1929. Geograficamente, trata-se da ocupação do Norte Velho ou Pioneiro, do Norte Novo e do Norte Novíssimo. Alguns mitos acerca da ocupação do norte do Paraná precisam ser desfeitos: a ocupação do norte do Paraná não se restringe ao empreendimento realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP); a colonização não foi feita majoritariamente por imigrantes, ao contrário, quase 90% da população era brasileira, sendo 75% de origem paulista; e a geada negra de 1975 não foi o fator responsável pela eliminação da cafeicultura na região.

Faz-se necessário tecer algumas considerações sobre as bases físicas do norte do Paraná, o que permitirá entender algumas diferenças de ocupação empreendidas nesta região. Dos atributos fisiográficos do norte do Paraná, o mais conhecido é o tipo de solo predominante, a terra roxa, valorizado pela sua fertilidade. Autores como Mller (2001), Bernardes (2007), Romariz (2007) e Cambiaghi (2007),

1 Bragueto caracteriza a frente de expansão como a faixa compreendida entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica. É uma faixa povoada, mesmo que com baixos índices de densidade demográfica, porém não constitui uma frente pioneira basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir das relações com o mercado. No entanto, (...), também, não se trata de uma economia natural, pois, da frente de expansão saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. (...) A frente de expansão se relaciona com a economia de mercado tanto pela absorção do excedente demográfico da fronteira econômica como pela produção de excedentes, sendo parte integrada da formação capitalista. (...) as relações sociais estabelecidas na frente de expansão são intermediadas pelo uso privado das terras devolutas, não assumindo a terra o equivalente de mercadoria, figurando o posseiro como persona principal desta área geográfica. (2007, p. 144-5) Frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, se apresentando como fronteira econômica. Portanto, sua característica imediata é definida pela presença de empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, que inclui a compra e venda de mercadorias (inclua-se a terra) e seu transporte, além do financiamento da produção agrícola. (...) O avanço desta sobre a frente de expansão significa essencialmente a transformação da terra em propriedade privada (...) (... a terra não é ocupada, é comprada) (2007, p. 145).

baseados em Maack (1981) apresentam as características fisiográficas do norte do Paraná, destacando como fundamental para a ocupação que se sucedeu. O norte do Paraná apresenta um quadro natural bastante favorável ao estabelecimento humano, pois aí vamos encontrar um solo fértil, relevo pouco movimentado, abundância de cursos d'água, etc , sintetiza Cambiaghi (p.71).

Climaticamente representa uma zona de transição entre o clima subtropical, característico da maior parte do terceiro planalto, ao sul do rio Ivaí e o clima tropical de altitude do oeste paulista, apresentando baixas temperaturas no inverno (seco), com ocorrência de geadas, e chuvas bem distribuídas no verão (zona tropical marginal e subtropical úmida Cfa). Em termos de vegetação natural constituía domínio da mata pluvial latifoliada² (de folhas largas e perenes), com ocorrência de mata de araucária em áreas superiores a 500 metros de altitude (MAACK, 1981; ROMARIZ, 2007; BERNARDES, 2007).

Reinhard Maack, importante geólogo teuto-paranaense, realizou expedições ao longo dos anos 1930 e 1960, por todo o território paranaense, mapeando todo o sistema hidrográfico e identificando as feições geomorfológicas. Seus trabalhos, dado o detalhamento alcançado são referencias nas pesquisas geológicas realizadas no Estado. Ele distingue no Estado do Paraná cinco grandes regiões de paisagens naturais: o litoral, a serra do Mar, o primeiro planalto ou planalto de Curitiba, o segundo planalto ou planalto de Ponta Grossa e o terceiro planalto ou planalto de trapp do Paraná ou de Guarapuava (MAACK, 1981, p.82).

Se, pelo clima e vegetação, o Norte do Paraná tende a constituir uma unidade, pela geologia e formas de relevo se divide em duas províncias distintas: a região de Cinzas está localizada a SE da região, ao Sul e Leste da escarpa do planalto, fazendo parte do que os paulistas chamam de depressão periférica , e os paranaenses de Segundo Planalto . Quanto ao planalto arenito-basáltico, é ele parte da grande área de trapp

2 O seu aspecto é imponente: árvores de 25 a 30 metros de altura, de grossos troncos, tais como perobas (*Aspidosperma* sp), pau d'álho (*Gallesia gorarema*), figueiras brancas de enormes sapopembas (*Urostigma planifolia*), cedros brancos (*Cedrela fissilis*), etc., são freqüentemente encontrados. O palmito (*Euterpe edulis*) apresenta-se em grande profusão, sendo também numerosos os cipós. A mata, bastante densa, possui um solo escuro e fértil (ROMARIZ, 2007, p. 127). O texto foi publicado em 1953.

que é conhecida, no Paraná, como o Terceiro Planalto (MÜLLER, 2001, p. 94).

A região de Cinzas é formada principalmente por terrenos sedimentares paleozóicos, do permiano e do carbonífero, cortados por sistemas de diques de diabásio. Apresenta relevo escalonado, com as testas das escarpas voltadas a leste e topo em forma de mesetas inclinadas para oeste. Já o planalto arenito-basáltico é parte do grande campo de lava (Formação Serra Geral) que recobre o oeste do Paraná, apresentando capeamento arenítico em sua porção ocidental (Formação Caiuá). De modo geral, o relevo é escalonado, tendo os espigões topos planos em forma de meseta, ou suavemente arredondados. Ocorre alternância de basaltos com arenitos tanto na parte superior quanto na parte inferior do pacote de lava, e o basalto apresenta texturas diferenciadas e diferentes graus de resistência. O relevo do planalto arenito-basáltico apresenta diferenças a leste e a oeste do rio Tibagi. A leste, o planalto encontra-se fortemente dissecado pelos afluentes do Paranapanema, apresentando grande movimentação de relevo, e a erosão é mais rápida que o intemperismo, carreando freqüentemente o solo nas partes mais altas. A oeste do rio Tibagi, até Maringá, o relevo é suave, com grandes áreas planas, com exceção da zona de Apucarana, onde ocorreu forte erosão regressiva das cabeceiras, estrangulando a superfície plana do espigão. A oeste de Maringá nos domínios do arenito, ao lado de formas tabulares, de chapadas, ocorrem outeiros suaves (MÜLLER, 2001, p. 94-6).

Correspondendo às variações geológicas, o Norte do Paraná apresenta vários tipos de solos. Da decomposição dos terrenos eruptivos básicos, provém a terra-roxa que, por variações de composição, apresenta diferentes graus de fertilidade. Esta região, de modo geral é privilegiada, pois que nela ocorrem os dois tipos que permitem a lavoura do café: a terra-roxa legítima e a terra-roxa misturada. A terra roxa legítima aparece principalmente nos espigões, enquanto a misturada é encontrada nos vales, nas áreas vizinhas às formações do arenito Caiuá e na maioria das manchas de diabásio da região de Cinzas. Na área em que o basalto é capeado pelo arenito, há inversão da disposição, aparecendo a terra roxa nos vales, enquanto os espigões têm solos arenosos: fato de grande importância para a

lavoura cafeeira que, nestes casos, ou tem que se contentar com terras altas pobres, ou precisa enfrentar o risco das geadas para o aproveitamento das terras mais férteis. Além da terra roxa, o Norte do Paraná tem grande extensão de terras arenosas, onde quer que ocorra o arenito, e os solos provenientes das formações sedimentares permo-carboníferas da área de Cinzas (MÜLLER, 2001, p. 97).

Lygia Bernardes discorre sobre a diversidade topográfica do planalto basáltico do Paraná ou terceiro planalto paranaense, variando das grandes extensões de relevo suave, com largos espigões e cabeceiras amplas, aos vales em V de difícil transposição, e que:

Em função deste relevo, a penetração e as comunicações têm-se feito espontaneamente seguindo os espigões divisores ou, nas proximidades dos mesmos, cortando as zonas das cabeceiras. A circulação transversal aos grandes vales é difícil, na parte dos casos, e apenas tem sido mantida muitas vezes por sua extrema necessidade.

Os grandes afluentes do Rio Paraná, o Ivai e o Iguaçu, seccionam o terceiro planalto paranaense em três partes: o norte do Paraná, a zona de Guarapuava e a de Palmas. A primeira delas, sobretudo, difere profundamente das demais, em função de condições físicas peculiares que condicionaram um povoamento e uma economia distintos. As outras duas, embora separadas pelo vale do Iguaçu apresentam características semelhantes, tanto no seu aspecto físico como a evolução de seu povoamento(2007, p.138-9).

A autora em tela afirma ainda que no norte do Paraná o planalto basáltico foi modelado pelos afluentes do rio Paranapanema em formas geralmente suaves, de largos espigões convexos, onde a descida para os fundos dos vales não se fez de forma tão abrupta quanto no oeste (Bernardes 2007, p. 167), propiciando extensas áreas aplainadas recobertas com solos de grande fertilidade.

Para Müller (2001, p. 97-8) o povoamento da região iniciou-se no século XVII, com a ação dos jesuítas que instalaram Missões (ruínas no Vale do Ivaí: Vila Rica e Jesus Maria; no Vale do Paranapanema:

Loreto e Santo Inácio) em áreas de domínio espanhol para catequizar os indígenas. No entanto, no final do século já estavam aniquiladas pelas bandeiras paulistas e tal população teve que se deslocar para a margem direita do Rio Paraná. No século XVIII, o norte do Paraná ficou à margem das correntes de colonização. Nesse período ocupava-se o segundo planalto (Campos Gerais, pela ação dos tropeiros e da pecuária extensiva). Em meados do século XIX é retomada a colonização (frente de expansão) da região, com a implantação da Colônia Militar de Jataí (1855), na margem direita do rio Tibagi (onde o rio começa a ser navegável), ligada por uma estrada a Curitiba, e tinha a função de estabelecer ligação com Mato Grosso (para facilitar o deslocamento das tropas), além dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara na margem esquerda do rio Tibagi (próximo a Colônia Jataí) e o povoamento de São Jerônimo (na escarpa entre o segundo e terceiro planalto paranaense).

No entanto, o lento e tumultuado processo de ocupação desta área (...) foi decaindo em razão do abandono e do isolamento a que estavam submetidos os que ali habitavam (STIER, apud BRAGUETO, 2007, p. 148). Era custoso ao exército a manutenção da colônia e não era mais atrativo ao governo imperial esse acesso ao Mato Grosso. Com a proclamação da república em 1889, todas as colônias militares do Brasil entraram em recesso e foram deixadas à própria sorte e a colônia de Jataí passou a administração civil em 1896. (BRAGUETO, 2007, p. 147-9). Estes centros só tiveram desenvolvimento sob impulso da colonização moderna do século XX.

Outra frente de expansão inicia-se a partir de 1840, no chamado Norte Velho (entre os rios Tibagi e Itararé), de acordo com Bragueto (2007, p.141-50), com a ação de mineiros (tropeiros do caminho Viamão-Sorocaba e conhecedores do local), resolveram ocupar as terras devolutas às margens do Rio Itararé. Aumentou o fluxo de mineiros à região, em função da decadência da mineração na Província de Minas, das perturbações políticas em 1842, além do que, durante a Guerra do Paraguai (1864-70) muitos passaram a viver no sertão (com seus hábitos de criadores de gado em grandes espaços longe dos poderes constituídos) para não se sujeitar ao alistamento militar. Assim as terras despovoadas dos vales do Itararé e Cinzas começaram a despertar interesse e a serem ocupadas por grandes posseiros na década de 1840. Os mineiros não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma água. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho e a posse ou água terminava quando este riacho desaguava num rio maior (p.150). Pequenos sitiantes e posseiros

também se estabeleceram em relação estreita com os latifúndios (vendiam seus produtos a estes: alimentos, policultura rudimentar).

A partir de 1862 os fazendeiros paulistas efetuam as primeiras penetrações pelos cursos superior e médio do rio Itararé, seguindo a marcha cafeeira para o oeste paulista, foram atraídos pelas manchas de terra-roxa da região sedimentar permo-carbonífera. Surgiram então os núcleos: Colônia Mineira (1862) atual Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867). A expansão prosseguiu para o oeste até o rio das Cinzas. A configuração do relevo contribuiu para que essa primeira penetração cafeeira perdesse seu impulso inicial: a rede hidrográfica, correndo para o Norte, abre espigões de orientação NE-SW, que dificultavam a marcha do povoamento no sentido tradicional (MULLER, 2001, p. 98).

Bragueto afirma que até o final do século XIX, o café ainda não havia se desenvolvido no Paraná. Não havia comunicação com o restante do território paranaense e com São Paulo, apenas picadas de tropeiros. Não havia uma agricultura de mercado, predominando a plantação de algodão, arroz, feijão e fumo e principalmente a criação de porcos (2007, p. 150). A criação de suínos ocorria pelo sistema de safra. O safrista formava a roça, comprava porcos dos sitiantes vizinhos, soltava-os no milharal, todos castrados e, 120 dias depois estavam com peso ideal para comercialização. O Transporte era feito a pé e posteriormente, no século XX, até a década de 1930, por caminhões. Duas décadas depois em 1888 outra família de mineiros se instalou onde atualmente é Jacarezinho, núcleo irradiador da frente pioneira do século XX (BRAGUETO, 2007, p. 151).

Outro contingente populacional com destino ao norte do estado teve como ponto de partida os Campos Gerais (sul), tido como primeira penetração a oeste do Tibagi no terceiro Planalto. A frente de expansão partindo de Tibagi tinha a vila de Queimadas (atualmente, município de Ortigueira) como ponto de apoio, atingia a Faxinal de São Sebastião (fundada em 1920) pela estrada boiadeira de onde desciam comitivas de gados vindos de Mato Grosso. Tibagi era um centro de mineração e segunda praça de comércio dos Campos Gerais atrás apenas de Ponta Grossa. Apesar das dificuldades de transporte, tais terras, ocupadas por pinheirais de fácil penetração, atraíram caboclos e ex-colonos provenientes das colônia Açungui e outros núcleos decadentes (pessoas despejadas, posseiros, foras da lei). Em 1925 o governo regulariza terras em Faxinal, seguindo as divisões das posses, formando lotes irregulares. Alguns posseiros chegaram a assenhorar-se de mais de mil alqueires.

Tal frente chegou a Marilândia do Sul e São Roque (atual Tamarana, ao sul de Londrina). No entanto, essa frente paralisou-se em 1929:

(...) houve duas razões principais que concorreram para fazer uma drenagem humana que a deteve: o avanço de uma nova frente pioneira muito mais importante no Norte do Paraná, a partir de Londrina, em 1932, e a constituição da indústria de papel e celulose Klabin S. A., de Monte Alegre, em 1935 (VALVERDE apud BRAGUETO, 2007, p. 152-3).

A área do rio das Cinzas apresentava dificuldades de comunicação com São Paulo, além da escassez de mão-de-obra (inclusive escrava), uma vez que a escravidão na região teve uma presença efêmera, em função da ocupação da região ter sido realizada predominantemente por mineiros com poucos recursos. Só em fins do século XIX e início do século XX essa área conheceu nova dinâmica de ocupação econômica, com a incorporação de novas terras à produção agrícola em São Paulo, que em fins de 1890 e início do século XX atingiu o vale do Paranapanema. Isso possibilitou uma integração mais efetiva com a frente pioneira paulista através da criação de suínos no sistema de safras. A suinocultura articulava-se à industrialização de São Paulo.

De acordo com Fresca (2007, p. 210-2) a atividade criatória esteve presente desde os primórdios da ocupação, mas restringia-se a subsistência, pela inexistência de sistemas adequados de transporte e mercado. Com o avanço da frente pioneira paulista, criou-se uma demanda maior para os derivados de suínos e a atividade se expandiu: a demanda associava-se aos hábitos alimentares principalmente dos imigrantes italianos, bem como pelo aumento da população nacional urbanizada e do número de cidades. Durante a Primeira Guerra Mundial houve uma expansão da atividade criatória no Paraná, devido ao estrangulamento do comércio exterior para o café e à importação de gêneros alimentícios, ampliando a industrialização de alimentos em São Paulo. A criação de suínos generalizou-se por todo o Norte Pioneiro (Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Siqueira Campos, etc.). Até princípios do século XX, os suínos eram transportados a pé até as cidades próximas ao estado de São Paulo. A partir de 1905 com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana em Cerqueira César, Ourinhos (1908), e da expansão da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que atingiu Itararé-SP e Jaguariaíva em 1905, a atividade

assumiu maior destaque. Toda a área criadora no Paraná era servida pelo sistema de transporte ferroviário, transformando Cerqueira César, Itararé e Chavantes em São Paulo e Sengés e Jaguariaíva no Paraná nos principais centros de embarque de suínos para frigoríficos de São Paulo e Curitiba. A partir de 1917, com a instalação do frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, toda a região passou a encaminhar os suínos ao frigorífico pela ferrovia, através de compradores exclusivos espalhados por diversas cidades, inclusive Maringá, Campo Mourão, Apucarana e Londrina. Outros frigoríficos foram implantados em Santo Antônio da Platina (Swift e Mengue de Barros). Tal estrutura foi sendo desmontada na medida em que se expandia a cafeicultura, a qual passava a ser mais rentável; e que se expandia o transporte com estradas rodoviárias e caminhões, tornando desnecessário tropear os suínos.

A chegada dos trilhos das referidas ferrovias ao Paraná resolveu um dos principais problemas para a expansão da cafeicultura no Paraná: o transporte. A autora em tela afirma ainda que, em função da inexpressividade da produção cafeeira no estado, o mesmo não foi afetado pela crise de 1902, que resultou em medidas restritivas ao plantio do café. Foi nesse contexto que a cafeicultura foi iniciada no norte do Paraná nos primeiros anos do século XX em Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro e na década de 1910 em Cambará e Andirá. Se em São Paulo estava proibido o cultivo e os impostos eram elevados, fazendeiros transferiam-se para o Paraná (FRESCA, 2007, p. 213).

O povoamento sobre o terceiro planalto, a leste do rio Tibagi ocorreu em função do desenvolvimento natural da expansão dos cafeicultores paulista que investiram na região a partir de Ourinhos (onde os trilhos da Sorocabana chegaram em 1908). Resultou na fundação de núcleos urbanos como Jacarezinho em 1900, Cambará em 1904, Bandeirantes em 1921 e Cornélio Procópio em 1924. A inexistência de meios adequados de transporte e alocação de safras cafeeiras até década de 1920 aumentava os custos da produção limitando a expansão cafeeira. Produzia-se café, pecuária, arroz, milho, trigo, batata inglesa, cana-de-açúcar, fumo, mamona, feijão e algodão. A produção cafeeira paranaense começou a se ampliar na década de 1910. O estado detinha pequena participação nacional. Em 1924, enquanto o Paraná possuía 17 milhões de pés de café, São Paulo possuía 800 milhões. Em 1931, o Paraná produzia 2,1% do café nacional enquanto São Paulo produzia 62,1%. (BRAGUETO, 2007, p. 155-7).

Se por um lado, a fertilidade do solo incentivava o processo de ocupação e a exploração cafeeira nas terras do Norte do Paraná, por outro, a má localização os freavam, na medida que, até os anos de 1920, os altos custos de produção e, a despeito do maior rendimento dos cafeeiros norte-paranaenses, restringiam ou até mesmo eliminavam a renda fundiária. Os custos de produção se elevavam a tal ponto, em função da deficiência da rede de transportes, que mesmo com uma produtividade muito maior do que a da cafeicultura paulista o agricultor não conseguia obter uma renda compensatória.

Desta maneira, aqueles fazendeiros que se estabeleciam para produzir café em larga escala, procuraram trazer até a região a infra-estrutura básica à comercialização, principalmente ferrovias. Estes mesmos fazendeiros se movimentaram para a construção de uma rodovia que ligasse a região norte paranaense a São Paulo, ao mesmo tempo em que se iniciaram estudos para a conexão ferroviária com a Sorocabana, cujos trilhos já haviam atingido Ourinhos. No período de 1922/25 estenderam-se estes em 29 quilômetros, chegando até Cambará, onde parou a construção, por quatro anos, por falta de recursos (BRAGUETO, 2007, p. 158-9).

O autor em tela destaca ainda os esforços do governo paranaense, para a ligação do Norte Velho com o restante do estado; como o Ramal do Paranapanema (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande) entre Jaguariaíva-Ourinhos iniciada em 1912 e só concluída em 1930. O trecho Jaguariaíva-Curitiba iniciou-se em 1924 e foi concluído em 1934. O capital inglês deu prosseguimento à Ferrovia São Paulo-Paraná estacionada em Cambará, resolveu os problemas de transporte e alocação do café, diminuindo os custos de frete. A região estava longe do poder político e econômico oriundo de Curitiba. Em 1938 apenas 10% do movimento da Estrada de ferro São Paulo-Paraná era realizado com o restante do Estado, 90% do tráfego era direcionado a São Paulo. O Ramal do Paranapanema adaptava seu horário aos horários da Ferrovia São Paulo-Paraná.

De acordo com Müller (2001, p. 99-100), embora a ocupação progredisse sobre a terra roxa como onda invasora, ficaram vastas áreas

desocupadas à espera de especulação, os fundos de vales (sem valor imediato) ficaram com matas posteriormente ocupadas por pastos e outras culturas, pelo loteamento em pequenas propriedades. A onda colonizadora não teve a leste o ímpeto que teria a oeste do Tibagi. Com o Norte Velho ocupado possibilitou-se a expansão da frente pioneira para Norte Novo.

A expansão da cafeicultura provocou grande interesse na colonização das terras a oeste do Tibagi, pelos capitais particulares. Desde 1891, a constituição republicana atribuía aos estados a competência de legislar sobre terras devolutas. O governo do Paraná manifestou preocupação em colonizar estas terras aumentando receita estadual com a venda de terras e incremento da cafeicultura. O governo favoreceu a formação de empresas colonizadoras. Em 1893, o governo editou Ato nº. 35: institucionalizou a mercantilização das terras devolutas e estabeleceu os preços que deveriam ser comercializadas. Classificou as terras devolutas em 1ª, 2ª e 3ª ordem seguindo critério como: a distância de vias de comunicação e de cidades, vilas e povoados (critério de localização, eminentemente geográfico). Em 1912 os preços foram reajustados e critérios foram mantidos. Praticamente todas as terras devolutas do Norte do Paraná foram classificadas posteriormente como de 3ª ordem (mais baratas). A partir da lei 1642/1916 vários contratos foram assinados entre o governo estadual e interessados em obter concessões – estas se deram principalmente nas áreas de terra roxa cuja fertilidade e a ocupação prévia do Norte Velho e da região paulista do Paranapanema com café prometia afluxos de capitais e mão de obra, acenando aos concessionários a valorização crescente daqueles terrenos. Assim, entre 1920 e 1930 foram feitas concessões de grandes áreas de terras devolutas a particulares, para que estes as dividissem em lotes e as vendessem aos colonos interessados. A partir de 1929, a CTNP de capital inglês, com a compra de grande quantidade de terras, organizou um grande empreendimento em moldes capitalista. No início da década de 1940 foram criadas colônias estaduais até o fim da ocupação, na década de 1960: o estado repassaria terras remanescentes a pequenas companhias particulares (BRAGUETO, 2007, p. 163-187).

A esse tempo, a arremetida pioneira do café transmutava-se, em São Paulo. Já não estavam à sua frente simples fazendeiros, mas decididos homens de negócios de mãos dadas à finança internacional. Comprar terras virgens para cobrir de cafezais passara a ser objetivo de poderosas empresas comerciais (manobrando, via de regra,

vultuosos capitais estrangeiros), ou de capitalistas pouco experimentados nas lidas do campo, porém de aguçado tirocínio especulativo. O comando da marcha pioneira enfeixava-se nas mãos dos financiadores, que também haviam empolgado a direção das empresas de transportes, ferroviárias e rodoviárias, além das organizações exportadoras. Com a venda dos lotes ainda em estado de floresta realizavam lucros, logo mais renovados com os fretes de transportes para, finalmente, serem multiplicadores mediante a exportação (FONSECA apud BRAGUETO, 164-5).

A primeira penetração do planalto, a oeste do Tibagi, se deu por pioneiros paulistas vindos do norte, pelo rio Paranapanema e foi realizada por colonização dirigida. Duas glebas de 50 mil hectares foram cedidas pelo governo estadual a particulares: tratava-se das colônias Primeiro de Maio (ao norte, às margens do Paranapanema, cuja ocupação iniciou-se em 1923) e Sertanópolis (em 1924, ao sul da primeira, e cerca de 15 quil metro ao norte de Jataizinho). em ambos os casos, o loteamento seguiu o plano dos lotes indo dos cursos d'água aos espigões, sendo as propriedades de tamanho variável: pequenas chácaras ao redor dos núcleos urbanos, vindo depois sítios e, nas partes altas, principalmente nas cabeceiras, pequenas fazendas (M LLER, 2001, p. 100). Constituía nova frente pioneira independente de Ourinhos – serviria de base à continuação do povoamento a oeste do rio Tibagi.

A colonização mais intensiva, em moldes capitalistas, ocorreu após o ano de 1929, pela ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês, subsidiária da *Paraná Plantations Co.*, e que seria mais tarde vendida a capitalistas paulistas e passaria a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Após a criação da empresa entre 1925 e 1927, houve a aquisição de grande quantidade de terras contínuas, no norte do Paraná, sobre o espigão entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí. Para viabilizar a colonização, a CTNP adquiriu a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná em 1928, ao mesmo tempo em que construía estradas de rodagem sobre os espigões. Os trilhos da ferrovia chegaram a Jataizinho em 1932, a Londrina em 1935 e a Apucarana em 1943 (BRAGUETO, 2007, p. 168-9).

Entre 1929 e 1945, em conjuntura recessiva para a cafeicultura, o Paraná ficou excluído dos acordos que limitavam a produção. E a exceção foi limitada quando atingiu o Paraná aumentando o fluxo de

lavradores paulistas para o norte do Paraná. A ferrovia apresentava crescente fluxo de passageiros: 68.086 em 1931, 50.958 em 1932 (três meses interrompido pela revolução de 1932), 99.401 em 1933 e 111.707 em 1934. A partir de Apucarana, quando a ferrovia foi vendida ao Governo Federal, a mesma deixou de acompanhar o avanço da ocupação: as vias de penetração passaram a ser as rodovias implantadas pela CTNP, para tornar possível o escoamento da produção e o abastecimento da região (BRAGUETO, p. 170).

A colonização intensiva do planalto arenito-basáltico, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. Esta organização, que empreendeu uma das mais notáveis obras de colonização no Brasil, foi fundada com capitais ingleses (...), começando por adquirir, no Estado do Paraná, uma gleba de 515.000 alqueires paulistas (12.643 km²). Em julho de 1929, a Companhia tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de capital da zona por ela colonizada: Londrina. Aí instalados os escritórios da Companhia, em verdadeira clareira aberta na mata virgem, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos. (...) O eixo de toda a colonização, a espinha dorsal da penetração das vias de circulação, é o espigão divisor de águas entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema, com seu topo largo e plano. Nele foram traçados os leitos da ferrovia e da estrada principal, nele foram reservadas áreas para os principais núcleos urbanos da região. Dele saíram as estradas secundárias que, acompanhando os contrafortes, iriam depois se desdobrar nos caminhos vicinais, bem como receber os núcleos urbanos menores. Por uma hierarquia de estradas e de centros urbanos, toda a área colonizada ficava engrenada no sistema de circulação, além de nenhuma propriedade ficar a mais de 15km de uma vila ou cidade. O loteamento começou em 1933, seguindo planos pré-determinados. Os lotes, traçados em longas fitas, vão dos espigões aos vales, tendo, ao

mesmo tempo, frente para a aguada e para a estrada.(...) Acompanhando o loteamento, progrediu a estrada de ferro, que foi atingindo sucessivamente Jataizinho (1931), Londrina (1935). Apucarana (1937) e, recentemente, Maringá (M LLER, 2001, p. 100-1).

A autora em tela afirma que a ocupação se fez com base em dois elementos distintos, mas inseparáveis, a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos. A colonização tinha no café o elemento básico: era ele, o fator de unidade da paisagem regional e de individualidade no território estadual. No entanto, era uma área policultora, baseada em pequenas propriedades, em que a produção de cereais adquiria importância sendo fundamental nos períodos de crises do café (seja por conjuntura externa e nacional, quanto climática) e era facilitada a comercialização da produção agrícola pelo sistema de transporte e pela proximidade aos centros urbanos, onde além da venda eram adquiridos produtos industrializados, ferramentas e serviços. Segundo Müller (2001, p. 107):

A fundação de patrimônios, verdadeiros embriões de cidades, segue de perto a colonização rural; o seu próprio desenvolvimento posterior está na dependência da progressão da ocupação da terra. (...) A Companhia de Terras Norte Paraná, bem como sua sucessora, tem a responsabilidade da fundação de grande número dos núcleos urbanos da região. Os principais estão localizados no espigão mestre, à margem da ferrovia e da estrada principal, espaçados entre si por distâncias aproximadamente regulares. Essas cidades, estrategicamente localizadas em pontos de que saem os contrafortes e, em consequência, de onde se irradiam estradas secundárias, são pequenas 'capitais' regionais, dominando, cada uma, certa área de povoamento. Algumas, mais desenvolvidas, irradiam sua influência por áreas maiores, tais como Londrina, Apucarana e Maringá. Além das cidades dos espigões, a região conta ainda com núcleos urbanos menores, localizados nos espigões secundários, que, servindo à população local como centros comerciais de pequeno âmbito, são sobrepujados pelas cidades maiores sempre que se trata de

transação de vulto, procura de melhores colégios ou tratamento de saúde. O colono pode, conforme a necessidade, apelar para os recursos de centros urbanos hierarquicamente escalonados.

Müller (2001, p. 108) também expõe informações que davam conta da urbanização extremamente rápida do Norte do Paraná, o qual em 1950, contava com três cidades com mais de 10.000 habitantes: Londrina, com 33.707, Apucarana, com 12.054, e Arapongas, com 11.787 habitantes. Nessa categoria, o Estado do Paraná tinha apenas mais três cidades: Curitiba (141.349 habitantes), Ponta Grossa (44.130 habitantes) e Paranaguá (16.046 habitantes) . No mesmo ano, a região apresentava sete cidades com mais de 5.000 habitantes.

Fresca (2007, p. 241) salienta que tal colonização não se tratava apenas da comercialização de terras, da construção de estradas e de ferrovias como elementos cruciais para fazer avançar a ocupação. Não mais grandes fazendas, mas o predomínio absoluto e relativo dos pequenos e médios estabelecimentos rurais. Essa foi a fase da concretização da pequena produção mercantil no norte do Paraná.

Ela destaca ainda o papel das cidades na relação cidade-campo:

As cidades deveriam atender necessidades básicas em termos de bens e serviços de uma elevada população rural e deveriam atender as necessidades da produção agrícola, tanto do café como dos demais produtos. Para isto uma série de máquinas de beneficiamento de arroz, algodão e café, foram implantadas nas cidades. Seus proprietários, os maquinistas, foram ao mesmo tempo industriais e agentes financeiros, na medida em que financiavam os produtores. Adiantavam dinheiro sobre a safra vindoura a ser entregue para o maquinista. (FRESCA, 2007, p. 231).

A autora em tela afirma que, se nessa época a principal área industrial era São Paulo, nas cidades da frente pioneira norte paranaense nasciam pequenas unidades industriais de fabricação de alimentos, roupas, móveis, bebidas, chapéus, calçados, para atender ao mercado local. (p. 232)

De acordo com Bragueto (2007, p.176) entre 1930 e 1943 (fase inglesa da CTNP) foram vendidas 28,66% das propriedades e 23,44% da área total, com predomínio das pequenas propriedades (21 e 33 hectares, em média) Entre 1944 e 1950 (já a oeste de Maringá), após a aquisição da empresa por capitalistas paulistas, num período marcado

pela retomada de incentivo à cafeicultura, foram vendidas 34% das propriedades e 55% da área, com aumento do tamanho das propriedades vendidas (56ha em média). Entre 1951 e 1957, já haviam sido vendidas 93% das terras. Nesse período reduziu novamente o tamanho das propriedades adquiridas.

Além da área colonizada pela CTNP (e em função do sucesso alcançado) e das Colônias de Sertanópolis e Primeiro de Maio, surgiram outras colônias, tanto pela concessão do governo quanto por iniciativas particulares. Em 1935 surge a colônia Ibiporã (baseada na pequena propriedade), entre as terras da CTNP e o rio Tibagi, resultante da concessão estadual ao engenheiro Francisco Beltrão, cujas terras foram valorizadas, pelo acesso às estradas de ferro e de rodagem. O Governo do Paraná abriu a partir de 1939 quatro colônias também na orla da Gleba da CTNP – Içara, Jaguapitã, e Centenário (grandes propriedades) ao norte e Paranaíba (lotes variáveis, pequenos próximos à sede, aumentando em direção ao Ivaí) a oeste (mapa 03).

Quanto ao Norte Novíssimo, de acordo com Bragueto (2007, p. 183-192) as áreas a noroeste, oeste e sudoeste de Maringá foram ocupadas a partir de 1945 por colonização oficial e particular, e prolongada até o final da década de 1960. Nessa área os núcleos urbanos mais importantes são: Paranaíba (colônia oficial na área da antiga Fazenda Brasileira cuja concessão havia sido cassada em 1930), Cianorte (1944, na zona Ivaí) e Umuarama (1954, na gleba Cruzeiro), implantadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, e, Campo Mourão (núcleo urbano datado do início do século XX, resultante da expansão do povoamento empreendido a partir de Guarapuava).

Diversas outras companhias colonizadoras atuaram principalmente na Microrregião de Paranaíba, em terras devolutas. As imobiliárias recebiam áreas de 10 mil alqueires e deviam abrir estradas e patrimônios e vender os lotes. Pagavam cotas ao governo estadual que expedia títulos definitivos de propriedade (maioria dos lotes em torno de 250 hectares).

No Norte Novíssimo, predominou as grandes e médias propriedades, devido à menor fertilidade das terras localizadas sobre o Arenito Caiuá, pela suscetibilidade à erosão e pouco propícia à cultura do café. Mesmo assim a cafeicultura se expandiu até Paranaíba, embora a distância aos mercados para colocação de produtos agrícolas (Apucarana e Londrina), tenha limitado essa expansão. Na década de 1960 os cafezais chegaram a ocupar até 64% das terras entremeadas

por pastagens. No entanto, foi breve a passagem do ciclo cafeeiro sobre o Caiuá. Além das condições edafoclimáticas, contribuíram para o fim da cafeicultura na região: a conjuntura econômica de desvalorização internacional do café, a política nacional de erradicação do café na década de 1960, e a substituição por pastagens e pela cultura da cana-de-açúcar, além da expansão de outras culturas comerciais temporárias (mapa 04).

Andrade (1970, p. 232-3), ao caracterizar o norte do Paraná como um novo Canaã destacava que embora politicamente pertencesse ao Paraná, quanto ao povoamento e às influências e ligações econômicas, a região seria inegavelmente paulista. Para Müller (2001, p. 89) o norte do Paraná era capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense .

Quanto à colonização empreendida no norte do Paraná, Andrade (1970, p.236) afirma:

Este tipo de colonização permitiu a concentração na área de uma densidade demográfica elevada – mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado -, a formação de uma classe média rural de nível de vida razoável e de uma agricultura diversificada; permitiu ainda o desenvolvimento de uma série de cidades progressistas que em menos de vinte anos tornaram-se não só centros comerciais como industriais

1.2 - A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NORTE PARANAENSE

Milton Santos (1977) retomando as discussões sobre a categoria marxista-leninista de formação econômica e social valoriza a dimensão espacial, e concebe a formação socioespacial, a qual diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso (p. 82). O autor afirma ainda que esta noção é indissociável do concreto. Assim, modo de produção, formação social e espaço são para ele categorias interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (p. 86). Cada formação socioespacial é singular, onde os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas, típicas de uma dada região, denotando-lhe particularidade.

O conceito de região não possui uma única definição. Múltiplos são os conceitos, no entanto, todos são construções teóricas. Cada pesquisador, a partir de sua investigação, elabora um conceito de região que se aplique a determinada área, a qual possui características físicas, humanas, histórico-sociais, que a diferencie de outras áreas ou que permitam associá-la a outras áreas próximas, de acordo com os interesses e objetivos do investigador. Através do método de análise, um conceito deverá prevalecer. Uma ou mais regiões irão se formar, ao menos no intelecto do pesquisador.

Corrêa (1986, p. 23) salienta que todos os conceitos podem ser utilizados pelos geógrafos, sendo cada um uma forma de se conhecer o espaço, podendo dividi-lo em regiões e, ao mesmo tempo, integrá-las, obtendo uma visão totalizante.

Com toda essa dificuldade para se entender o que é região, Fresca (2003) não utiliza os conceitos, mas sim as regionalizações, ou seja, as divisões em regiões, para explicar a diversidade do conceito. A autora em tela analisou as várias regionalizações do Estado do Paraná realizadas por órgãos oficiais como o IBGE, por diversos autores e pelo senso comum. Visando entender tais regionalizações, Fresca destaca a importância de se conhecer o processo de ocupação territorial, tendo em vista que o Paraná teve seu território ocupado gradativamente, a partir do litoral, posteriormente por frentes pioneiras no norte e do sudoeste, em direção ao oeste paranaense.

O processo de ocupação do Paraná, que era lento até 1930, intensificou-se a partir de então, tanto que em pouco mais de duas décadas o Estado já havia ocupado todo seu território atual. As primeiras regionalizações ocorreram nas décadas de 1940 e 1950, empreendidas por órgãos federais. De acordo com Fresca (2003, p.41) a primeira regionalização foi realizada pelo IBGE na década de 1940, em âmbito nacional, visando o planejamento e desenvolvimento territorial. Foi utilizado o conceito de região natural, partindo de quatro premissas: a) de que havia consciência de diferenciações regionais no Brasil; b) de que essa divisão deveria ser permanente; c) os melhores critérios para tanto seriam os aspectos naturais e; d) a divisão regional deveria partir do todo, ou seja, do país, subdividindo-o em unidades menores. Assim, o Paraná pertencia à Grande Região Sul, delimitada por um elemento natural: o relevo, representado pelo Planalto Meridional. As menores unidades dessa divisão regional, as zonas fisiográficas foram definidas a partir de elementos econômico-sociais, circunscritas em regiões maiores, definidas por aspectos naturais. A divisão regional do Paraná resultou na identificação de 11 zonas fisiográficas.

Em 1950, Oliveira (1950, p. 67) propôs outra regionalização para o estado, utilizando os princípios estabelecidos por Pierre Monbeig em 1946: a) as regiões são vastas unidades fisiográficas; b) as sub-regiões devem ser delimitadas considerando a paisagem geográfica e seu nome deve ressaltar o traço dominante dela; c) as zonas fisiográficas são encaradas a partir dos fatos econômicos e; d) que as relações regionais se organizam em função dos centros urbanos. As unidades fisiográficas propostas por ele levam em conta aspectos físicos e não os socioeconômicos propostos pelo IBGE. Sua regionalização inclui ainda outra divisão com base nas relações socioeconômicas e regionais que se organizavam em função de um centro urbano. Oliveira (1950, p. 71) expôs a dificuldade em estabelecer tal divisão, pois as dificuldades que já existiam na divisão baseada em aspectos naturais, mais estáveis, seriam bem maiores por serem os aspectos humanos muito mais instáveis.

Outra regionalização do estado do Paraná originou-se na década de 1930, sendo produzida fora dos domínios científicos, referindo-se apenas ao setentrão paranaense. Trata-se da divisão realizada pelos próprios habitantes do norte do Paraná resultante das diferentes fases, ou etapas históricas, da ocupação dessa porção do território paranaense. O norte do Paraná foi dividido em Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. No entanto, tal divisão forjada fora dos meios

acadêmicos foi incorporada nas análises científicas acerca do norte do Paraná. Representa espacialmente um processo histórico que se iniciou no século XIX e foi concluído na década de 1950: a efetiva ocupação dessa porção do território paranaense (BRAGUETO, 2007; FRESCA, 2007, MÜLLER, 2001, entre tantos outros autores).

[...] o próprio senso de observação histórica e geográfica de sua população dividiu a ocupação desse território em três fases ou estágios, acoplando fases históricas a áreas geográficas. Daí surgiu a divisão do Norte do Paraná em Norte Velho, Novo e Novíssimo (WACHOWICZ, apud FRESCA, 2003, p. 48).

A quarta regionalização do Paraná foi forjada no âmbito das pesquisas de historiadores na década de 1960, dividindo o estado em Paraná Tradicional, Norte do Paraná e Sudoeste Paranaense. Levou em consideração os processos históricos de ocupação de cada região, as três ondas de povoamento, oriundas do leste (de Curitiba e Paranaguá) desde o século XVII expandindo para os Campos Gerais, do norte pela expansão cafeeira paulista e do sudoeste pelo deslocamento de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as atividades econômicas predominantes e as relações sociais das três comunidades paranaenses (FRESCA, 2003, p. 50). A autora em tela destaca que os autores desta regionalização (Westphalen, Machado, Balhana, 1969) explicitam que até 1960 estas áreas paranaenses eram pouco articuladas entre si em razão de diferentes formações históricas. Tal regionalização tem como pressuposto a noção de região apoiada em compartimentações históricas que permitem entender a construção de espaços geográficos (FRESCA, 2003, p. 51). Tal regionalização serviu de base para a realização de estudos como o de Padis (1981), que caracterizou a economia de cada um desses conjuntos.

O IBGE elaborou, em 1969, outra regionalização para o Brasil e o Paraná baseada no positivismo lógico, utilizando a linguagem matemática, em razão de sua universalidade, como forma de expressar a lógica da organização do espaço. Partindo de teorias e leis gerais, formulavam-se hipóteses, elaboravam-se modelos, para apenas no final dos estudos fazer observações para comprovar as hipóteses e aplicar modelos ou padrões espaciais elaborados. Nesse sentido, de acordo com Gomes (1995, p. 63), a região passa a ser um meio e não mais um produto [...] o estabelecimento de regiões passa a ser uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese .

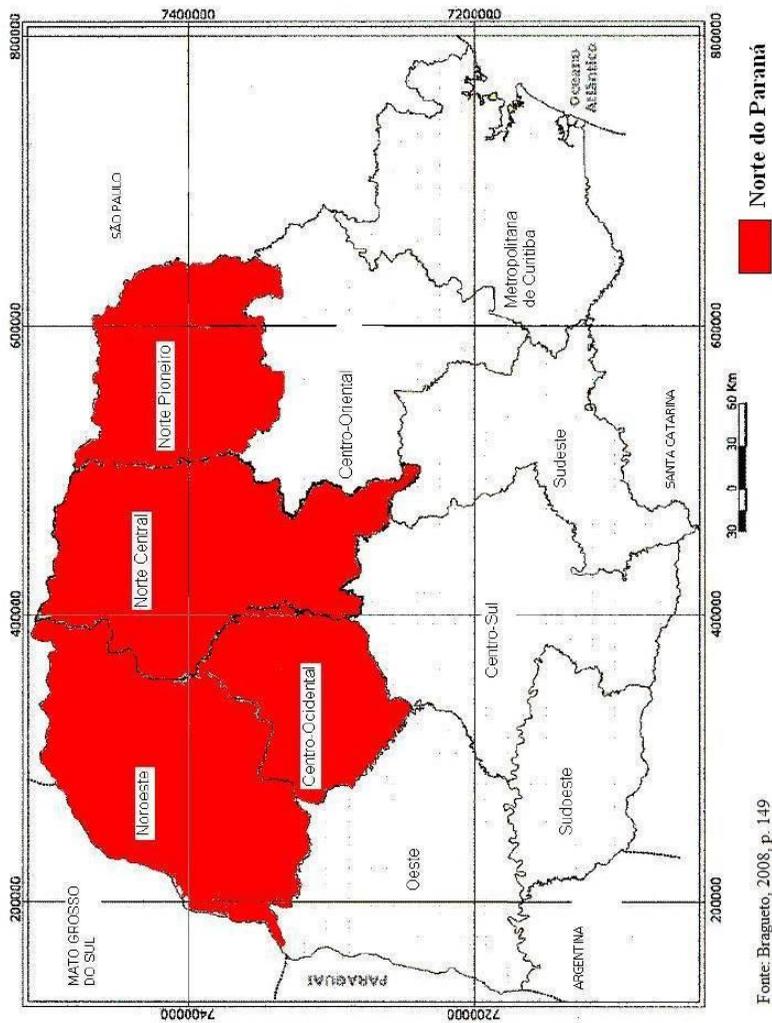
Tal regionalização resultou na criação das microrregiões geográficas, identificadas apenas por números. O espaço dividido não passava de um conjunto de dados. O Paraná apresentava 24 microrregiões geográficas. Em 1977 foram criadas as mesorregiões geográficas, unidades homogêneas em nível maior que as microrregiões, porém menor que o estado ou território. Desta divisão o Paraná passou a apresentar quatro mesorregiões: Curitiba, Leste Paranaense, Oeste Paranaense e Norte Paranaense. Esta divisão foi utilizada para divulgação das informações estatísticas elaboradas pelo IBGE (FRESCA, 2003, p. 53).

Atualmente, o IBGE trabalha com a seguinte divisão regional para o Paraná: 39 microrregiões geográficas denominadas pelas cidades principais de cada unidade, 10 mesorregiões geográficas (mapa 04). No entanto, tal divisão atribui relevância ao processo histórico na delimitação e definição das mesmas.

Dadas tais regionalizações, são necessários alguns esclarecimentos sobre o território ao qual denominamos Norte do Paraná. Diversos autores³ já escreveram sobre as indefinições desses limites. Pode-se dizer que para cada autor, o Norte do Paraná apresenta uma delimitação. O norte do Paraná corresponde à porção territorial situada entre os rios Paranapanema ao Norte, Itararé a Leste, Paraná a Oeste. No entanto a delimitação ao Sul não é consensual, embora algumas variáveis sejam comuns: a ocupação, a cafeicultura (e a individualidade que conferia à paisagem), o clima (fator limitante à expansão cafeeira, devido a ocorrência de geadas), a latitude (paralelo 24° S). Por ser um limite com características históricas, diferentemente dos demais, onde barreiras naturais - constituídas pelos grandes rios - são facilmente identificáveis, as variáveis consideradas são menos estáveis. O rio Ivaí, principal rio ao Sul, não se constituiu em barreira para o avanço da ocupação, bem como a ocorrência da terra roxa não limitou o avanço da cafeicultura, embora sua passagem pelas terras arenosas no noroeste do Paraná tenha sido rápida. Na verdade, a dificuldade reside em tal faixa territorial constituir o encontro com as demais correntes de ocupação paranaense e, por que não dizer, diferentes formações socioespaciais.

3 A esse respeito, ver: Müller, 2001; Fresca, 2004; Bragueto, 2007, Bernardes, 2007; Romariz, 2007.

MAPA 04 - PARANÁ - DIVISÃO REGIONAL 2008



Fonte: Bragaeto, 2008, p. 149

No entanto, a porção denominada Norte do Paraná a que se referem a maioria dos autores, corresponde às seguintes mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste e Centro Ocidental. Esta regionalização é utilizada por muitos órgãos da administração estadual e é a que utilizamos neste trabalho.

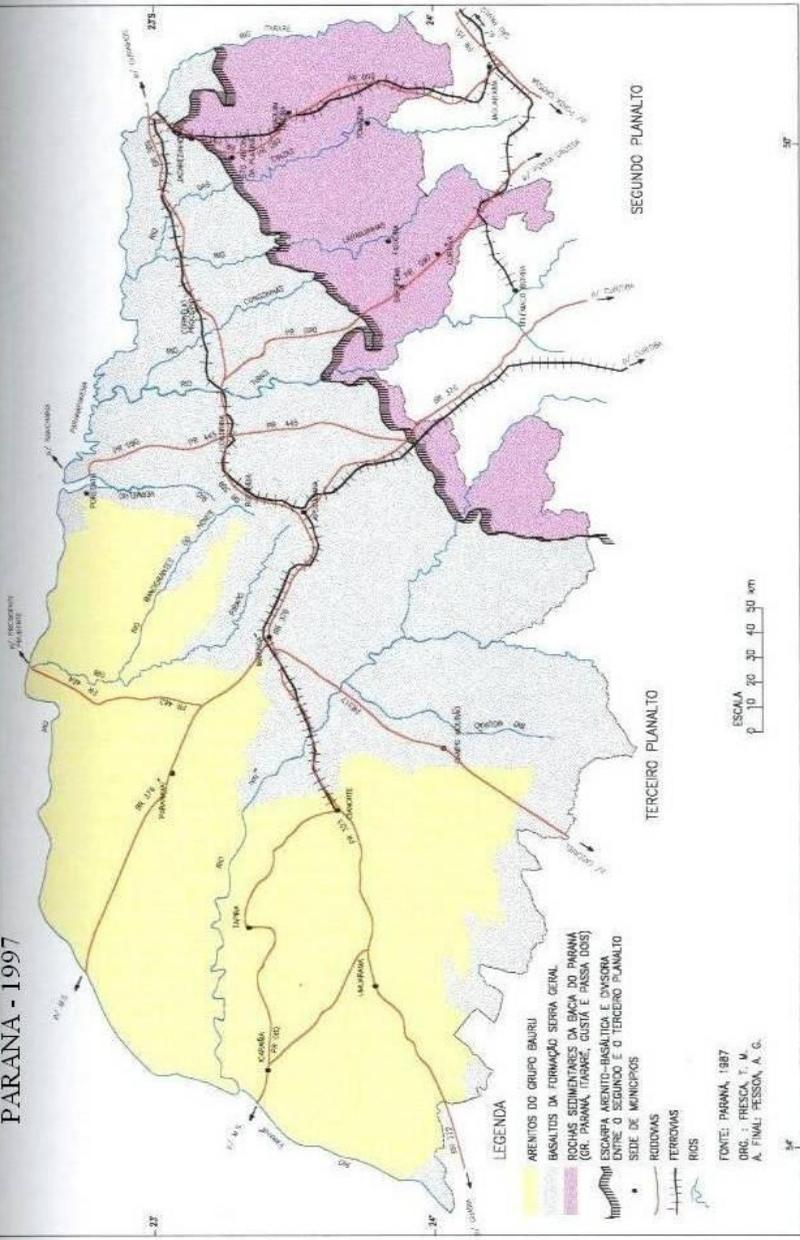
Considerando o processo de ocupação territorial, a partir das relações sociais intrínsecas, e as bases físicas (relevo, hidrografia e solos), temos para o Norte do Paraná uma formação sócioespacial distinta do restante do Estado e que apresenta endogenamente três combinações dinâmicas distintas, com uma base técnica moderna e integrada ao território nacional (mapa 05):

O Norte Pioneiro foi fruto da dinâmica da grande propriedade, que evolui das posses realizadas pelos mineiros e da pecuária e do sistema safrista à cafeicultura e colonato. Resultou numa baixa densidade de núcleos urbanos e deu origem a uma forte extração de renda fundiária e de excedente social.

O Norte Novo revelou-se área da pequena produção mercantil, com colonização dirigida liderada por grandes companhias de terra, destinada a pequenas e médias propriedades, com intensas atividades artesanais urbanas e rurais, com núcleos urbanos orientados por eficiente sistema de transporte, resultando em grande densidade urbana.

E por fim, o Norte Novíssimo ou Noroeste, onde a colonização dirigida baseou-se em lotes médios a grandes, por conta de questões diferenciais da terra (solo), em que a pequena produção mercantil também se fez presente e que também apresenta elevada densidade urbana, consolidando a ocupação em moldes capitalistas do território.

MAPA 05 - ASPECTOS FÍSICOS E SISTEMAS DE TRANSPORTES DO NORTE DO PARANÁ - 1997



Fonte: FRESCA, 2000, p. 85.

A região norte-paranaense passou por um adensamento de processos produtivos, de circulação, distribuição e consumo (Fresca, 2004a). Ocorreu:

(...) uma crescente complexidade funcional dos centros urbanos traduzida agora em enormes diferenciações entre as cidades, manifesta na emergência de várias cidades especializadas – tanto em produção industrial como em serviços – na transformação de núcleos em reservatórios de força de trabalho rural; em cidades que colocaram-se como reguladoras e controladoras de parte da produção agrícola, as cidades do campo; em cidades que gradativamente ganharam novas funções vinculadas ao comércio e serviços. Outros centros perderam parte de suas funções e potencialidades funcionais latentes emergiram ou foram criadas (FRESCA, 2002, p. 20).

Nesta região há uma dinâmica industrial bastante importante, de capital local, baseada na pequena propriedade urbana ou rural. Destacam-se as agroindústrias e as indústrias intensivas em mão-de-obra de setores tradicionais como móveis, vestuário, metalurgia e outros. Duas vertentes permitem explicar a dinâmica industrial do norte do Paraná: o processo de transferência industrial de unidades produtivas, principalmente de São Paulo e implantação de unidades produtivas de empresas estrangeiras, concentradas em setores intensivos em capital; e o processo de consolidação e expansão das iniciativas locais e regionais, mais importantes do ponto de vista local-regional pelo número de estabelecimentos e de empregos gerados, concentrada em setores intensivos em mão-de-obra.

Esta intensificação do processo de industrialização para várias cidades da rede urbana ocorreu, em linhas gerais, a partir dos anos de 1970 quando da aceleração das transformações do campo. Num quadro de completa desestruturação de uma dada produção e de processos gerais atingindo os mais distintos lugares, houve tendência a um início ou aceleração da industrialização em cidades onde condições de múltiplas ordens, o permitiram.

Condições estas que se referem à noção de contingência, entendida como a seleção de uma das múltiplas necessidades de realização de processos gerais, levando-se em conta as heranças do passado, e o envolvimento de agentes externos e internos ao lugar. Neste encaminhamento há que ser referida a percepção e a ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades (FRESCA, 2002, p. 18).

O setor confeccionista paranaense é fruto desse processo. A industrialização do Norte do Paraná se dará como resposta e como alternativa às alterações pelas quais a região passará a partir da década de 1970. E a industrialização paranaense encontra-se inserida no processo de industrialização brasileiro empreendido à partir da década de 1930. Quando a economia mundial inicia um período de crise de acumulação (1973 em diante), o Paraná moderniza-se, industrializa-se e esse processo deve-se em parte a um conjunto de iniciativas individuais num contexto socioespacial em transformação.

1.3 – EM PERÍODO DE CRISE E PESSIMISMO, A AÇÃO LOCAL PROMOVE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ

Mamigonian (2000) afirma que a industrialização brasileira é tema recorrente de debate entre os intelectuais brasileiros desde a década de 1920, e que tanto as esquerdas brasileiras quanto a burguesia industrial defendiam o processo de industrialização. Entre os intelectuais de esquerda, destaca a hegemonia de três teorias acerca da industrialização brasileira: a teoria da Cepal que popularizou a expressão industrialização por substituição de importação dominante de 1955 a 1964; a teoria da dependência e do desenvolvimento do subdesenvolvimento que enfatizava a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista, dominante no período seguinte ao golpe militar de 1964; e a teoria dos ciclos econômicos, com aceitação recente e que reconhece o dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro, e sua reação ativa às transformações ocorridas no centro dinâmico do capitalismo mundial, ao contrário das teses anteriores tidas como estagnacionistas, e que teve como principal expoente Ignácio Rangel (1998; 2005).

O desenvolvimento econômico do capitalismo se dá de forma cíclica e não-linear, através de flutuações das atividades econômicas,

com a sucessão de períodos de forte crescimento ou de boom e períodos de crescimento reduzido, depressivo ou de crise profunda. Rangel interpretou o desenvolvimento econômico brasileiro a partir das teorias de Marx, Lênin, Schumpeter, Kondratieff, elaborando um arcabouço teórico próprio e original para o Brasil. A idéia dos ciclos de acumulação tem origem em Marx, tendo se desenvolvido com contribuições de diversos estudiosos com destaque para Juglar, Schumpeter e Kondratieff. Dos diversos ciclos conhecidos do desenvolvimento econômico capitalista, destacam-se dois: os ciclos longos ou de Kondratieff e os ciclos médios ou de Juglar.

Os ciclos longos ou de Kondratieff são ciclos de aproximadamente 50 anos divididos em duas fases de aproximadamente 25 anos cada: a fase A ou ascendente, marcada por investimentos crescentes, expansão e euforia; e a fase B ou depressiva marcada por queda no nível de investimentos, depressão e pessimismo. Nas fases ascendentes, são colocadas em práticas invenções tecnológicas, as quais elevam a produtividade do trabalho e que ao serem difundidas por toda a economia acabam rebaixando a taxa de lucro, desestimulando investimentos e provocando uma fase de depressão na qual novas mudanças tecnológicas são gestadas e, ao serem postas em prática elevam a taxa de lucro, gerando novo ciclo expansivo pela retomada de investimentos, que ao se generalizarem reduzirão novamente a taxa de lucro, desestimularão os investimentos culminando em nova fase depressiva (MAMIGONIAN, 1987, p. 66).

Durante a fase descendente dos ciclos longos, ocorrem muitas e importantes descobertas e invenções, na técnica da produção e do comércio, as quais, não obstante, somente costumam ter aplicação em larga escala na vida econômica prática, quando começa nova e persistente fase ascendente (KONDRATIEFF apud RANGEL 2005b, p. 259).

Rangel (2005a, p. 510) afirma existirem múltiplas formas de inovação tecnológica, seja pelo emprego de recursos naturais (novos, de novas formas), qualificação da mão-de-obra, novo instrumental, novas e melhores combinações desses fatores. A inovação tecnológica causa a expansão da capacidade produtiva. Sempre haverá unidades produtivas mais modernas ao lado de outras mais primitivas.

O progresso econômico – como expressão final do processo de efetivação da inovação tecnológica –

tende, historicamente, a assumir caráter cíclico, sucedendo-se épocas de expansão e de estagnação. Um crescimento econômico sem ciclos, ou, reduzidos estes a uma expressão secundária, supõe considerável medida de planejamento, que regule o processo de renovação tecnológica, tendo em vista a durabilidade dos recursos produtivos comprometidos na função de produção inovadora (RANGEL, 2005b, p. 292).

Os ciclos longos possuem seu centro dinâmico nas economias capitalistas do centro do sistema mundial. Nas fases expansivas, o centro do sistema capitalista amplia sua necessidade de matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, aprofundando a divisão internacional do trabalho, e os recursos são alocados tanto no centro quanto na periferia. Nas fases depressivas diminui o ritmo de crescimento do centro do sistema, ocorrendo uma retração no comércio mundial, queda nos preços dos produtos exportáveis e superproduções relativas, ampliando/aprofundando a crise nos países periféricos. Tais ciclos influenciam de forma diferenciada as economias nacionais. O desenvolvimento periférico brasileiro ocorre em resposta ao centro dinâmico do capitalismo mundial – cada país responde de uma maneira e o Brasil responde ativamente. Nas fases expansivas, o Brasil aprofunda sua participação na divisão internacional do trabalho ampliando as importações e exportações.

Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma – o crescimento *hacia adentro* dos cepalinos – adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social: diversificação da produção das unidades econômicas básicas, na fase B do primeiro Kondratieff; diversificação da produção nacional, pela proliferação de unidades artesanais e excepcionalmente manufatureiras, voltadas para o mercado nacional, no segundo Kondratieff; aprofundamento desse movimento pela substituição de unidades pré-industriais por outras, de caráter propriamente industriais, no movimento estudado como industrialização, desencadeado na fase B do terceiro Kondratieff.

Esse movimento de substituição industrial de importações, contrariamente aos seus predecessores, não se interrompeu com o advento da fase expansiva do quarto ciclo longo (1948-73) (RANGEL, 2005a, p. 698, grifo do autor).

Os ciclos longos exercem influências também na manutenção e alteração dos pactos de poder entre as classes dirigentes brasileiras, as quais formam aquilo que Rangel identifica como a dualidade básica da economia brasileira. Segundo o autor (1998, p.149), o poder no Brasil é exercido por uma coalizão entre interesses de duas elites nacionais, as quais representam interesses diversos e até complementares, em que a classe hegemônica possui poder político e a classe subalterna, mais dinâmica, possui poder econômico. Quando os interesses tornam-se divergentes entre as classes e no interior da classe hegemônica, há o rompimento da dualidade, e um novo pacto de poder passa a existir com a ascensão da classe subalterna ao poder, amadurecendo sua capacidade política e um setor dissidente e progressista da antiga classe hegemônica passa à condição de sócio menor ou subalterno.

As respostas dadas pelo Brasil aos efeitos dos ciclos longos levaram ao desenvolvimento no interior da economia brasileira de seu centro dinâmico próprio, contribuíram para o surgimento dos ciclos médios ou de Juglar na economia brasileira.

A terceira dualidade engendrava um fato novo, numa economia periférica, isto é, produzia seu próprio ciclo, coisa antes prerrogativa dos países industrializados integrados no centro dinâmico. Não se tratava, por certo do ciclo longo, que é inerente ao centro dinâmico mundial, como reflexo que é dos processos de gestação e propagação de tecnologia nova, mas de ciclos médios, aparentemente da família dos ciclos de Juglar, aparentemente inerentes à fase de construção do capitalismo industrial (RANGEL, 1998, p. 165).

Os ciclos médios ou de Juglar, duram entre 8 e 11 anos, e são marcados por fases de expansão dos negócios, seguidas de crise e anos de depressão. Rangel identificou a ocorrência desses ciclos na economia brasileira a partir da década de 1920. São ciclos decenais endógenos, ou seja, têm origem e abrangência nacional, apenas nos países que se industrializaram – que internalizaram o seu centro dinâmico, que desenvolveram o seu capitalismo industrial. Assim, os primeiros

qüinqüênios de cada década, desde 1920 foram recessivos, enquanto os qüinqüênios subseqüentes foram expansivos. Os juglarianos brasileiros foram marcadamente setoriais, haja vista que estão relacionados ao processo de substituição industrial de importações (MAMIGONIAN, 1987, p. 68).

Desde que teve início a industrialização do Brasil, esses ciclos breves se têm sucedido regularmente. Primeiramente, foram criadas condições para a implantação da indústria leve, mas, a cada volta do parafuso cíclico, prosseguia a marcha no sentido de indústrias menos leves e, partindo da indústria de bens de consumo, no sentido geral da indústria de bens de produção. A meio caminho, tivemos as indústrias de bens duráveis de consumo, as quais são uma categoria híbrida, visto como, geralmente, são máquinas para as atividades produtivas da casa de família (RANGEL, 2005a, p. 702).

Os juglarianos brasileiros apresentam uma dinâmica expressa por Rangel, como a dialética da capacidade ociosa. Na fase expansiva do ciclo médio, que precede a recessão, um setor ou grupo de atividades econômicas expande-se, recebendo investimentos, criando uma capacidade produtiva além do necessário. Durante a mesma fase expansiva, outro setor produtivo ou conjunto de atividades revela-se estrangulada, com carência de investimentos, por alteração na estrutura de demanda do sistema. A superação dos setores estrangulados (antiosiosos) exigirá investimentos, utilizando a capacidade ociosa do setor superinvestido, que ao realizar a inversão levará a economia para outro período expansivo, que ao seu término apresentará outro pólo com capacidade ociosa e um outro pólo estrangulado.

Durante a fase recessiva tenta-se superar tal problema, superação esta que só ocorre com a mudança do aparelho de intermediação financeira, porém, encontrando resistências. Enquanto o problema não se resolve, o Estado é chamado a intervir, orientando os fluxos financeiros do pólo de poupança para o pólo de investimento, culminado em grave crise das finanças públicas, cuja superação implica uma nova redistribuição das atividades econômicas entre setores públicos e privados. Transferindo-se os recursos de uma área superinvestida para uma subinvestida uma nova fase expansiva se apresenta. (RANGEL, 2005a, p. 704-5)

A industrialização brasileira se deu de forma escalonada, setor após setor. Com a depressão do terceiro Kondratieff (1920-1948) e conseqüente diminuição do comércio mundial e da capacidade de importar, o Brasil foi obrigado a se voltar para o mercado interno – crescer hacia adentro – e produzir os bens que anteriormente eram importados, a saber, os bens de consumo simples.

Para Rangel (2005a, p. 700), os ciclos endógenos conferem novo sentido aos ciclos longos mundiais, agravando-os ou amenizando-os, colocando em evidência o papel relevante do Estado. A revolução de 1930 é caracterizada por Mamigonian (2000, p. 47), como uma aliança autoritário-reformista que empreenderia a modernização industrial pelo alto, a via prussiana através do uso seletivo das divisas geradas pela cafeicultura paulista (e posteriormente paranaense), através de políticas de transferência setorial, rompendo com a política de sustentação do café e subsidiando a importação de máquinas e equipamentos para as indústrias. A revolução também eliminou as resistências à acumulação capitalista tanto da direita quanto da esquerda.

O Estado passou a incentivar as atividades industriais com medidas fiscais, tributárias e creditícias, favorecendo a tomada de empréstimos bancários, diminuindo impostos sobre bens de capital, favorecendo a importação de equipamentos, máquinas, matérias-primas e insumos industriais. A partir de 1937, o Estado passa a atuar de forma direta com a criação de empresas estatais de bens de capital e de base para o desenvolvimento industrial nacional. É nesse contexto, que o Governo Vargas inicia em 1941 a construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em Volta Redonda, com capital público nacional e recursos financiados pelo governo dos Estados Unidos, e que começou a produzir em 1946 diminuindo a importação de ferro e aço. Seguiu-se a inauguração da Companhia Vale do Rio Doce (1942), da Fábrica Nacional de Motores e da Companhia Nacional de Alcalis em 1943 e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1945, concomitante ao aperfeiçoamento do transporte marítimo de carvão e do transporte ferroviário para garantir a infra-estrutura básica para o funcionamento dessas indústrias e garantir o desenvolvimento industrial.

Cada ciclo médio brasileiro corresponde a construção de um degrau do edifício industrial brasileiro, através da substituição de importações: indústrias de bens de consumo simples, materiais de construção, indústrias de base, bens de consumo duráveis, indústrias mecânicas e química pesada. Tal processo se deu através da iniciativa privada nacional, da participação ativa do Estado, com a criação de

indústrias de base e a concessão de serviços públicos a empresas públicas e de economia mista, e do capital estrangeiro, principalmente a partir da década de 1950, com a substituição de importações de bens de consumos duráveis (principalmente automóveis) (MAMIGONIAN, 1990, p. 82).

A partir de 1948, a economia mundial entra em nova fase expansiva, inaugurando o 4º ciclo de Kondratieff cuja fase a se estende até 1973 (primeiro choque do petróleo). No Brasil, o Estado se destaca como o principal investidor na indústria com recursos oriundos da agricultura e empréstimos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, criando empresas estatais em setores estratégicos como as indústrias de base e serviços públicos de infra-estrutura (Petrobrás, CSN, Vale do Rio Doce, Eletrobrás etc.).

O período 1948-1952 é caracterizado por Bielschowsky (2000), como um período de estabilidade econômica e política, no qual a economia brasileira apresentou taxa média de crescimento de 7% ao ano e de crescimento industrial de 11% entre 1948 e 1950, e de 6% no biênio 1951-52. Os setores industriais com maiores taxas de crescimento foram a metalurgia, mecânica, materiais elétricos, materiais de transporte e minerais não metálicos. Em 1952 foi criado o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - (posteriormente BNDES), para promover a melhoria da infra-estrutura industrial e dar suporte financeiro às iniciativas industriais privadas nacionais, além de uma intensificação de importações de equipamentos e matéria-prima mediante adoção de taxas variáveis de câmbio para setores diversos. Entre 1953-55 a produção siderúrgica cresceu com vigor na CSN, o produto industrial cresceu 9,5% ao ano, ocorreu a criação da Petrobrás e de vários fundos públicos (impostos especiais) vinculados a investimentos em infra-estrutura, como o Fundo de Reparcelamento Econômico.

O período entre 1957-1962 foi de grande desenvolvimento econômico, conjuntamente favorável. Foi um período de grandes realizações como a construção de Brasília, a implantação das indústrias automobilísticas no Brasil. O Plano de Metas proposto por JK para o período de 1956-1960 continha um conjunto de 31 metas, culminando com a meta-síntese: a construção de Brasília. Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo receberam a maior parte dos investimentos do governo. Foram concedidos subsídios e estímulos para expansão e diversificação industrial, com a produção de bens de consumo duráveis, produção de equipamentos e insumos intensivos em

capital. A produção industrial cresceu numa média 11,2% entre 1958-1962 (RANGEL, 2005b, p. 703). Foi nesse período que ocorreu a substituição industrial de importações de bens de consumo duráveis, vistos por Rangel, como uma categoria híbrida entre o departamento II (bens de consumo) e o departamento I (bens de capital). No triênio subsequente, um período recessivo, as taxas de crescimento industrial reduziram drasticamente, com taxas negativas de crescimento de 5% em 1965, fruto da instabilidade política nacional e da necessidade de novas substituições de importações, de eliminação de antiociosidades, de aumento da inflação redução de salários e desemprego, causado principalmente pela adoção de técnicas produtivas supridoras de mão-de-obra, ampliando o exército industrial de reserva e agravando a crise no campo.

O período compreendido entre 1968 e 1973, durante o regime militar, além de ficar marcado pela violenta repressão e supressão dos direitos civis, também ficou marcado pelo excelente desempenho econômico alcançado: a produção industrial cresceu cerca de 13% ao ano e o PIB brasileiro apresentou crescimento de mais de 9% entre 1968-70 e mais de 10,5% entre 1971-73. (RANGEL, 2005b, p. 714). A reforma bancária de 1965 criou a estrutura básica do sistema financeiro nacional, instituindo o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, e permitiu a especialização desse sistema com a divisão em financeiras, bancos comerciais e bancos de investimento. Com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), foi instituída a correção monetária, o que possibilitou a convivência com taxas elevadas de inflação durante muitos anos. O governo militar estimulou investimentos de empresas estrangeiras em associações com empresas nacionais e com o Estado em obras de infra-estrutura, com a construção de rodovias para integrar o território brasileiro, a construção de usinas hidrelétricas, investiu em telecomunicações, na indústria petroquímica, estimulou a construção civil com a criação do Sistema Financeiro da Habitação, utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Entre 1970 e 1973 as exportações cresceram ao ritmo de 40% ao ano, possibilitando o equilíbrio da balança comercial.

Paralelo ao desenvolvimento industrial brasileiro no pós-guerra – e até por exigência do mesmo - ocorreu a integração nacional do território e dos mercados, graças à construção de estradas de rodagem, ampliação da capacidade de armazenagem, crescimento no número de portos, investimentos nas ferrovias (pelo menos até a década de 1970), da implantação de redes de comunicação e da ampliação no

fornecimento de energia elétrica (Complexo Paulo Afonso em 1955, Furnas em 1963, Tucuruí e Itaipu pós-1975) e saneamento. (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

A pavimentação dos principais eixos rodoviários se deu entre 1950-1970. Data desse período também a construção de Brasília (1957-1960) que, segundo os autores em tela:

Foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensáveis à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo. Como resultado, cada um desses movimentos reforça os demais, e enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando o país a crises políticas sucessivas, as bases materiais também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa e através de uma superfície muito maior que no período anterior. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.45-6).

A partir dos anos 1970 impõe-se um movimento de desconcentração da produção industrial, concentrada, sobretudo em São Paulo, como manifestação do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil. Entre 1970 e 1980 o número de estabelecimentos industriais no Brasil cresceu 184,52%, enquanto o valor da transformação industrial aumentou 537,7% e o pessoal ocupado 98,39% (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 106).

A produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se, sobretudo para novas áreas do Sul e para alguns pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte (Manaus). Paralelamente, as áreas industriais já consolidadas ganham dinamismos diferentes dos que definiram a industrialização em períodos anteriores. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.106)

Os milagres econômicos brasileiros correspondem a coincidências entre as fases ascendentes do ciclo longo mundial e dos juglarianos brasileiros.

A fase A do ciclo breve da década de 1960 (geralmente essas fases ocorrem no segundo lustro do decênio) coincidiu com a etapa final da fase ascendente do ciclo longo e não é improvável que esse fato tenha gravitado sobre o nosso ciclo breve, retardando por alguns anos a passagem da fase A para a fase B (o notório milagre do Delfim). Assim, a fase B ou recessiva do nosso ciclo endógeno na década de 1970 foi não apenas mais curta, como mais amena. (RANGEL, 2005b, p. 431).

A partir de 1973 a economia mundial adentra a fase b do 4 Kondratieff, ou seja, um período recessivo mundial. Entre 1974 e 1979, durante o Governo Geisel, o Brasil apresenta em plena crise mundial (entremeada pelos choques do petróleo de 1973 e 1979), um crescimento industrial significativo, com o coroamento do edifício industrial, pela indústria pesada, através de endividamento externo (as taxas de juros eram baixas, pela grande oferta de petrodólares pelos bancos norte-americanos e europeus), ampliando sua participação na DIT. Tal período ficou conhecido como marcha forçada .

Entre 1938 e 1980 a produção industrial brasileira cresceu cerca de 26 vezes enquanto a produção industrial japonesa cresceu 14 vezes e a mexicana 12 vezes. Nenhuma outra economia capitalista apresenta desempenho comparável (RANGEL, 2005b, p. 431).

E como se comportava a região Sul do Brasil, e em especial, o estado do Paraná enquanto o país se industrializava? Silva (2006) analisa o processo de industrialização da região Sul, destacando a importância da pequena produção mercantil e subdivide tal processo em três fases distintas:

A primeira delas, correspondente ao período que vai do último quartel do século XIX a I Guerra Mundial, se caracterizou pela gênese industrial propriamente, a formação de economias externas de aglomeração ligadas às infra-estruturas, e as precoces economias internas de escalas, formadas (ao final do período) por firmas que se habilitavam a concorrer no mercado nacional. A segunda fase dizendo respeito ao período do entre Guerras, marca a expansão da indústria leve e os primeiros passos da indústria metal-mecânica. A terceira, concernente ao pós II Grande Guerra, é consoante com a abertura das economias

regionais, o crescimento industrial do tipo bola de neve, e a efetiva emergência de políticas públicas voltadas para o apoio ao capital industrial. (SILVA, 2006, p.57).

Fresca (2004b, p.2) afirma que a industrialização norte-paranaense até os anos 1960 era praticamente inexistente em virtude do processo de ocupação do território paranaense e a efetiva incorporação de terras à produção se concluir no final dos anos 1950. Destaca, no entanto, a existência de iniciativas industriais locais, com a presença de inúmeras unidades produtivas artesanais e industriais para atendimento de necessidades imediatas da população ou que não eram importadas de São Paulo, em razão dos custos.

Havia uma industrialização assentada em pequenas unidades, de capital local atrelada à agricultura, ao aproveitamento de recursos naturais e a outros produtos, visando ao abastecimento do mercado local e regional. Mas foi a presença de grandes grupos paulistas, que se expandiram para o norte do Paraná, desde a década de 1930, montando filiais para atendimento dos consumidores, que relativizou a emergência de empresas industriais de maior importância. (FRESCA, 2004a, p. 77-8)

A partir da década de 1960, o Norte do Paraná passou por significativas alterações produtivas inseridas nas freqüentes mudanças na divisão territorial e internacional do trabalho, tanto em âmbito nacional como paranaense (FRESCA, 2004a, p. 167). Foi nesse período:

Que emergiu com mais vigor a consciência política de eminentes crises locais face as sucessivas alterações na cafeicultura, tanto pelo esgotamento das frentes pioneiras como pela perda dentre outros, de obtenção de impostos; [...] a consciência de que as rendas geradas no Estado eram duplamente escoadas para São Paulo, por inversão em outros locais e extração das rendas via bancos extra-regionais e por consumo; [...] e emergência internamente ao poder estatal paranaense, a busca de alternativas de romper com o empobrecimento relativo que o Estado sofria – na percepção do executivo e dos políticos – por ter

na divisão territorial do trabalho papel de ser unicamente agrícola, quando em nível nacional destacava-se a industrialização como sinônimo de desenvolvimento(FRESCA, 2004b, p. 3).

Assim, o poder Executivo paranaense elaborou um projeto de desenvolvimento pautado na industrialização via substituição de importações . Chamado de modelo paranaense ⁴ tal projeto representava a assunção efetiva pelo Estado, de suas funções como promotor do desenvolvimento, numa conjuntura nacional de perda de ritmo de crescimento (1962-1967), o qual procurava repetir processos que ocorreram no Brasil, adotando medidas em direção à industrialização do Paraná (FRESCA, 2004a, p. 169-70).

Para executar e alcançar o objetivo de industrialização do Estado, foi criada a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná – que funcionaria com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econ mico (FDE). A Codepar deveria desempenhar três papéis: dotar o Estado de infra-estrutura, viabilizar a implantação de indústrias e gerar projetos de desenvolvimento específico, a partir do conhecimento da realidade local (AUGUSTO apud FRESCA, 2004a, p. 171). Para gerar condições à produção e reprodução do capital, o Estado criou sociedades de economias mistas como a Copel, a Fundepar, Sanepar, Telepar, Celepar e Cohapar entre 1962 e 1965.

Foi possível ao Estado, através da Codepar, cumprir alguns objetivos: integrar o território com a pavimentação das principais rodovias estaduais e oferecer energia elétrica através da Copel. As medidas institucionais adotadas pelo Governo do Paraná para superar uma crise foram pensadas por um caminho e implantadas por outro . A integração maior do Estado à economia nacional não se deu pela industrialização, mas por uma agoindustrialização extremamente articulada a demandas do país e do mercado internacional a partir da década de 1960 (FRESCA, 2004a, p. 173), efetivada na década seguinte com a modernização agropecuária concretizada no Paraná. Essa modernização corresponde à racionalização da agricultura, com a erradicação programada da cafeicultura após sucessivas crises de superprodução e a introdução de culturas a base de máquinas e insumos;

4 Expressão utilizada pelo próprio governo estadual. No entanto, o modelo nada teve de inédito. Silva (2006, p. 46) afirma que no caso da região Sul, cada governo estadual teve suas políticas desenvolvimentistas específicas, que, aliás, podem ser mesmo consideradas como elos importantes dos sistemas regionais de inovação de cada estado . Afirma ainda que a ação estatal acaba seguindo as potencialidades econômicas e não a elas se adiantando.

a alterações nas relações de trabalho no campo, com a eliminação de postos de trabalhos, intensificação da urbanização e crescimento da demanda por produtos agrícolas e; a subordinação da agricultura à lógica do capital industrial com a conseqüente industrialização da agricultura (FRESCA, 2004a, p. 173-83).

No período 1968-1977, o Paraná apresentou forte dinamismo econômico com elevadas taxas de crescimento. A partir de 1976, o setor industrial passou a ter predomínio sobre a agropecuária na composição da renda interna estadual. Essa expansão se deve principalmente ao crescimento das agroindústrias, com destaque para o processamento da soja e do trigo, da pecuária (carne e leite), do café solúvel, sucro-alcooleiro etc., através das cooperativas de produtores rurais e de empresas locais de iniciativa privada (FRESCA, 2004a, p. 200-1).

Após o milagre brasileiro (1968-73), quando iniciou-se uma fase recessiva mundial (fase b do 4º Kondratieff), o Paraná continuou a crescer vinculado às iniciativas industriais espalhadas por todo o Estado, como o início de operação da Cidade Industrial de Curitiba (com recursos do BADEP, financiando principalmente unidades de capital estrangeiro e nacional de outros Estados), a construção da Refinaria da Petrobrás em Araucária, o crescimento da construção civil, da indústria química, de material de transporte, de comunicação, de material elétrico, indústria mecânica e metalúrgica, as iniciativas de capital local em ramos da indústria tradicional no interior do Estado, com destaque para o setor confeccionista em Cianorte, Apucarana, Maringá e Londrina, o setor moveleiro em Arapongas e agroindustrial sucro-alcooleiro, avícola, de mandioca e derivados, de moagem de grãos produzindo óleos e cremes vegetais, de moagem de milho, de laticínios, de torrefação de café, fiação de algodão e seda etc. dispersas por todo interior do Estado (FRESCA, 2004a, p.204-7).

A autora identifica semelhanças entre a gênese e a expansão de atividades industriais (especializadas) em Arapongas, Cianorte e Apucarana. Observou o desenvolvimento de um setor moveleiro, de um setor de confecções de blusas, vestidos, jeans, e de uma produção confeccionista de bonés e camisetas, respectivamente. As iniciativas eram locais, com transferência de recursos de atividades de pequena produção mercantil, rurais e urbanas, para as atividades industriais nascentes, de forma artesanal, como a reforma de móveis, ou produção de bonés com motivos esportivos para a venda na porta dos estádios em dias de jogos. A expansão da produção e do número de estabelecimentos e empregados conformando setores significativos se deu mediante um

processo denominado pela autora de contato próximo . Ou seja, a partir da criação e expansão de algumas empresas, visíveis empiricamente pela contratação de novos empregados, aumento da produção, enriquecimento do proprietário, outras pessoas ligadas ou não a esta atividade, passaram a fundar indústrias (FRESCA, 2004b, p. 5), seja pelo caminho da separação de sociedades, pela iniciativa de funcionários com experiência no ramo, ou por outros profissionais que estivessem procurando um novo investimento. E essa gênese ocorreu em períodos recessivos em nível nacional (meados dos anos 1960) e mundial (pós –1973).

O ingresso numa fase recessiva mundial inaugurada em 1973 e agravada a partir de 1980, não implicou apenas em desmonte ou não emersão de outras atividades produtivas, muito pelo contrário, no norte do Estado a força e a dinâmica da pequena produção mercantil arrefeceu os impactos da crise longa recessiva e curtas, vinculadas respectivamente ao 4º Kondratieff e Juglarismos brasileiros. (FRESCA, 2004b, p. 5).

No contexto brasileiro, a partir de 1980, segundo Rangel (2005, p.431):

Teve início a fase recessiva do ciclo breve endógeno, e isso nas condições da persistência da fase recessiva do ciclo longo, que é exógeno, do ponto de vista brasileiro, visto como é um fenômeno de alcance mundial. Dificilmente poderemos encontrar em toda a nossa história econômica um período tão depressivo como o triênio 1980-83. Este foi um período recessivo em todo o mundo.

A década de 1980, que ficou conhecida como a década perdida , pelos baixos índices de crescimento da economia nacional (crescimento do PIB no período de 16,8% e crescimento industrial de 2,6%, segundo Araújo Jr, (2003, p. 49)), foi marcada pela ineficiência estatal para gerar novas áreas de investimentos para setores carregados de capacidade ociosa, como a indústria pesada, de bens de capital. Entre 1981-83, o país apresentou uma forte recessão industrial, apresentando uma leve melhoria entre 1984-86, aprofundando numa recessão de 1987-89, fruto de medidas político-econômicas equivocadas, para conter

a inflação. A partir de 1988 houve queda do número de empregos em praticamente todos os gêneros da indústria de transformação.

A coincidência de períodos de crise dos ciclos longos e curtos gerou a recessão de 1980-84. Houve o agravamento da questão agrária em função da indústria e a agricultura tornarem-se atividades poupadoras de mão-de-obra, resultando numa produção superdimensionada de um exército industrial de reserva (RANGEL, 1998, p. 168). A crise do comércio exterior com endividamento externo, para a substituição de importação do Departamento I, e a ineficiência estatal em criar um aparelho de intermediação financeira que viabilizasse a utilização da poupança gerada nos setores ociosos em investimentos nos setores antiociosos ou estrangulados (notadamente os serviços de utilidade pública e infra-estruturais) (RANGEL, 1998, p. 167), contribuíram para o prolongamento da crise por toda a década.

Embora o Paraná acompanhasse as grandes tendências verificadas para o Brasil, teve reduzido os impactos da fase recessiva por continuar tendo na agropecuária e na agroindústria a predominância produtiva e de geração de rendas (FRESCA, 2004a, p. 207). Segundo a autora em tela:

Os municípios do norte do Paraná, que têm sua dinâmica geral atrelada à agropecuária, agroindústria e ramos industriais classificados como tradicionais – confecções, mobiliário, bebidas, outros alimentos, etc. – viram reduzidas suas participações no valor adicionado da indústria paranaense. Em 1975, concentravam 33% do valor adicionado do Estado; em 1980, 20,7%, em 1985, com 27,6% - liderado pelas inversões em suas agroindústrias – e 22,6% em 1990 (p.212).

A partir da década de 1960, se dá a concentração dos estabelecimentos industriais nas proximidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, bem como um aumento da atividade industrial na maioria dos municípios. Já na década de 1980, os municípios de Apucarana, Cianorte, Maringá e Londrina destacavam-se no cenário industrial no norte do estado, num período de franco desenvolvimento da atividade confeccionista e de outros ramos tradicionais da indústria, como a alimentícia e mobiliário, mesmo com a diminuição da participação no valor adicionado. Isto significa que o processo de industrialização estava em marcha.

A partir dos anos 1990 foram tomadas, em nível nacional, medidas de abertura e liberalização econômica, visando tornar as empresas nacionais mais competitivas no mercado internacional e montar uma estrutura industrial e econômica que incentivasse a indústria nacional para competir em igualdade com as indústrias estrangeiras (ARAÚJO JR, 2003, p. 26), numa clara inspiração neoliberal, pautada no discurso da globalização como algo moderno, irreversível e irresistível, e que prega o enfraquecimento do Estado. Tais medidas levam o país a uma reinserção passiva na DIT no bojo da terceira revolução industrial. Na década de 1990 o PIB cresceu 23,2% e a indústria de transformação cresceu 22,3% (ARAÚJO JR, 2003, p.49).

Os anos 1990 são marcados por políticas macroeconômicas de curto prazo, como a política de importação em 1990 que servia como instrumento para combater a inflação, em que os preços estrangeiros mais atraentes que a indústria nacional estimulavam a redução de preços. Araújo Jr (2003, p. 54-6) analisa as consequências da abertura comercial empreendida pelo governo Collor em 1990. Embora tenha resultado em elevação da produtividade, da qualidade dos produtos dos setores e empresas sobreviventes, uma maior desverticalização e especialização de produção e de produtos, tal evento revelou-se traumático: a velocidade excessiva de implantação (quando na realidade deveria ser feita de forma planejada, lenta e gradual e não de forma indiscriminada como ocorreu), levou a uma política de comércio exterior que só prejudicou as empresas e os interesses nacionais ao não priorizar a produção e o mercado interno, a elevação do custo de capital de investimento para indústrias nacionais e o aumento da participação do capital estrangeiro no mercado interno.

Assim, segundo o referido autor, o Brasil passa a ser industrialmente e comercialmente menos atuante na DIT do que foi na década de 1980, e sua inserção se dá de forma desequilibrada, aumentando as importações e diminuindo as exportações. Os juros altos e o câmbio sobrevalorizado, adotados a partir de 1994 como medidas de estabilização, deprimiu a competitividade da indústria brasileira. A participação dos produtos primários na composição das exportações passou de 33,5% em 1992 para 38,2% em 1997.

Segundo Fresca (2004a, p. 214-5), em 1993 e 1994 o PIB paranaense teve um desempenho positivo com o início da integração nacional e do Paraná com os países do Mercosul, quando aumentaram as exportações estaduais, principalmente agroindustriais e metal-mecânicas. Entre 1991 e 1994 ocorreu aumento da produção industrial

nos setores de materiais de transporte, mecânico, do vestuário, calçadista, de artefatos de tecido e alimentício. A partir de 1994, o Paraná iniciou nova fase de crescimento, beneficiado pelo aumento do consumo de bens não duráveis e alimentícios com a implantação do plano real, com destaque para a agropecuária e as agroindústrias – de grupos privados, como a avícola Big Frango de Rolândia, e cooperativas agroindustriais verticalizadas (concentradas, sobretudo no Norte e Oeste do Paraná) – e a conformação do parque automobilístico e de autopeças (fornecedoras não nacionais das montadoras) na Região Metropolitana de Curitiba, o qual, fruto de forte financiamento estatal e isenções fiscais, contribuiu para a concentração dos investimentos em nível estadual e para o aumento da participação do capital estrangeiro na indústria paranaense.

O governo estadual sob a administração de Jaime Lerner (1995-2002) implantou uma política de redução da participação do Estado na economia, em compasso com a política nacional do governo FHC para o mesmo período, mediante realização de privatizações equivocadas, como a do Banco do Estado do Paraná (Banestado), e dos principais eixos rodoviários do Paraná (Anel de Integração), cujos contratos de concessão para um prazo de 25 anos, não prevêem um cronograma de investimentos nem o controle da tarifas pelo poder concedente, no caso o Estado do Paraná. É nesse contexto neoliberal, que ocorre a ampliação do Parque Automotivo do Paraná, com investimentos concentrados na Região Metropolitana de Curitiba (a Volvo encontrava-se instalada desde 1977, na Cidade Industrial de Curitiba). Após disputas entre vários Estados brasileiros, numa verdadeira guerra fiscal, o Governo do Paraná cedeu terrenos, isenção de impostos, e infra-estrutura para a instalação das montadoras Chrysler (Campo Largo), Renault e Audi/Volkswagen (ambas em São José dos Pinhais), entre 1997 e 1999.

Houve ainda um grande número de falências, fusões e aquisições de empresas, por empresas estrangeiras e nacionais de outros Estados, bem como uma reestruturação e concentração de capital das cooperativas agroindustriais do Estado do Paraná, como a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar), Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) e Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (Corol), e transferência de unidades produtivas para o Paraná, provindas predominantemente de São Paulo, num processo de desconcentração industrial, como as empresas Dixie Toga e Elevadores Atlas Schindler, instaladas na cidade de Londrina em 1998.

Os anos de 1990 marcam importante momento para a industrialização norte-paranaense ligada tanto ao processo de transferência industrial como de busca de estratégias por parte dos setores consolidados para fazerem frente aos problemas oriundos das macro políticas em nível federal que afetaram diretamente esta produção (FRESCA, 2004b, p. 6).

As transformações produtivas que atingiram o país após 1990, forçaram as empresas locais a se adequarem a um mercado mais competitivo, implementando inovações, alterando seus sistemas produtivos para encarar a concorrência estrangeira. Como uma dessas estratégias surge a cooperação entre empresas do mesmo ramo, beneficiadas pelas economias geradas pela aglomeração de estabelecimentos em determinadas porções do território paranaense.

As iniciativas locais contribuíram para o desenvolvimento industrial do norte do Paraná. Como foi ressaltado, diversas cidades da região industrializaram-se, seja a partir de diversificação industrial, seja pela especialização produtiva. Devemos considerar que a democracia no acesso à terra, quer dizer, a relativa facilidade de aquisição das terras, mediante a colonização em pequenas e médias propriedades, foi fator relevante para tal processo, na medida em que o desenvolvimento da pequena produção mercantil possibilitou o acúmulo de excedentes, permitindo a diferenciação social e a diversificação das atividades econômicas. De acordo com Fresca (2005), Vietro (2006) e Veiga (2007), entre tantos outros autores que estudaram a atividade industrial na região, foi a dinâmica da pequena produção mercantil, que possibilitou o desenvolvimento da atividade industrial, principalmente nos setores intensivos em mão-de-obra.

De acordo com Vietro (2006, p. 50), a produção de bonés em Apucarana iniciou-se mediante a ação de Jaime Ramos, de origem urbana, que fabricava artesanalmente chaveiros em acrílico, flâmulas, tiaras, viseiras, chapéus e bonés com emblemas de times de futebol e que, juntamente com familiares e amigos comercializava na porta dos estádios em dias de jogos. Devido ao sucesso, em 1974 fundou a empresa Jaime Ramos Ltda, juntamente com um sócio local, que funcionava em sua residência, empregando 08 funcionários, produzindo bonés stander ou bonés-de-pintor, com máquinas de costura usadas e de uso doméstico. O conhecimento sobre o processo de produção, corte e montagem do boné, foi adquirido através do desmonte do boné e da cópia de suas partes em tecido.

Vietro ainda identificou em Apucarana outras atividades industriais que surgiram de iniciativas locais, as quais permitiram a conformação de grupos empresariais com atuação internacional e detentoras de importantes fatias do mercado interno, tal qual, a moagem de milho e produção de rações para cães e gatos, o curtimento de couro, a fabricação de equipamentos de proteção individual, a produção de defensivos agrícolas, entre outras.

Veiga (2007) identifica nos agentes locais, a origem da produção de mesas de bilhar em Jaguapitã, cuja produção surgiu nas décadas de 1960 e 1970, fruto de transformações econômicas e sociais que afetaram toda a rede urbana do norte do Paraná, especialmente esta pequena cidade. Novas indústrias foram instaladas por agricultores, filhos de agricultores, comerciantes e artesãos. Assim, nas décadas de 1980 e 1990 a atividade se expandiu, tornando Jaguapitã a primeira cidade em número de indústrias de mesa para bilhar e com significativo controle do mercado consumidor nacional, algo em torno de 30.000 mesas no Brasil.

Os exemplos de cidades em que a iniciativa local foi responsável pelo desenvolvimento industrial são inúmeros, assim como o são os setores em que a atividade se desenvolveu, bem como as formas de associação. Das pequenas confecções de jeans e bonés em Cianorte e Apucarana, às grandes indústrias de móveis em Arapongas. Das fábricas de metais sanitários de Loanda, às cooperativas agroindustriais de Rolândia, Campo Mourão e Maringá. Diversos foram os processos, diversas foram as atividades em que a iniciativa local, oriunda de uma pequena produção mercantil diversificada, pôde aplicar seus rendimentos, muitas vezes com incerteza perante as crises. Muitas delas fracassaram, outras tantas tiveram êxito e serviram de exemplo.

As estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) coletadas desde 1985 permitem visualizar a evolução da atividade industrial a cada ano. Os mapas de número 06 a 09 refletem, respectivamente, a distribuição dos estabelecimentos e do pessoal ocupado na indústria de transformação nos anos de 1985 e 2008. É importante destacar que tais informações dizem respeito apenas às atividades devidamente formalizadas, não estando contabilizados os empreendimentos e ocupações informais.

Em termos de estabelecimentos, observa-se a evolução constante do número de empresas em todas as unidades da federação desde 1985. Os principais estados industriais em 2008 eram: São Paulo,

Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Ceará e Pernambuco. Em 1985 a indústria brasileira apresentava concentrada nos estados do Sudeste. Nesse período aumentou a participação dos estados sulinos, nordestinos e de Goiás. Os estados mais industrializados do país formam uma área contínua estendendo-se do Ceará no Nordeste até o Rio Grande do Sul no sul do país, tendo São Paulo como centro. A configuração espacial da indústria brasileira a partir das estatísticas oficiais assemelha-se à noção de Região Concentrada apontada por Santos e Silveira (2003).

Considerando os valores absolutos, entre os dez estados mais industrializados do país, apenas o Rio de Janeiro apresentou redução no total de estabelecimentos: eram 19.291 em 1990, 16.014 em 1995, 15.260 em 2000, 14.831 em 2005, voltando a apresentar crescimento em 2008 (17.038). Os demais estados apresentaram contínuo crescimento dos estabelecimentos industriais entre 1985 e 2008. Entre os dez estados com maior número de indústrias, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco perderam posições no período analisado, enquanto Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Ceará ganharam posições.

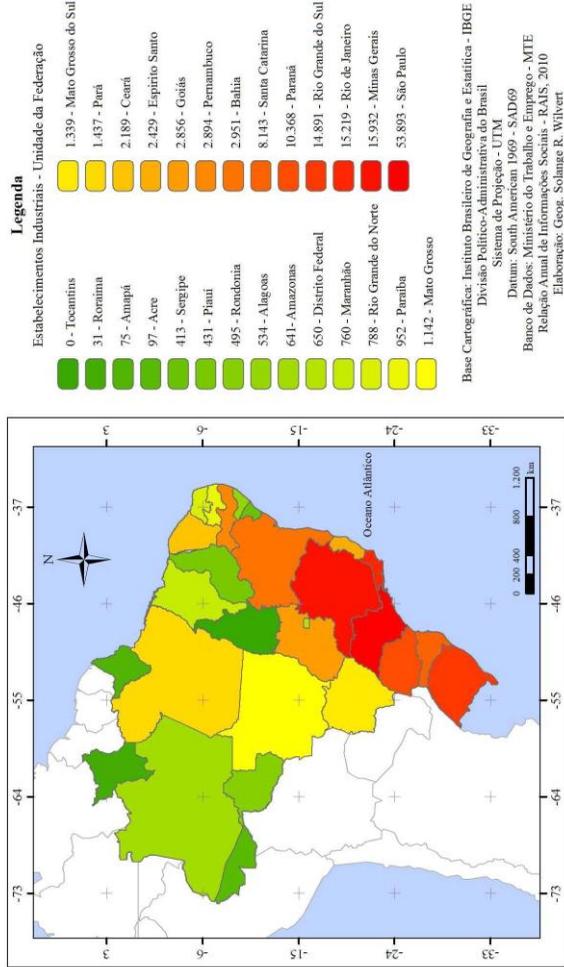
Quanto à participação relativa, São Paulo ainda que seja o estado mais industrializado do país, viu sua participação cair constantemente, passando de 38% em 1985, para 37,8% em 1990, 36,1% em 1995, 31,3% em 2000, 30% em 2005 e 29% em 2008. Minas Gerais apresentou desempenho estável (entre 11 e 13%), assim como Rio Grande do Sul (10 e 11,4%). A maior queda fica por conta do Rio de Janeiro que entre 1985 e 2008 perdeu metade de sua participação, caindo de 10,7% para 5,2%. O estado do Paraná passou de 7,3% em 1985 e 1990, para 7,8% em 1995, 8,6% em 2000, 8,9% em 2005 e 9% em 2008.

Já as informações contidas nos mapas 08 e 09, referentes às ocupações na indústria de transformação não permitem afirmar que a evolução dos empregos tenha sido constante. Ao contrário, tais imagens refletem a forte crise por que o país passou ao longo dos anos 1990. O estado de São Paulo só voltou a apresentar índices de ocupação semelhantes ao de 1990 apenas em 2008, tendo atingido menor índice em 2000.

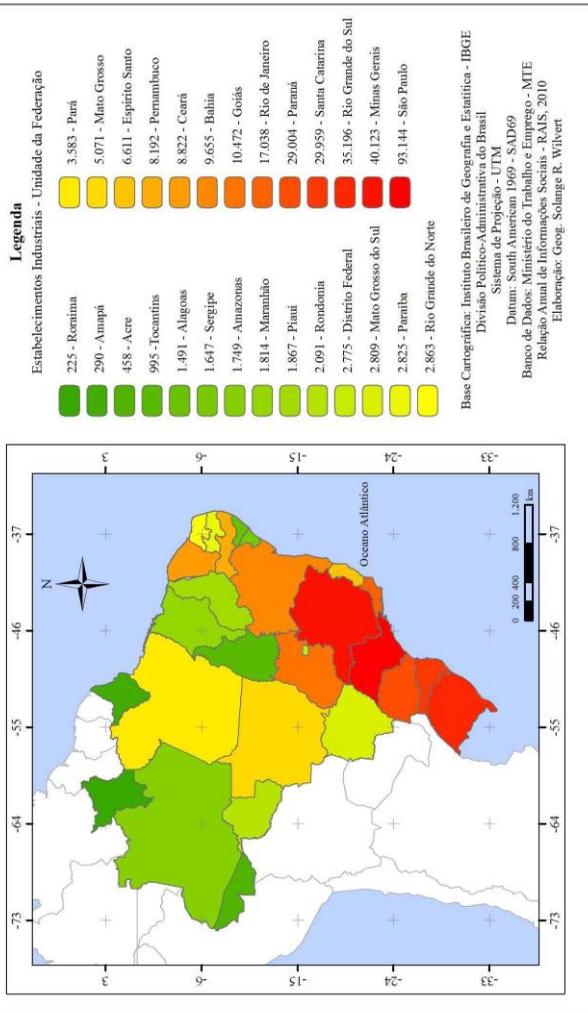
Em termos de pessoal ocupado na indústria de transformação os dez maiores empregadores em 2008 eram: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás. Entre 1985 e 2008 perderam posições Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia,

enquanto Minas Gerais, Paraná, Ceará e Goiás ganharam posições. Verifica-se que São Paulo, embora continue sendo o principal gerador de empregos industriais no país, apresenta diminuição da participação relativa no total de empregos industriais: em 1985 representava 48%, 46% em 1990, 43% em 1995, 38% em 2000, 36% em 2005 e em 2008. O estado do Paraná apresenta evolução constante na participação no total de empregos: 4,5% em 1985, 5% em 1990, 6% em 1995, 7,2% em 2000, 8% em 2005 e 8,3% em 2008. Atualmente, o Paraná é o quarto maior empregador industrial do país e juntamente com Goiás (10º) foram os únicos estados a apresentarem crescimento contínuo. O grupo formado pelas 17 demais unidades da Federação também apresentou participação continuamente crescente, pois se em 1985 representavam pouco mais de 7% dos empregos, dez anos depois representavam 9%, em 2005 chegaram a 12,1%, índice semelhante ao de 2008.

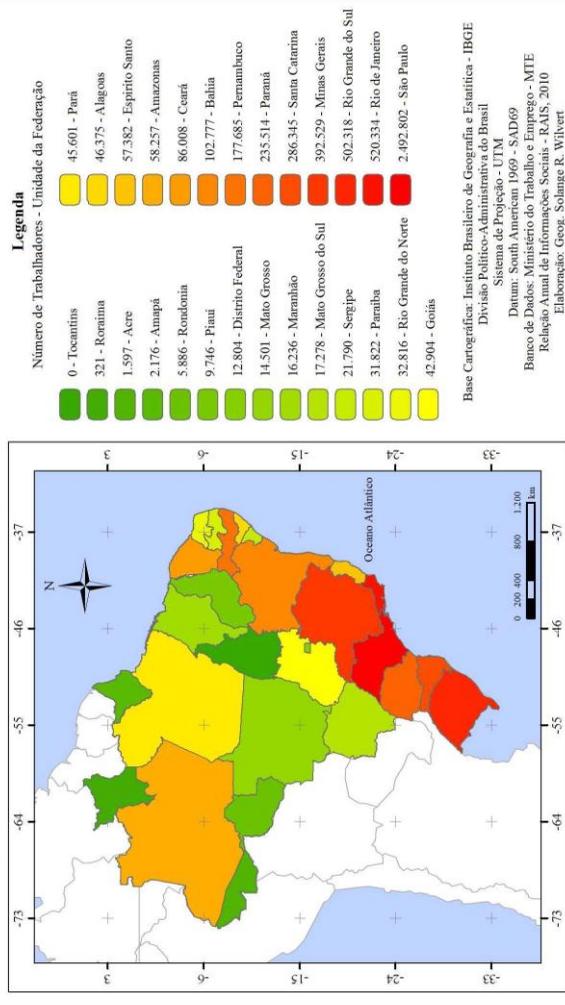
Mapa 6: Brasil - Distribuição dos Estabelecimentos Industriais por Unidade da Federação 1985



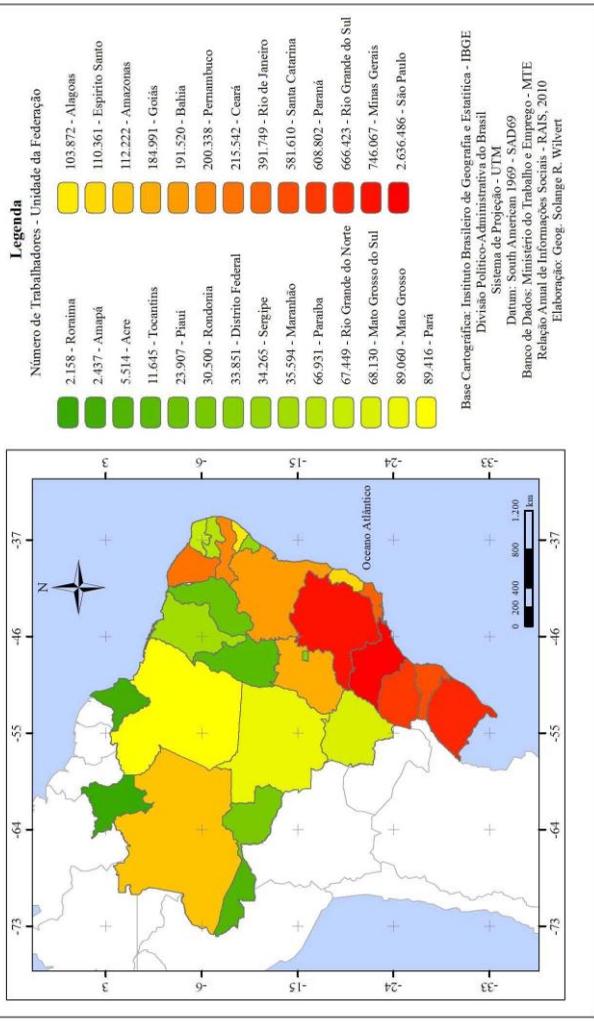
Mapa 7: Brasil - Distribuição dos Estabelecimentos Industriais por Unidade da Federação 2008



Mapa 8: Brasil - Distribuição do Pessoal Ocupado na Indústria por Unidade da Federação 1985



Mapa 9: Brasil - Distribuição do Pessoal Ocupado na Indústria por Unidade da Federação 2008



Entre 2000 e 2009, o PIB paranaense representou aproximadamente 6% do PIB brasileiro (alcançando menor índice em 2006, com 5,77% e maior índice em 2003, com 6,44%). Em 2008 a participação paranaense foi de 5,91% mantendo-se estável no ano seguinte. No período de 2000 a 2009, a taxa média de crescimento do PIB foi de 3,3% para ambos. No entanto, no período 2000-2004 o Paraná cresceu 4,1% e o Brasil apenas 3,3%. Entre 2005 e 2009 o Paraná cresceu apenas 2,5%, enquanto o Brasil cresceu 3,6% (IPARDES, 2010, p.3). Este desempenho deve-se à retomada da atividade industrial ao longo do período, da ampliação dos investimentos e do aquecimento da demanda provocado pelas políticas de valorização dos salários e distribuição de renda levadas à cabo a partir de 2003, no governo Lula.

Neste contexto, representando 9% dos estabelecimentos e 8,3% dos empregos industriais brasileiros em 2008, a indústria paranaense apresentava a seguinte distribuição (tabela 01): em termos de valor adicionado fiscal, destacam-se a fabricação de veículos automotores (19,16%), a fabricação de derivados de petróleo (18,31%), a indústria alimentícia (16,82%), a indústria de celulose e papel (6,19%) e a indústria de produtos químicos (5,83%); já em relação aos estabelecimentos o destaque se dá para a confecção de artigos de vestuário (17,6%), indústria alimentícia (12,9%), produtos de metal (12,23%), produtos de madeira (9,46%) e móveis (8,56%); quanto ao pessoal ocupado, a indústria alimentícia representa 25,37%, as confecções representam 11,87%, produtos de madeira 7,08%, veículos automotores 6,45%, móveis 6,12%.

Se, no caso paranaense, a indústria têxtil-confeccionista não é representativa do ponto de vista do valor adicionado industrial (apenas 2,57%), ela o é do ponto de vista dos estabelecimentos e do volume de emprego criado. Esta atividade industrial é responsável pelo emprego de mais de 82 mil pessoas, em mais de 5 mil empresas (predominantemente micro e pequenas) espalhadas por todo o estado.

Tabela 01 - Paraná: Indústria de Transformação 2008 - indicadores selecionados

DIV CNAE 20 - Divisão de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.0	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor Adicionado Fiscal	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	VAF Indústria (R\$1,00)	Rel.
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	3345	12,9	146005	25,37	8.438.950.349	16,82
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	112	0,43	5104	0,89	868.576.308	1,73
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	18	0,07	834	0,14	68.992.273	0,14
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	725	2,8	13865	2,41	589.256.296	1,17
CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	4567	17,6	68310	11,87	704.858.115	1,4
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	461	1,78	7412	1,29	157.221.311	0,31
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	2454	9,46	40804	7,08	2.031.386.650	4,05
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	466	1,8	18736	3,26	3.107.280.903	6,19
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	1000	3,85	7805	1,36	381.590.442	0,76
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	45	0,17	17279	3	9.189.477.333	18,31
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	822	3,16	17425	3,03	2.924.534.876	5,83
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	71	0,27	3879	0,67	369.076.031	0,74
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	1178	4,54	27145	4,71	1.330.527.307	2,65
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	1961	7,56	24699	4,29	1.488.729.194	2,97
METALURGIA	370	1,42	6861	1,18	1.181.273.793	2,35
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3172	12,23	33773	5,87	1.399.124.763	2,79
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	270	1,04	11772	2,04	1.264.707.500	2,52
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	362	1,4	16382	2,85	1.096.328.104	2,18
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1073	4,13	23310	4,04	2.261.240.670	4,5

FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	553	2,12	37107	6,45	9.614.887.088	19,16
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	67	0,26	936	0,16	41.806.504	0,08
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	2220	8,56	35212	6,12	1.131.706.537	2,25
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	623	2,39	10768	1,87	535.329.951	1,1
Total	25935	100	575423	100	50.176.862.298	100

Fonte: MTE-RAIS, 2010;
IPARDES, 2011

A figura 01 exprime um pouco da diversidade industrial paranaense, apresentando os arranjos produtivos locais (APLs)⁵ institucionalizados no estado. São atividades industriais de diversos setores espalhadas pelo território estadual. Mas não são as únicas. Outras atividades industriais, intensivas em capital, se desenvolveram no estado, como a indústria automotiva na Região Metropolitana de Curitiba, a indústria química e farmacêutica no Norte do estado, ou a indústria de equipamentos de transporte em Maringá e Ponta Grossa. No entanto, grande parte dos setores representados nessa figura são intensivos em mão-de-obra, são importantes, do ponto de vista do número de empregos gerados, além do mais, a grande maioria dessas concentrações resultaram de iniciativas locais. Neste cenário, destaca-se o Norte do Paraná e setorialmente as indústrias de confecções. É deste setor industrial e de sua concentração regional que nos ocuparemos nos capítulos que se seguem.

5 Arranjos Produtivos Locais são aqui entendidos como aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (MDIC, 2011). Para a caracterização de um APL, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio considera a existência de um número significativo de empresas e de empregos em uma atividade predominante, de formas percebidas de cooperação entre os atores e de algum mecanismo de governança. No Paraná existem sete APLs ligados ao setor de confecções: Bonés de Apucarana, Confecção Infantil de Terra Roxa, Confecções da Região Sudoeste, Confecções de Cianorte, Confecções de Maringá, Malhas de Imbituva, Vestuário de Londrina.

2- RECORTANDO O TECIDO: ANÁLISE DA CADEIA TÊXTIL-CONFECCIONISTA

Roupas, tecidos, panos, vestuário, artigos de cama-mesa-banho, moda, malha, artefatos têxteis, confecções, fibras naturais e sintéticas, design, marca, modelagem, propaganda, catálogos, coleções, lojas de departamento, magazines, facções, jeans, costureiras, bordados, lantejoulas, uniformes, máquinas de costura, informática, mecânica, shoppings atacadistas, tendências, estilo, boutique, decoração, alfaiataria, são termos que se interagem ao longo da cadeia produtiva têxtil e de confecções (COSTA e ROCHA, 2009), ou cadeia produtiva da moda (RECH, 2006 e 2008), ou cadeia têxtil e vestuário (CARVALHO; SERRA, 2008), ou simplesmente cadeia têxtil (IEMI, 2008). Diversidade de nomenclaturas para uma complexa e diversificada atividade produtiva. Mas o que é uma cadeia produtiva?

Conjunto de atividades, nas diversas etapas de processamento ou montagem, que transforma matérias-primas básicas em produtos finais. Em uma estrutura industrial razoavelmente desenvolvida é praticamente impossível a delimitação das cadeias produtivas no sentido estrito, dada a interdependência geral das atividades, além da possibilidade de substituição de insumos. [...] Em cada cadeia produtiva encontram-se indústrias estreitamente relacionadas por compras e vendas correntes, constituindo os principais mercados e/ou fornecedores das demais atividades participantes (HAGUENAUER *et al*, 2001 p. 06).

Rech (2008, p. 08) afirma que o termo cadeia produtiva pode ser denominado *filière*, termo de origem francesa e que apresenta o significado de fileira, ou seja, uma sequência de atividades empresariais que conduzem a uma sucessiva transformação de bens, de estado bruto ao acabado, ou designado ao consumo .

A cadeia produtiva pode ser encarada de forma mais ampla, a partir de todas as interações necessárias para que se dê o circuito produtivo, ou seja, considerando todas as interações com fornecedores os mais distintos, com compradores e consumidores, e com serviços auxiliares os mais diversos, ou de forma mais restrita, considerar apenas

as etapas de produção propriamente ditas (transformação da matéria-prima em produto industrializado e pronto para o consumo).

Costa e Rocha, (2009, p. 162-3) consideram que as atividades da cadeia têxtil e de confecções (TC) iniciam-se com a transformação de matéria-prima (fibras têxteis) em fios, seguindo para a tecelagem e malharia, passando em seguida por beneficiamento e acabamento, até atingir a etapa da confecção e enfim chegar ao consumidor como peça de vestuário, artigos para o lar ou destinado para uso industrial e corporativo. Destacam, no entanto, que ao longo do processo produtivo de TC, há interface com outros ramos industriais como a indústria química (fibras e corantes), a indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos).

De acordo com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI, 2008, p. 23), a cadeia produtiva têxtil é composta pelas etapas de: produção de fibras e filamentos (sejam naturais ou químicas); têxtil, através da produção de tecidos planos, tecidos de malha e beneficiamento dos mesmos, através de tinturaria e estamparia e; confecção, com a produção de vestuário (roupas e acessórios), linha lar (cama, mesa, banho e artigos de decoração) e produtos técnicos (sacaria, encerados, fraldas, correias, tendas, etc.).

Para Prochnick (2003, p. 03), a cadeia têxtil/confecções (CTC) é formada por seis elos: beneficiamento de fibras têxteis naturais; fiação e tecelagem de têxteis naturais; fiação e tecelagem de têxteis químicos; outras indústrias de tecelagem; malharia e; vestuário. O autor agrupa as informações sobre a cadeia em três segmentos: fibras/filamentos (fornecedor de fibras e filamentos químicos e naturais (agropecuários)); manufaturados têxteis (fios, tecidos e malhas) e; confecção de bens acabados (vestuário, linha lar, etc.).

Rech (2008, p. 09) afirma que a cadeia produtiva da moda é constituída de diversas etapas produtivas inter-relacionadas, cada uma com suas especificidades e que contribuem para o desenvolvimento da fase seguinte. Também pode ser considerada como o conjunto de três grandes segmentos industriais (com níveis distintos de escala): fornecedor de fibras e filamentos; manufaturados têxteis e; confecção de bens acabados. Ela define os seguintes estágios considerados na esfera do processo produtivo:

A- Produção de matéria-prima: a primeira fase da cadeia produtiva da moda diz respeito às fibras e/ou filamentos que serão preparados para a etapa da fiação. Compreende o processo químico-físico

de extrusão (fibras químicas - artificiais e sintéticas) e a produção agrícola (fibras naturais vegetais) ou pecuária (fibras naturais animais);

B- Fiação: reporta-se á produção de fios;

C- Tecelagem: os tecidos são obtidos através de processos técnicos diferentes, que são a tecelagem de tecidos planos, a malharia (circular e retilínea) e a tecnologia dos não-tecidos;

D- Beneficiamento/Acabamento: compreende uma série de operações que outorga propriedades específicas ao produto;

E- Confeccção: esta é a fase capital da elaboração de peças confeccionadas e abrange a criação, a modelagem, o enfesto, o corte, a costura e o beneficiamento do produto;

F- Mercado: são os canais de distribuição e comercialização (atacado e varejo). (2008, p. 09)

Para a autora em tela, operam transversalmente, ao mesmo tempo na cadeia uma série de serviços de suporte como o mecânico-têxtil, além de serviços intermediários como os fornecedores de equipamentos; a produção de *softwares*; editoras especializadas; feiras de moda; agências de publicidade e comunicação; estúdios de criação em *design* de moda e funções corporativas (*marketing*, finanças, marcas, entre outras) (2008, p. 07). Caracteriza ainda a cadeia produtiva de moda como heterogênea em relação ao porte das empresas que a compõem, incluindo desde grandes empresas integradas (da fiação ao acabamento) até pequenas empresas confeccionistas.

Para Haguenaer *et al.*(2001, p. 27):

O microcomplexo têxtil/vestuário é constituído por uma cadeia de atividades em seqüência linear, desde o beneficiamento e fiação de fibras naturais e/ou químicas, passando pela tecelagem, até a confecção final. [...] Apesar desse elo linear entre as etapas da cadeia, cada uma delas pode ser realizada em pequenas ou grandes quantidades, de maneira especializada ou com diferentes graus de integração vertical. [...] As diferenças de níveis tecnológicos entre as etapas raramente trazem problemas de compatibilização ao longo do processo. Se aliamos a esses fatos a evidência de

os produtos serem facilmente transportáveis e de as atividades já estarem implantadas há mais de um século no País, configurando em geral pequenas barreiras à entrada, pode-se entender a grande heterogeneidade de tamanho das firmas principalmente no final da cadeia.

A figura 02 representa esquematicamente as etapas do processo produtivo ao longo da cadeia e as diversas atividades que contribuem para a realização da produção ao longo da mesma.

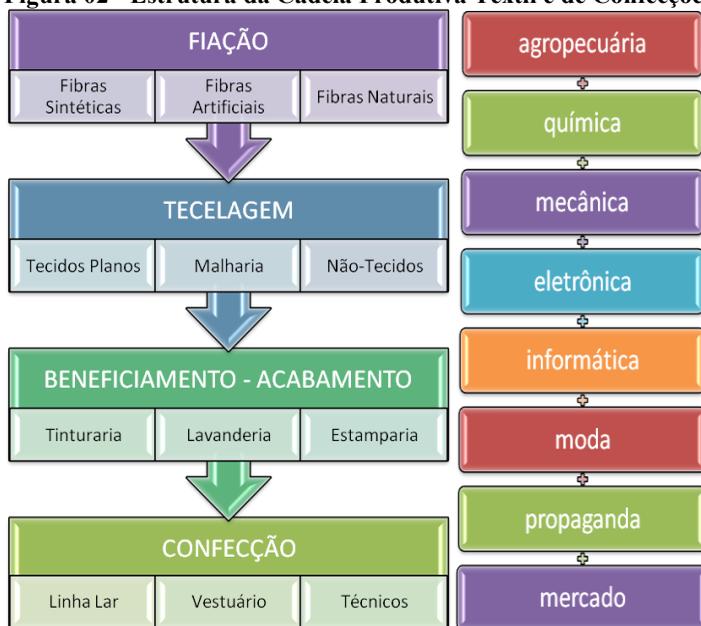
E o que é a indústria confeccionista propriamente dita?

Para Gomes (2002) representa o conjunto de empresas que transformam tecidos, fabricados a partir de fibras naturais (algodão, lã, seda, linho), artificiais (acetato, viscose) e sintéticas (poliéster, poliamida, acrílico, propileno e elastano), em peças do vestuário pessoal (feminino, masculino e infantil), doméstico (cama, mesa e banho) e decorativo (cortinas e toldos). Frequentemente confunde-se confecção com vestuário, sendo tomados como sinônimos. No entanto, vestuário refere-se a uma das especializações, aliás, a mais importante (em termos de empresas, empregos, produção e faturamento), do final da cadeia têxtil-confecções. As etapas de produção de confecções são: criação, modelagem, corte, costura e acabamento.

Rech (2006, p. 31) afirma que a indústria confeccionista é um tipo de indústria fragmentado constituído por micro e pequenas empresas que difundem o domínio do setor. Uma indústria fragmentada é aquela:

[...] em que nenhuma companhia possui uma parcela de mercado significativa nem pode influenciar fortemente o resultado da indústria. Comumente, as indústrias fragmentadas se constituem de grande número de empresas de pequeno e médio portes. A noção essencial que faz essas indústrias um meio competitivo bastante peculiar é a ausência de líderes de mercado com influências sobre a atuação da indústria como um todo. (PORTER, apud RECH, 2006, p. 31).

Figura 02 - Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confeções



Adaptado de COSTA e ROCHA, 2009, IEMI, 2008 e RECH, 2006.

Diversos aspectos da indústria de confecções são destacados por Rech (2006, p.31-6), a saber:

- Heterogeneidade produtiva: desde empresas domésticas com características artesanais até grandes e modernas fábricas, com diferentes escalas de produção e padrão tecnológico.
- Mercado consumidor imensamente dividido: desde produtos padronizados à produção customizada, designada a usos peculiares, além de estabelecimento de faixas de mercado: idade, sexo, nível de renda, escolaridade e preço.
- Ausência de barreiras significativas à entrada de novos concorrentes, ou seja, não existem grandes obstáculos que dificultem o acesso a novas concorrências, tanto em função da tecnologia (difusa) quanto do valor de investimento (baixo). O conhecimento produtivo é amplamente difundido e de controle simples. Não requer grandes investimentos de capital e os custos de produção são menores do que em outros elos da cadeia TC, como fiação, tecelagem ou malharia.

- d) Intensiva em mão-de-obra. Apresenta avanços tecnológicos, no sentido de automação, apenas em algumas fases do processo produtivo, como na concepção de modelo, preparação e corte de tecidos, utilização de sistemas de CAD/CAM (*computer aided design/computer aided manufacturing*), utilização de dispositivos de controle numérico resultantes em diminuição do tempo do processo produtivo e desperdício de tecido, agilização de processo criativo e produtivo, resultando em redução de custos. No entanto, a etapa da costura, que concentra 80% da atividade produtiva, apresenta restrições ao progresso tecnológico devido ao caráter quase artesanal da montagem das peças, cujo manejo é difícil de ser reproduzido por máquinas. Apresenta aparente estabilidade tecnológica no que diz respeito a bens de capital, haja vista que, embora tenha sofrido alguns avanços, a máquina de costura realiza basicamente as mesmas tarefas. A etapa é extremamente dependente da habilidade e ritmo da mão-de-obra.
- e) Constitui-se no elo diretamente responsável pela comunicação de alterações nos padrões de consumo para os outros elos da cadeia. Demanda flexibilidade produtiva para se ajustar às alterações da moda e às preferências dos consumidores por diferentes tecidos, cores e formas.

Importa ainda destacar o reduzido ciclo de vida dos produtos de moda, entendidos como qualquer elemento ou serviço que conjugue as propriedades de criação (design e tendências de moda), qualidade (conceitual e física), vestibilidade, aparência (apresentação) e preço a partir das vontades e anseios do segmento de mercado ao qual o produto se destina (RECH, 2008, p. 08). O produto de moda que será usado no verão deste ano não é o mesmo que foi utilizado no verão passado, nem será igual ao do próximo ano, além é claro, das diferenças de estações que determinam coleções de produtos diferentes (outono/inverno, primavera/verão).

Isto posto, apresentam-se agora os atores desta cadeia em nível internacional. Quais os principais países produtores e consumidores de TC? Quais os principais exportadores e importadores? Qual a posição do Brasil no mercado internacional de TC?

A produção mundial da cadeia têxtil-confecções passou de 59,7 milhões de toneladas de fibras e filamentos em 2000 para 71,7 milhões de toneladas em 2006. Até 1990, o consumo de fibras naturais era superior ao de fibras químicas. Entre 1990 e 2000 o consumo de fibras químicas aumentou 81% enquanto o de naturais aumentou apenas 20%. Entre 2000 e 2006 aumentaram 29% e 8% respectivamente. Em 2006, as

fibras químicas representaram 62% do total consumido. Em termos absolutos foram consumidos no mesmo ano 44,6 milhões de toneladas de fibras e filamentos químicos e 27,1 milhões de toneladas de fibras naturais. (COSTA e ROCHA, 2009, p.163-4)

Os autores em tela afirmam ainda que a aceleração da integração de mercados mundiais e o aumento da concorrência internacional (através de reduções de barreiras tarifárias) provocaram redução nos preços dos artigos TC e mudanças na organização mundial da produção. Há tendência de deslocamento da produção de artigos de TC dos países desenvolvidos (EUA, União Européia e Japão) para países emergentes da Ásia, Leste Europeu, Norte da África e Caribe visando redução de custos em função, principalmente, do reduzido custo de mão-de-obra nessas áreas.

A produção mundial de têxteis foi de cerca de 68 milhões de toneladas em 2006, com base no consumo mundial de fibras e filamentos desse mesmo ano. A China (incluindo Hong Kong) foi a principal produtora mundial, respondendo por 43,4% da produção mundial, seguida por Estados Unidos (7,9%), Índia (7,1%), Paquistão (6,1%) e Taiwan (2,7%). [...]Considerando somente a produção de vestuário, segmento no qual o custo da mão-de-obra é variável fundamental na competitividade, os três principais produtores mundiais estão localizados na Ásia – China/Hong Kong (43,5% do total produzido), Índia (6,3%) e Paquistão (3,7%) (COSTA e ROCHA, 2009, p.165).

As empresas dos países do centro do sistema capitalista orientam sua produção para as etapas com maior valor agregado da cadeia: design, organização produtiva e marketing. São os pólos orientadores da moda mundial e competem via diferenciação de produtos e conquistas de nichos de mercado. Aumenta significativamente a importância dos desejos e limites financeiros do consumidor final como guia fundamental da estratégia competitiva de mercado (COSTA e ROCHA, 2009, p.165).

Em relação ao comércio internacional de produtos da cadeia TC, os autores destacam que: em 2006 esse comércio atingiu US\$ 530 bilhões, aumentando 50% em relação a 2000 e de 150% em relação a 1990. O segmento de vestuário cresceu em proporções maiores que os têxteis em termos de valor total comercializado, haja vista serem

produtos de maior valor agregado. Entre 1990 e 2006 vestuário cresceu 188% enquanto os têxteis cresceram 109%. A China respondia em 2006 por 27,2% do total das exportações, seguida por Hong Kong (8%), Alemanha (6,5%) e Itália (5,7%). Quanto às importações os EUA são os maiores compradores, respondendo por 20,1% do total mundial. Os países desenvolvidos respondiam em 2006 por 80% do total consumido de vestuário: EUA 26,6%, Alemanha 8,4%, Japão 7,7%. Já entre os têxteis, os EUA respondem por 11% e a China é a segunda maior importadora (7,4%) em função da necessidade de importação de fibras de algodão em larga escala para atender ao seu crescente mercado interno. (COSTA e ROCHA, 2009, p. 165-7)

O fim do Acordo de Têxteis e Vestuários (ATV) em 2005 foi relevante para o crescimento chinês no comércio internacional, mediante abolição de restrições quantitativas às importações de artigos TC. As exportações chinesas saltaram de 8% do total em 1995 para 25% em 2006, consolidando o país como principal *player* global.

A cadeia TC chinesa é moderna, fruto de altos investimentos (à China foram destinadas 70% das máquinas vendidas no mundo nos últimos anos), e integrada, além de controlar determinadas etapas do processo produtivo e possuir sistemas de financiamento para a comercialização. A China também tem adotado uma política extremamente agressiva para a conquista de mercados externos. A estratégia é a da concorrência via preços, com exportação de grandes volumes de produtos padronizados, porém não necessariamente de baixa qualidade. (COSTA e ROCHA, 2009, p.167).

A agressividade comercial chinesa provocou reações protecionistas, principalmente nos países centrais, como manutenção de elevadas tarifas de importação, adoção de barreiras não-tarifárias (medidas trabalhistas e ambientais) e ações anti-dumping. Celebraram-se também acordos bilaterais para garantir acessos diferenciados aos mercados desses países.

Os autores afirmam ainda que, em função do processo de reestruturação da cadeia em nível internacional (através da liberalização comercial e acirramento da concorrência internacional), as etapas produtivas se autonomizaram para ajustar-se às novas condições de mercado, implicando em fragmentação da cadeia. Ou seja, as empresas de qualquer elo da cadeia passaram a importar livremente e,

dependendo dos preços relativos, recorrem às importações, em vez de produzir ou adquirir no mercado doméstico . As transformações ocorridas no setor aumentaram a relevância das atividades na ponta da comercialização e do papel das marcas na determinação das tendências de mercado, com o aumento do número de coleções lançados por ano, o que exige uma resposta rápida das estruturas a montante da cadeia .

Essa tendência de mudanças rápidas na moda, conjugada á diferenciação do produto, é crucial para impedir a invasão de produtos asiáticos, pois a velocidade das mudanças e a distância física dos centros de consumo dificultam a chegada desses produtos em tempo hábil para ainda estarem na moda . (COSTA e ROCHA, 2009, p.168).

Assim, *marketing*, canais de distribuição e comercialização tornam-se elementos essenciais nas estratégias empresariais. Com base em Prochnick (2003), os autores (2009, p.169-70) afirmam que as estratégias competitivas da cadeia TC diferenciam-se por grupos de países, listados a seguir:

- 1- Países desenvolvidos: inovações tecnológicas na cadeia (gestão de fornecedores), produtos (ampliação de conteúdo tecnológico) e processos (automação e escala); inovações mercadológicas (conformidade à moda e reforço de marcas comerciais), fortalecendo o papel de contratantes (administração de marca e desenho); no interior de cada elo da cadeia especializar-se em segmentos intensivos em capital; entre elos transferência de processos produtivos menos eficientes para outros países.
- 2- Países em desenvolvimento bem sucedidos na cadeia: emprego das mesmas técnicas do grupo anterior, seguindo as inovações e tendências comerciais que se consolidam (com custo menor); transferências de processos produtivos em que apresentam menor eficiência para países vizinho ou vizinhos de mercados de exportação; esforços para aumentar autonomia frente aos compradores (passando de fornecedores de empresas de pacote completo a vendedores de desenhos e marcas próprias).
- 3- Países em desenvolvimento com menor renda per capita: ampliar participação nas etapas intensivas em mão-de-obra, integrando-se a cadeias internacionais de produção e

comercialização; aprimorar produtos e processos para aumentar valor adicionado e evitar deslocamento da redução para concorrentes; criação de base empresarial e expansão das empresas passando de montadoras a fornecedores de empresas de pacote completo.

Considerando a participação reduzida no comércio internacional de TC, os autores afirmam que o Brasil não se encaixa em nenhum dos grupos apresentados.

Em 2006, o Brasil era o 6º maior produtor mundial de têxteis e confeccionados, respondendo por 2,5% dessa produção. Em relação ao comércio mundial era o 46º maior exportador e 43º maior importador. No entanto, ao considerar apenas o segmento de vestuário (o mais dinâmico da cadeia TC), o país era apenas o 69º exportador e 51º importador. Assim, o Brasil é um país produtor/consumidor, cuja maior parte da produção se destina ao mercado interno (COSTA e ROCHA, 2009, p.170).

As exportações brasileiras obedeceram ao comportamento da taxa de câmbio e da expansão do comércio internacional na última década: cresceram entre 2000 e 2005. Já as importações declinaram de 2000 a 2002 e voltaram a crescer a partir da valorização cambial em 2004. A balança comercial apresentou déficit de US\$ 31 milhões em 2006, US\$ 640 milhões em 2007 e, US\$ 1,4 bilhão em 2008, em função da valorização da moeda brasileira e do fim do Acordo de Têxteis e Vestuários (ATV) em 2005, quando foram abolidas as restrições quantitativas às importações de artigos TC. Os principais produtos da pauta de exportação brasileira são de fibras naturais (além do algodão puro): tecidos planos e linha lar, enquanto os principais produtos importados são os filamentos de poliéster e os tecidos planos sintéticos (COSTA e ROCHA, 2009, p.170).

A histórica falta de uma política industrial por parte do governo central, explica, em parte essa reduzida participação dos têxteis e confeccionados brasileiros no mercado internacional.

Com relação aos parceiros comerciais, há variações em termos de exportação e importação, e em segmentos da cadeia. De acordo com os gráficos 01 e 02, as exportações de manufaturados têxteis, em valor de produção, destinaram-se, em 2007, majoritariamente aos países da América do Sul (com destaque para a Argentina, responsável por 34% das exportações desse segmento), além de Estados Unidos (18%) e México (6%). Quanto à origem das importações, destacaram-se os países asiáticos com China, Indonésia e Índia responsáveis por 52% do

valor importado, seguidos por Estados Unidos, Argentina e Coréia do Sul com 6% cada.

No segmento de vestuário, meias e acessórios destacaram-se Estados Unidos (25%), Argentina (12%), Chile (6%), Paraguai, Espanha e Uruguai (5%) como principais destinos das exportações em 2007 (gráfico 03). É neste segmento que o grupo formado pelos dez maiores exportadores apresentaram a menor participação (71%), indicativo de maior diversidade de parceiros comerciais. Em relação às importações, somente a China respondeu por 54% do total, enquanto os outros nove maiores importadores, em sua maioria asiáticos, responderam por 28% e o restante dos países por 18% (gráfico 04).

No segmento de têxteis para o lar (cama, mesa, banho e decoração), as exportações em 2007 foram extremamente concentradas: os Estados Unidos responderam por 52%, a Argentina por 21%, os demais oito maiores exportadores por 19%, e o restante dos países por apenas 8% (gráfico 05). Já em relação às importações os maiores parceiros comerciais brasileiros foram: China (36%), Índia (16%), Itália (14%), Emirados Árabes Unidos (9%) e Hong Kong (5%) (gráfico 06).



Gráfico 02 - Origem das importações brasileiras de manufaturados têxteis (US\$ 1.000) em 2007

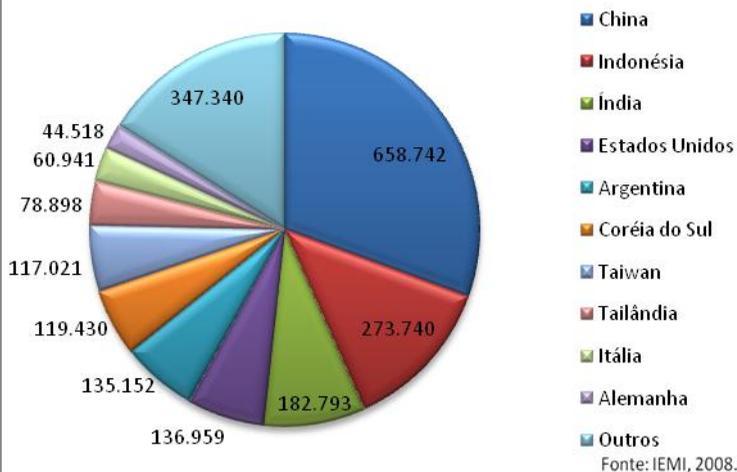


Gráfico 03 - Destino das exportações brasileiras de vestuário, meias e acessórios (US\$ 1.000) em 2007

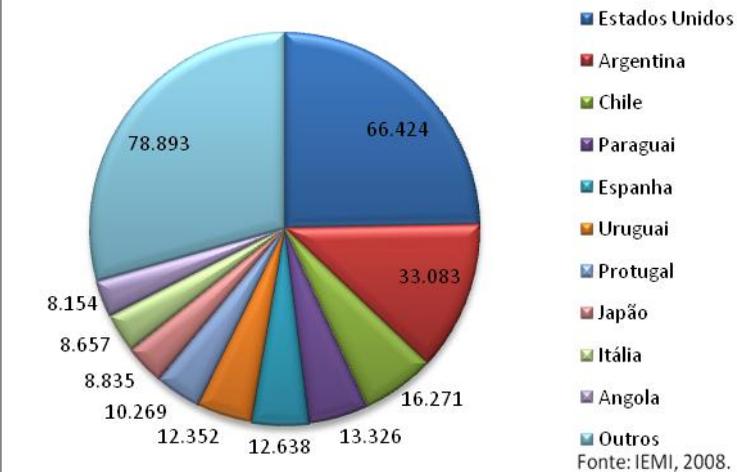


Gráfico 04 - Origem das importações brasileiras de vestuário, meias e acessórios (US\$ 1.000) em 2007

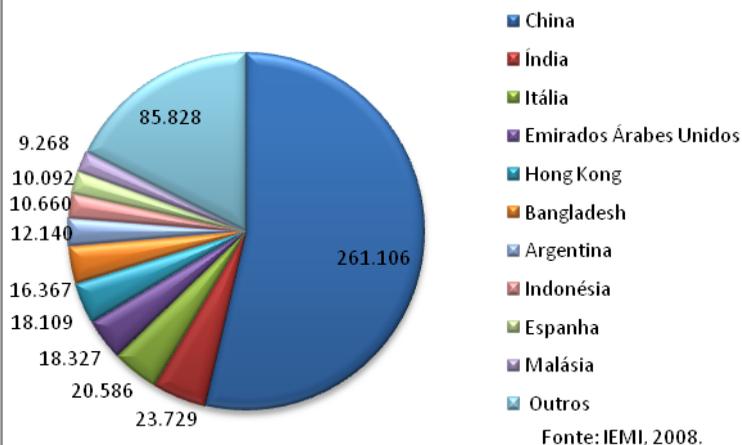
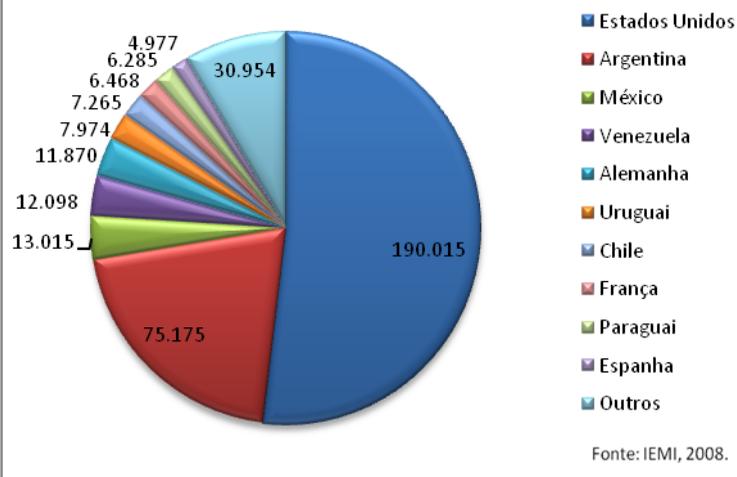
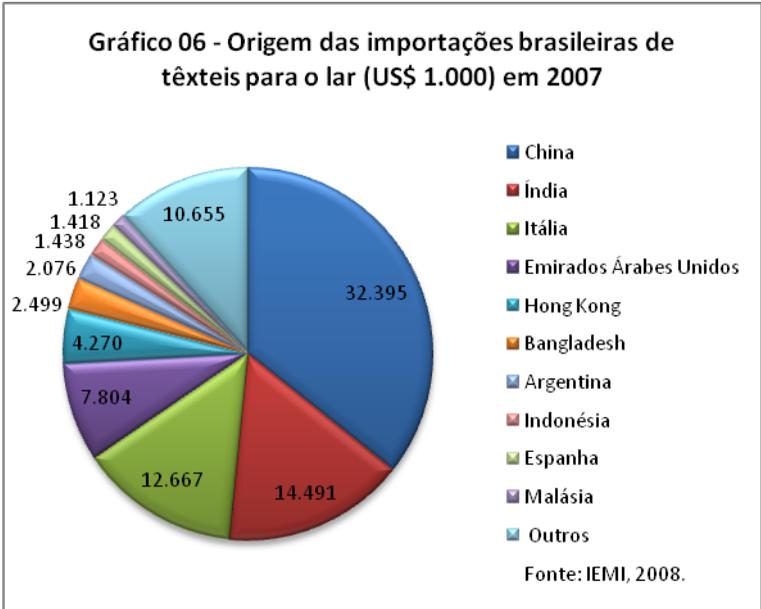


Gráfico 05 - Destino das exportações brasileiras de têxteis para o lar (US\$ 1.000) em 2007





Considerando toda a cadeia têxtil-confeccionista, a Argentina foi a maior importadora de produtos brasileiros (27,5%), seguida de perto pelos Estados Unidos (26,2%). Costa e Rocha (2009, p.171) ressaltam que:

o ranking dos parceiros comerciais brasileiros foi diretamente influenciado pelo fim do ATV, pois, até 2005, os Estados Unidos eram o principal destino das exportações. Com o fim das cotas, a China ganhou boa parte do mercado americano, diminuindo a participação das empresas brasileiras no país. Assim, o Brasil ampliou sua participação com a América Latina, para onde foram destinadas, em 2006, 53,4% das exportações, sendo 31,3% para o Mercosul.

Em termos de importações a China destaca-se como principal parceira comercial do Brasil, apresentando crescimento exponencial: não figurava entre os 10 maiores exportadores para o Brasil em 1989, estava na 7ª posição (3,5%) em 1994, e em 2004 respondia por 17,7% das importações brasileiras. Com o fim do ATV e a valorização do real, ampliou-se significativamente sua participação no mercado brasileiro, chegando a 23,7% em 2005. Em 2007, atingiu 34,8%, sendo que, no

segmento de maior valor agregado (vestuário, meias e acessórios), a participação chega a 53,7% (COSTA e ROCHA, 2009, p. 172).

O Brasil apresenta superávit nas transações com fibras naturais, devido à competitividade do algodão nacional, no entanto apresenta elevado déficit nas transações de fibras químicas, notadamente poliéster. Este, aliás, é descrito pelos autores como um gargalo da indústria brasileira que está se agravando, haja vista a estabilidade da produção nacional de fibras químicas nos últimos 20 anos, ao passo que a produção mundial duplicou em igual período.

A oferta desse tipo de fibra no país é restrita, pois, além de a produção nacional ser insuficiente, há uma elevada proteção contra sua importação. O Brasil consome mais fibras naturais do que químicas, mas a tendência de aumento do consumo de fibras químicas já está ocorrendo. (...) a participação dos fios artificiais e sintéticos importados no consumo aparente nacional cresceu de 4,3%, em 2000, para 34,2%, em 2006. (COSTA e ROCHA, 2009, p. 172).

O país vem apresentando deterioração do saldo comercial, principalmente nos segmentos fios/linhas, malhas e vestuários, nos quais o consumo de fibras químicas está aumentando e as peças podem ser padronizadas. Os autores em tela dão conta de que, entre 2003 e 2007, a importação de tecidos de malha sintética ou artificial passou de US\$ 8 milhões para US\$ 247 milhões, enquanto a importação de vestuário de malha e tecido plano passou de US\$ 89 milhões para US\$ 449 milhões.

A tabela 02 indica que as fibras representavam em 2007 63% do volume exportado, têxteis 28% e confeccionados 9%. Em relação ao volume importado: 44% correspondiam às fibras, 47% aos têxteis e 9% aos confeccionados. Quanto ao valor exportado as fibras respondem por 31%, os têxteis por 41% e os confeccionados por 28%, enquanto para as importações os valores foram respectivamente, 28%, 51% e 21%. O Brasil apresentou superávit apenas no volume de fibras e no valor de confeccionados exportados, justamente o segmento de maior valor agregado, cujo preço médio foi de US\$8,50. No entanto, como a participação do segmento é reduzida em termos de volume, o total de exportações da cadeia apresenta preço médio inferior ao dos produtos importados.

Tabela 02 -Comércio Exterior Brasileiro na Cadeia Têxtil-Confeções 2007

Segmentos	Volume exp. (ton.)	Volume imp (ton.)	Valor exp. (US\$ 1000)	Valor imp. (US\$ 1000)	Preço médio exp. (US\$/kg)	Preço médio imp. (US\$/kg)
Fibras	540.847	410.099	738.777	843.843	1,37	2,06
Têxteis	238.534	421.783	971.232	1.555.534	4,07	3,69
Fios	33.326	177.731	140.354	494.945	4,21	2,78
Tecidos	66.921	99.582	365.045	392.825	5,45	3,94
Malhas	7.737	58.409	62.801	255.152	8,12	4,37
Especialidades	130.550	86.062	403.031	412.612	3,09	4,79
Confeccionados	78.721	84.005	669.406	620.176	8,50	7,38
Vestuário	8.814	34.394	252.473	449.191	28,64	13,06
Meias e Acessórios	686	5.565	16.429	37.022	23,96	6,65
Linha Lar	62.613	21.141	366.095	90.837	5,85	4,30
Outros	6.608	22.905	34.408	43.127	5,21	1,88
Total	858.102	915.887	2.379.415	3.019.553	2,77	3,30

Fonte: IEMI, 2008.

Os produtos de vestuário de malha responderam em 2007 por 23% do valor exportado e 23% das importações com superávit de U\$11.366.000. Os produtos de tecidos planos representaram 14,5% do valor exportado e 49,3% do valor importado, com déficit de U\$208.083.000. Meias e acessórios responderam por 2,4% do valor exportado e 6% do importado e déficit de U\$20.593.000. Os produtos da linha lar representaram 55% do valor exportado e 14,7% do importado, com superávit mais expressivo: U\$275.258.000. Os demais produtos confeccionados equivaleram a 5,1% das exportações, 7% das importações, apresentando déficit de U\$8.719.000. A linha lar (com destaque para lençóis/fronhas e roupas de banho) e os vestuários de malha (com destaque para biquínis e maiôs, camisetas, blusas femininas e vestidos) foram os únicos segmentos superavitários.

Partindo do contexto internacional da cadeia têxtil-confeccionista e da reduzida inserção da indústria brasileira, do ponto de vista do comércio mundial, faz-se necessário conhecermos a indústria nacional.

na produção voltada para dentro que reside a força produtiva brasileira na cadeia têxtil-confeccionista.

Qual a representatividade da indústria têxtil-confeccionista para a indústria brasileira em termos de empregos e estabelecimentos industriais? Como configura-se espacialmente a cadeia TC? Como se estabeleceu e desenvolveu esta atividade industrial no Brasil? Eis os questionamentos desdobrados nas páginas a seguir.

2.1 - PERCURSOS E PERCALÇOS DA CADEIA PRODUTIVA TEXTIL-CONFECÇÕES BRASILEIRA: GÊNESE E EVOLUÇÃO

As raízes da fabricação de produtos têxteis no Brasil precedem a chegada dos portugueses. Entretanto, partindo do princípio de que tudo teria começado com a efetiva ocupação do território brasileiro, e considerando que no período que se estende de 1500 a 1844 a característica fundamental é a incipiência da indústria, o período 1844-1913 pode ser considerado a fase de efetiva implantação dessa atividade no Brasil (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002, p. 241)

Mamigonian (2000, p. 31) destaca que uma importante substituição artesanal de importações ocorreu no interior dos latifúndios, em função da reação brasileira às transformações do comércio internacional na fase depressiva mundial do 1º ciclo de Kondratieff (1815-48). A ociosidade de terras e braços antes voltados à exportação foi canalizada à produção de alimentos e matérias-primas e à produção de tecidos, móveis, roupas etc. que realizavam uma substituição de importações no interior das fazendas escravistas .

Em Minas Gerais, desde o século XVIII até as primeiras décadas do XX foi tão generalizada a plantação de algodoeiro, que em cada fazenda havia teares para a fabricação de tecidos grosseiros'. A maior parte da produção de tecidos de algodão era constituída de panos grosseiros para escravos e pobres, mas também se produziam tecidos finos usados na confecção de roupas masculinas e roupas de baixo, além das conhecidas toalhas de mesa, lençóis e colchas, que rivalizavam com as mais finas importações'. Em 1827-28 produziam-se em Minas 7,4 milhões de metros de tecidos de algodão, que representavam quase 20% das importações brasileiras de tecidos de algodão inglês, sendo que 30% da produção mineira era exportada, principalmente ao Rio de Janeiro. O avanço da DIT após 1850 estimulou as fazendas a se especializarem na produção para exportação, absorvendo mão-de-obra da produção

natural e criando mercado para os tecidos industriais, importados ou produzidos internamente. Assim, em 1869 o presidente da província lamentava que a indústria manufatureira já prosperou na Província mais do que hoje, e tende a decair cada vez mais, com a concorrência dos produtos estrangeiros mais perfeitos e menos custosos, que a facilidade das vias de comunicação vai introduzindo na província'. Em 1872 Minas Gerais reunia 55% dos 139 mil trabalhadores em tecidos recenseados no Brasil, mas as exportações dos panos de Minas', tão fortes durante a primeira metade do século XIX, declinaram a partir de 1875 e desapareceram nos últimos anos do século. (MAMIGONIAN, 2000, p. 36-7).

Comparando a indústria têxtil brasileira com a inglesa do século XVIII, o autor afirma ainda que o o ramo têxtil foi o primeiro a se tornar industrial, mas sem passar pela longa fase manufatureira, saltando rapidamente da fase artesanal à industrial (2000, p. 39) para atender ao impulso gerado a partir de 1865-70, quando as fazendas se especializam na produção de gêneros de exportação, abandonando a produção artesanal e para auto-consumo, passando a comprá-los dos centros urbanos.

Suzigan (2000, p. 113-116) discorre sobre o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, indicando que os primeiros investimentos foram realizados em pequenas fábricas de tecidos de algodão entre 1830 e 1850. No entanto, os principais surtos de investimentos nesta atividade industrial se deram a partir de 1860.

A produção de tecidos de juta iniciou-se no final da década de 1880, com aumento da capacidade nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, e com a instalação de máquinas de fiação entre 1908-1913, para atender a crescente demanda por sacarias para atender a produção agrícola (café, açúcar, algodão, cereais). Já os investimentos na produção de tecidos de lã iniciaram na década de 1870, embora a atividade tenha progredido após a Primeira Guerra, apresentando maiores investimentos na década de 1920, assim como a produção de tecidos de seda e raioim que somente desenvolveram-se a partir de meados da década de 1920.

Sobre a indústria do vestuário o autor baseia-se nos dados existentes sobre a exportação de máquinas de costura industriais ao

Brasil, para sugerir que tal segmento desenvolveu-se entre fins da década de 1860 e início da década de 1870 e a partir de 1882. Entretanto o autor ressalva que outras indústrias estavam introduzindo máquinas de costura no processo produtivo para a fabricação de chapéus, sacaria, calçados, artigos de selaria, tapeçaria e artigos de decoração, etc. A fabricação de chapéus por processos manuais desenvolveu-se entre as décadas de 1830 e 1860. A partir daí iniciou-se a mecanização da produção com a introdução de máquinas geradoras de força e de costura

Suzigan (2000, p. 129) afirma que a indústria têxtil foi o gênero mais importante da indústria de transformação no Brasil até o ano de 1939 . Considerando produtos de algodão, juta, lã, seda e linho:

empregava 34,2% dos trabalhadores na indústria de transformação e tinha 40,2% do total da força motriz instalada e 40,4% do total do capital investido. Em 1919 e 1939, a participação da indústria têxtil no valor adicionado na indústria de transformação foi, respectivamente, de 25,2% e 20,6%, abaixo apenas da indústria de processamento de alimentos.

Diversos fatores favorecem o desenvolvimento da indústria têxtil brasileira a partir da metade do século XIX. Em primeiro lugar, havia a presença de uma matéria prima importante: o algodão (...) produzido notadamente nas regiões Norte e Nordeste e, durante algum tempo, nas décadas de 1860 e 1870, também na província de São Paulo. Em segundo lugar, havia demanda crescente por vestuário, por sacaria para café, açúcar, cereais, etc., a partir do desenvolvimento econômico relacionado com os diferentes produtos básicos regionais: borracha no Norte; algodão, açúcar e fumo no Nordeste; café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo; criação de gado no Sul, etc. Em terceiro lugar, havia mão de obra barata, embora não treinada. E, finalmente, a produção interna de têxteis era protegida da concorrência estrangeira. No início, essa proteção era feita por elevados impostos de importação e, subsequentemente, a partir do fim do século XIX, por uma combinação de (ou algumas vezes alternadamente) desvalorização da taxa cambial e altos impostos de importação. (SUZIGAN, 2000, p. 129-130).

Considerando apenas a indústria têxtil do algodão, o autor afirma que houve forte redução de investimentos durante a guerra, com base nas exportações de maquinaria têxtil para o Brasil que no período 1914-20 reduziram-se a um quinto dos níveis pré-guerra.

O grau de desenvolvimento atingido pela indústria têxtil de algodão antes da primeira Guerra pode ser apreciado pelos dados seguintes. Estimou-se que em julho de 1914 o Brasil tinha um total de 1.400.000 fusos em operação. Segundo essa estimativa, tinha a décima segunda maior indústria têxtil de algodão do mundo e era o único país da América do Sul a ter desenvolvido essa indústria em grau significativo. Outra fonte independente estima o número de teares em operação no país em cerca de 50.000 em 1913, ou o décimo maior do mundo. No mesmo ano, a participação da produção nacional na oferta interna de produtos têxteis de algodão foi de 81%. Dados para 1915 mostram que 240 fábricas têxteis de algodão (inclusive 38 pequenas fábricas para a produção de meias, malhas, etc.) tinham 1.512.626 fusos e 51.134 teares em operação, e empregavam 82.257 pessoas na indústria. Em 1921 esses números passaram respectivamente para 241 fábricas, 1.521.300 fusos, 59.208 teares e 108.960 empregados (SUZIGAN, 2000, p. 157)

A distribuição espacial das fábricas de tecidos de algodão instaladas no Brasil antes de 1905 ocorria da seguinte forma: 31 em Minas Gerais, 29 na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 26 em São Paulo, 11 na Bahia, 10 no Maranhão, 08 em Pernambuco, 05 em Alagoas, 04 no Ceará, 02 no Rio Grande do Sul e em Sergipe e 01 na Paraíba (SUZIGAN, 2000, p. 400-5).

Na década de 1920 o governo do estado de São Paulo iniciou um programa de pesquisa para melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de algodão produzida no estado. Os resultados desse programa mais tarde estimulariam ainda mais a concentração da indústria têxtil de algodão no estado (SUZIGAN, 2000,p.161).

O setor têxtil já era o setor mais importante da economia brasileira após o café. E seu desenvolvimento deve ser entendido no

bojo do processo de industrialização brasileiro que avançava gerando seu centro dinâmico interno:

Criava-se um setor industrial, que passava a ter seu próprio dinamismo, que se manifestava nos juglarianos brasileiros. Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústrias químicas e mecânicas pesadas. Isto explica porque a limitação do mercado determinado pela concentração de renda não foi um empecilho, mas até um estímulo à industrialização, [...], pois os lucros obtidos no setor de bens de consumo simples (têxtil, etc.), iam sendo aplicados nas indústrias de materiais de construção, como no caso dos grupos Votorantim, Matarazzo, Jafet, etc., substituindo as novas importações que se faziam. (MAMIGONIAN, 2000, p. 19).

Monteiro Filha e Corrêa (2002, p. 243-8) indicam que em 1929, os tecidos e as roupas feitas eram responsáveis por 15% do total arrecadado pelo imposto de consumo, a terceira maior arrecadação entre setores da indústria. O número de trabalhadores ocupados triplicou no período 1920-40, quando a participação do setor no produto industrial alcançava 23% em 1940.

É desse período também, o início da produção nacional de tecidos de fibras e filamentos artificiais, com a instalação da primeira fábrica de raiom pelo grupo Matarazzo em São Paulo (1924), seguida pela Rhodia (raiom em 1929 e seda artificial em 1931), pelo consórcio da Votorantim com a Klabin Irmãos e sócios americanos para a produção de fios e fibras de raiom em 1935, fábrica de raiom-viscose da Rhodosá de Raion em Santo André –SP e da primeira unidade da Du Pont em Barra Mansa-RJ em 1949. A partir de 1955, a Rhodia passou a fabricar poliamida (náilon), implantou a Unidade Química de Paulínia em 1956 e lançou o poliéster em 1961. Em relação aos têxteis de algodão, houve redução das exportações com o fim da Segunda Guerra: de 24 mil toneladas no período 1942-47, caíram para 1.596 toneladas em 1951, desestimulando novos investimentos, provocando a obsolescência dos equipamentos.

No entanto, o setor têxtil passaria por transformações significativas a partir de fins dos anos 1950, impulsionadas pela

expansão da urbanização e da industrialização brasileira e pela consolidação e integração do mercado nacional. A partir de 1965, o BNDES passou a financiar o complexo têxtil, incluído pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial como um dos grupos preferenciais de indústrias explicitados no Plano de Ação Estratégica de Governo (Paeg) para o período 1964-66, resultando na isenção de 100% de isenção de impostos para importação de máquinas têxteis.

O período 1972-74 representou expressiva modernização do setor, com aumento de capacidade produtiva em cerca de 40%, com destaque para: malharias em São Paulo (importações de teares circulares por pequenas e médias empresas); implantação de grandes fiações de algodão japonesas com 90% dos recursos financiados por bancos daquele país, com compromisso de exportação de 50%; implantação de fiações de seda de capital japonês, totalmente destinadas à exportação em São Paulo e no Paraná, já que o consumo interno de seda era irrelevante, dentre outras.

Devido ao choque do petróleo, em 1973, e à conseqüente recessão, em 1974, o setor atravessou forte crise nos anos seguintes. Em 1975, eliminou-se a isenção total de impostos para importação de equipamentos. Nesse ano a indústria têxtil, excluída a de vestuário representava 9% dos empregos industriais, quando em 1970 representava 13%.

A partir de 1974 criou-se o Programa de Industrialização do Nordeste, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o qual previa instalação de mais de 2 milhões de fusos naquela região, mediante concessão de incentivos fiscais às empresas que se comprometessem a exportar a totalidade da produção por pelo menos 5 anos, produzissem fibras artificiais e sintéticas com matérias-primas produzidas nacionalmente, substituíssem equipamentos obsoletos e melhorassem a qualidade e acabamento dos produtos, numa clara posição de incentivo à transferência de indústrias têxteis do Sudeste para o Nordeste, como ocorreu com as fábricas de fiação e tecelagem da Artex e da Vicunha..

O II PND (1974-78), que propiciou a implantação do Pólo de Camaçari (BA), teve impacto relevante no setor. A implantação de uma central petroquímica no Nordeste permitiu aumentar o abastecimento de matérias primas (caprolactama, DMT etc.) dentro do país, propiciando a expansão do segmento de fibras sintéticas. Ao mesmo tempo (1974), em Paulínia, a Du Pont inaugurava,

sem nenhum incentivo governamental, um dos principais centros produtores de fio elastano (Lycra), embora com todos os seus insumos importados.

Na segunda metade da década de 70, os grandes projetos se concentraram no Nordeste. Cabe salientar também que, nessa época, iniciou-se um grande processo de substituição de equipamentos têxteis importados por nacionais (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002, p. 248)

Em fins da década de 1980, o governo aprovou uma Nova Política Industrial, facilitando a importação de máquinas, dada à defasagem tecnológica dos bens de capital nacionais, com apoio para pesquisa e desenvolvimento e em programas de exportação. O governo passou a analisar os Planos Setoriais Integrados (PSI), com base em complexos industriais. O PSI do complexo têxtil abrangia todos os segmentos, estabelecendo metas de crescimento, modernização tecnológica e administração da produção, formação de mão-de-obra e fornecimento de insumos até 1995, ao mesmo tempo em que previa redução gradual das alíquotas de importação. No entanto, com a eleição de Collor em 1989 e a conseqüente abertura comercial iniciada em 1990, tal plano acabou não sendo implantado, impactando fortemente toda a cadeia têxtil. Para se ter uma idéia, as tarifas de importação de tecidos passaram de 70% para 40%, caindo logo depois para 18%.

No início do processo de abertura dos anos 90, as importações de tecidos afetaram as tecelagens, tinturarias, estamparias e até fiações. Em seguida, importaram-se as confecções prontas, e, com isso, o segmento foi ainda mais duramente atingido. As importações de produtos têxteis, com especial destaque para tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas, apresentaram grande crescimento. (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2002, p. 250).

Os impactos oriundos da abertura econômica e conseqüente aumento da concorrência externa a partir de 1990, aliados à estabilização da moeda (com ampliação do consumo da população de baixa renda, a partir de 1994, com a vigência do Plano Real) provocaram transformações estruturais na cadeia têxtil brasileira, elencadas por Gorini (2000, p.31-2):

Grande concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção, onde foi grande a pulverização da produção,

O elevado volume de investimentos levou ao aumento da relação capital/trabalho na indústria têxtil, o que não ocorreu com as confecções, segmento marcadamente de mão-de-obra intensiva;

O processo de reestruturação implicou o declínio da produção em alguns segmentos, e um exemplo disso foi o declínio da produção de tecidos planos, ao qual se somaram dois efeitos: a) falência de muitas empresas, especialmente os produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; e b) substituição da produção de planos pela de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e o produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado;

Deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivo, com formação de cooperativas de trabalho e menores custos de mão-de-obra; e

Mudança do mix de produção das empresas;

Durante a década de 1990, o setor ainda enfrentou problemas com sua principal matéria-prima: o algodão, que apresentou queda de produção em 1993, com ligeira recuperação em 1995 e queda acentuada em 1997, voltando a crescer a partir de 1998, conseguindo apenas em 2000 ultrapassar a produção de 1990. O Brasil, de grande exportador do produto passou à condição de grande importador, em função da praga do bicudo que prejudicou as plantações e à grande facilidade para importação do produto pela eliminação de impostos de importação e pelas vantagens de juros e financiamentos. No entanto a ação da Embrapa Algodão, (Campina Grande-PB) permitiu a expansão da produção para o Cerrado, transformando o Mato Grosso em maior produtor nacional, expandindo para Goiás e Bahia, diminuindo os problemas de fornecimento, além de desenvolver inúmeras variedades mais resistentes a pragas, além de promover melhoramento genético do

algodão nordestino, obtendo algodão colorido e fibras de melhor qualidade (EMBRAPA, 2011).

Se a indústria têxtil brasileira tem seu histórico remontando aos tempos do império e tenha se desenvolvido bastante até a década de 1950, o mesmo não se pode dizer da indústria de confecções. O que não quer dizer que elas não existissem. A Hering, fundada em Blumenau em 1880 foi a primeira empresa direcionada à fabricação de vestuário no Brasil, sendo atualmente uma das maiores empresas de designer de vestuário do país⁶. A Lupo fabricava meias em Araraquara desde 1921, sendo que em 1947 já era maior produtora nacional de meios masculinas e, a partir de 1960 passou a produzir meias femininas⁷. Em 1926, a Teka começou a produzir acolchoados em Blumenau e, no ano seguinte iniciou produção de camisas com tecidos de outros fabricantes, passando a produzir seus próprios tecidos em 1931 e a partir de 1947 passa a produzir artigos para o lar⁸.

Embora diversas empresas fabricassem produtos confeccionados, essa produção era muito concentrada e não atendia à todo o mercado nacional em expansão. Os produtos destinavam-se aos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro e a indústria era concentrada em poucas cidades. Não havia uma grande produção industrial de roupas. Não haviam lojas que comercializassem roupas por todo o país. Até a década de 1960, o interior do Brasil era abastecido por um setor artesanal de produção de roupas, ou seja não havia uma estrutura organizada de forma industrial para suprir a demanda. Ora, a máquina de costura era um item de primeira necessidade nos lares brasileiros. Toda mulher, dona-de-casa, via de regra, sabia costurar. A menina prendada aprendia a cozinhar e costurar antes de casar. Os meninos aprendiam o ofício de alfaiataria nas escolas de aprendizes (desde 1909 haviam escolas técnicas mantidas pelo governo federal). Estabelecimentos de costura e alfaiataria eram tão presentes nas cidades quanto os empórios, barbearias e farmácias. Ao vender a colheita nas cidades, os moradores dos sítios adquiriam fazendas, nome dado aos tecidos em casas especializadas, para a confecção de roupas para toda a família. A propaganda de uma importante casa de tecidos em 1962 retrata esta situação (figura 03).

6 Informações disponíveis em www.hering.com.br, acessadas em janeiro de 2011.

7 Informações disponíveis em www.lupo.com.br, acessadas em janeiro de 2011.

8 Informações disponíveis em www.teka.com.br, acessadas em janeiro de 2011.

Figura 03 – Cena do Comercial das Casas Pernambucanas de 1962



*"Quem bate?
É o frio..."*

Não adianta bater, eu não deixo você entrar.

As Casas Pernambucanas é que vão aquecer o meu lar.

*Vou **comprar flanelas, lãs e cobertores** eu vou comprar.*

Nas Casas Pernambucanas e nem vou sentir o inverno passar."

Fonte: <http://nametropole.blogspot.com/2007/04/quem-bate-o-frio.html>

Criada em 1908 por imigrante sueco, após a aquisição de uma fábrica de tecidos em Paulista (PE), as Casas Pernambucanas atinge na década de 1910 mais de 200 lojas em diversas cidades do país. Na década de 1930 passa a comercializar as fazendas de tecidos de Marca Olho que se torna seu carro chefe por décadas. Apenas nos anos 70, a empresa passa a comercializar confecções para homens, mulheres e crianças⁹.

Os anos 1950-60 representam período de grandes transformações no Brasil pois intensifica-se a urbanização, a industrialização avança atingindo agora bens de produção - Governo JK com seu slogan 50 em 5, a construção de Brasília, implantação da indústria automobilística - as mulheres indo ao mercado de trabalho, gerando aumento ou manutenção da renda familiar e conseqüentemente do consumo, aliado ao desenvolvimento do rádio e da televisão com a intensificação da propaganda, a situação da indústria confeccionista vai

⁹ De acordo com informações disponíveis em www.pernambucanas.com.br, acessadas em janeiro de 2011.

se alterar. A demanda por uniformes, roupas prontas, mais simples e leves e a procura por artigos para o lar, por exemplo, contribuíram para que a indústria de confecções avançasse.

A publicação *Manequim*, lançada pela editora Abril em 1959, foi a primeira revista de moda do Brasil, tornou-se referência para as donas-de-casa e costureiras, pois trazia em suas edições moldes das roupas publicadas e receitas para produção de tricô, bordados e outras técnicas.

Com o advento do *pret-à-porter*, isto é das roupas prontas para usar, nos anos 1960, a alta-costura perde espaço, pois:

Na indústria, as roupas produzidas em larga escala deixaram a moda mais acessível e diversificada. Paris influenciava o Brasil e o mundo, mas foi nessa época que surgiram as primeiras etiquetas nacionais. Para acompanhar essas mudanças, *Manequim*, que antes editava fotos estrangeiras, montou uma equipe própria. [...] Com fotos modernas e linguagem didática, *Manequim* ajudou a impulsionar essa nova indústria. E deu certo,. No fim da década (de1960), as confecções brasileiras se tornaram sinônimos de qualidade, produzindo roupas de nomes como Pierre Cardin, Carven e Féraud no Brasil (*MANEQUIM*, ed. 594, fev. 2009, p. 24).

De acordo com Robic (2007):

Os anos 70 trouxeram o início da profissionalização no setor da moda, com a consolidação das butiques e o surgimento das primeiras grifes brasileiras. Foram marcantes o Grupo Moda-Rio, primeiro núcleo organizado de estilistas, a marca Mr Wonderful e a estilista Zuzu Angel. Nos anos 80, o aprofundamento da profissionalização viria por meio do lançamento das primeiras escolas de moda, do surgimento de uma nova geração de estilistas e de grifes de jeanswear, verdadeira paixão na época.

Pós-1990 as confecções vão passar por intenso processo de desenvolvimento, com a terceirização da produção de grandes grifes nacionais e estrangeiras para fábricas. Haverá uma pulverização da produção com a convivência de grandes grupos capital intensivos com milhares de micro e pequenas empresas com produção própria e

terceirizada para outras grifes e redes de varejo. De acordo com Barreira (1996, p.4) em 1991, o Sudeste respondia por 73,09% das empresas de confecções e 67,24% da produção física, seguida pela região Sul (16,23% e 20,24%) e pela região Nordeste (7,21% e 9,06%).

De acordo com Costa e Rocha (2009, p. 173-5) a cadeia TC brasileira respondia por 5,5% do faturamento total da indústria de transformação (exclusive indústria extrativa mineral e construção civil) e por 17,3% dos empregos industriais em 2007. A cadeia englobava cerca de 30 mil indústrias e gerava 1,6 milhões de empregos diretos. O consumo médio de têxteis e confeccionados cresceu significativamente entre 1995 e 2007, passando de 8,7kg por habitante, para 11,6kg, enquanto os índices na Europa são de 25kg/hab e 35 kg/hab nos EUA.

O aumento na demanda não foi acompanhado pela elevação da produção média por habitante, que se manteve em torno de 9,0 kg/habitante. Essa diferença entre demanda e a produção local tem sido suprida pelas importações .

Os autores destacam como característica da cadeia TC brasileira, a existência de pólos regionais de produção, cujos principais¹⁰ seriam: Estado de São Paulo (mais importante produtor, concentrando os principais serviços de moda e marketing e o controle das atividades produtivas), com destaque para a cidade de São Paulo (varejo de luxo nacional e internacional, além da maior concentração de confecções e lojas atacadistas no Brás e no Bom Retiro) e a cidade de Americana especializada na produção de tecidos artificiais e sintéticos; Rio de Janeiro, com destaque para a produção de Nova Friburgo (lingerie) e de Petrópolis (malharia e roupas de inverno); Santa Catarina, no qual destaca-se o Vale do Itajaí, capitaneado por Blumenau, constituindo um dos pólos têxteis mais avançados da América Latina e o centro brasileiro com maior inserção no mercado internacional, mediante a exportação de malharia e linha lar; Ceará pela presença de empresas verticalmente integradas, de produção de tecidos denim e em fios de algodão, que se deslocaram para lá em virtude dos estímulos fiscais e de infraestrutura fornecidos pelo governo estadual.

Teve início nos anos 1990 um processo de deslocamento regional das grandes empresas da cadeia, cujos principais motores foram a busca por

10 Embora tais autores não destaquem o Paraná como um dos principais pólos produtivos, ao longo do capítulo demonstraremos a importância alcançada pela produção paranaense no cenário nacional, baseada principalmente na produção de jeans e acessórios de vestuário.

mão-de-obra mais barata e os incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelos estados do Nordeste. Essa desconcentração industrial ocorreu com mais intensidade nas etapas intensivas em mão-de-obra e com baixa utilização de tecnologia. As etapas de concentração e planejamento estratégico da cadeia continuam concentradas no Sudeste, com destaque para São Paulo. (COSTA e ROCHA, 2009, p.175)

Ao longo dos anos 2000: o Sudeste apresentou diminuição de participação na produção nacional (caindo de 56,8% das unidades fabris instaladas em 1990, para 48,5% em 2003 e 47,2% em 2007). A região Sul passou de 25% em 1990, para 27,3% em 2003 e 30% em 2007 (em função de incentivos fiscais oferecidos, pela disponibilidade de linhas de créditos via bancos regionais e proximidade dos centros consumidores). O Nordeste por sua vez, passou de 13,3% em 1990, para 21% em 2003 e 19,1% em 2007. Além dessas regiões o Centro-oeste apresentou discreta, porém crescente participação (1,4% em 2003, para 1,9% em 2007) em virtude do aumento da produção de algodão na região. Em 2008, o custo final da mão-de-obra em São Paulo é de R\$ 1.575,00/mês, valor 125% superior ao pago no Nordeste. Entre 2000 e 2007, reduziu-se o número de indústrias do elo têxtil em todas as regiões, principalmente por causa da redução do número de malharias, com exceção da região Sul. No elo confecções, houve crescimento em todas as regiões, com destaque para as Regiões Sul e Centro-Oeste, à exceção da Região Norte (COSTA e ROCHA, 2009, p. 175-6).

Após a implantação do plano real, com aumento da renda das famílias, houve um aumento no consumo de artigos de confecções, embora tal consumo seja bastante concentrado. O sudeste respondia em 2007 por 50% do mercado nacional, seguido pelo Nordeste (19%) e Região Sul (16%). As 50 maiores cidades brasileiras respondiam por 45% do mercado consumidor brasileiro. A principal fatia de mercado para artigos de vestuário e linha lar é representado pelas classes B e C com 70% do consumo. A classe A, que representava 6% da população total respondia por 18% do consumo. Outra segmentação de consumo possível de auferir relaciona-se ao gênero e faixa etária: devido à maior variedade de artigos consumidos e ao alto volume de produção de artigos de vida curta como roupa íntima os artigos femininos adultos representam 41% e os infantis correspondem a 32% do mercado consumidor de confecções brasileiro. Em 2006, 105 mil lojas realizavam a comercialização de artigos de vestuário, meias e acessórios, sendo que 51% delas localizavam-se no Sudeste. As grandes lojas (Renner, Marisa,

Riachuelo, C&A, Pernambucanas, entre outras) respondiam por 24,2% do total distribuído e as pequenas lojas independentes com localização predominante em áreas residenciais e cidades de menor porte respondiam por 21,4%. (COSTA e ROCHA, 2009, p. 176-8).

A cadeia têxtil-confeccionista apresenta estrutura empresarial diversificada em cada elo, apresentando aumento no número de empresas à medida que se aproxima do consumidor final, embora o porte das mesmas vá diminuindo ao longo da cadeia.

O segmento de fibras e filamentos é o mais oligopolizado, controlado por grandes empresas (principalmente na produção de fibras sintéticas), em sua maioria de origem estrangeira, dada a necessidade de investimentos em equipamentos de alta tecnologia e da importância de economias de escala. No elo final da cadeia, preponderam pequenas empresas, intensivas em mão-de-obra e majoritariamente de capital nacional, muitas das quais operam na informalidade (tributária e/ou trabalhista).[...] Entre 2003 e 2007, houve aumento de 13,3% no volume de mão-de-obra empregada no elo têxtil e de 6,7% em confecção e no número de empresas (14,3% no elo têxtil e 31% em confecção). Entretanto, o número médio de empregados por empresa declinou de 66,8, em 2003, para 56,4, em 2007, em especial em confecções, que apresentou queda de 18%, contra 0,8% no elo têxtil. Assim, verifica-se que houve grande pulverização das empresas do confecção: somente em 2007, das 20 mil empresas de vestuário, 16 mil tinham de 5 a 19 funcionários.

Essa pulverização ocorre porque o processo produtivo é relativamente fácil e o investimento inicial baixo, o que leva à existência de muitas empresas de pequeno porte e com alto grau de informalidade.

Esse grau de informalidade gera uma competição espúria entre as empresas formais e informais, o que dificulta ainda mais a obtenção de crédito e deprecia a qualidade do posto de trabalho. Esse tipo de organização industrial acarreta ainda problemas na cadeia de fornecimento das empresas brasileiras, gerando um produto/seviço

de baixa qualidade e dificultando a programação eficiente ao longo da cadeia, o que diminui a competitividade das empresas no país. Por isso, as empresas líderes no Brasil têm optado pela verticalização da produção (até o varejo) a fim de minimizar tais incertezas (COSTA e ROCHA, 2009, p. 178-9).

De acordo com Gorini (2000) a cadeia TC brasileira apresentava gargalos tais como: ausência de parcerias estratégicas entre empresas e com fornecedores para aquisição de matéria-prima, desenvolvimento de produtos; baixa informatização; dificuldades para produzir lotes menores e com agilidade; deficiências de comercialização, com reduzida equipe de vendas e inexperiência no mercado internacional e baixos investimentos para o desenvolvimento de produtos e design. O elo de fibras e filamentos químicos enfrentou problemas devido à escala consideravelmente baixa e fluxo descontínuo de produção na maioria das plantas industriais instaladas no Brasil, além de problemas de abastecimento das principais matérias-primas e elevados custos de transporte. No elo de confecções aliado aos baixos investimentos em modernização tecnológica, a informalidade prejudica a eficiência produtiva, além do que o tamanho reduzido das empresas representa reduzida capacidade de investimentos.

Após a abertura comercial nos anos 1990, intensificaram-se os investimentos em máquinas e equipamentos realizados pelas empresas da cadeia produtiva. Para os autores, a predominância de investimentos em máquinas importadas vem se intensificando nos últimos anos, uma vez que praticamente não há mais produção nacional de máquinas para a cadeia (p.179). Em 2000, as importações de máquinas representaram 71% dos investimentos realizados, tendo este índice diminuído até 2003, quando as importações ficaram ligeiramente à frente da produção nacional (50,8%). A partir de então, a participação das importações voltou a crescer, alcançando em 2007 72,8% dos investimentos, retornando ao patamar de 2000. É evidente a ampliação dos investimentos a partir de 2004: enquanto no período 2000- 2003 os investimentos totalizaram 2,18 bilhões de dólares, no período 2004-2007 chegaram a 2,47 bilhões de dólares, representando aumento de 13% (gráfico 07).

No período em questão, os investimentos em filatórios, teares e máquinas de costura importados alcançaram 1,8 bilhão de dólares. A alocação intra-setorial dos investimentos foi assim distribuída: 22% em fiação, 22% em tecelagem, 24% em confecção; malharia,

beneficiamento e artigos técnicos responderam por 10% cada um. No segmento de confecções, o investimento médio aumentou 43% nesse período, enquanto nos artigos técnicos aumentaram 189%, na malharia 33%, no beneficiamento 24% e em fiação e tecelagem aumentaram 13%. A idade média do maquinário nacional de confecções em 2007 era de 10,4 anos para máquinas de costura reta, 10,8 anos para overloque, 10,3 anos para interloque e 9,4 anos para máquinas de corte. (COSTA e ROCHA, 2009, p.180-1).

Os mais significativos fornecedores de máquinas têxteis, em valor de produção são Alemanha (22%), China (18%), Itália (14%), Japão (12%) Suíça e Coréia do Sul (7% cada). Juntos, esses países respondem por 80% das importações de máquinas e equipamentos realizadas pela cadeia TC brasileira (gráfico 08).

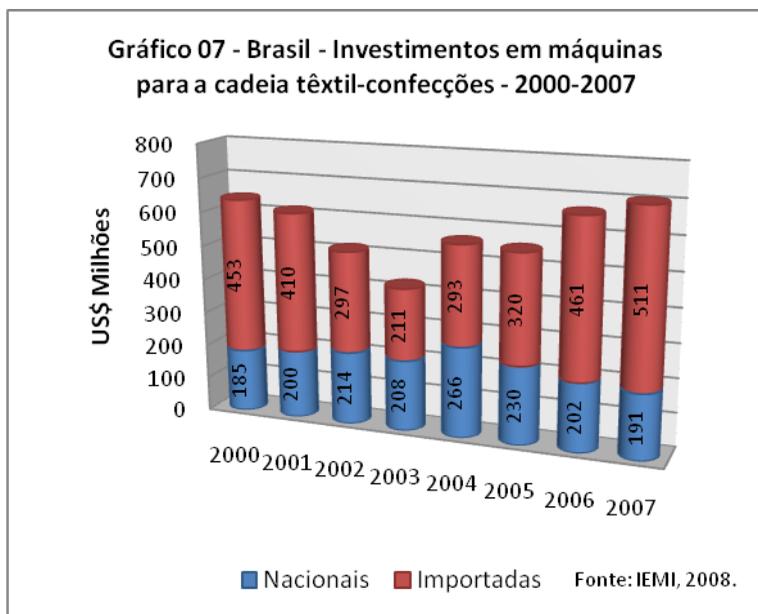
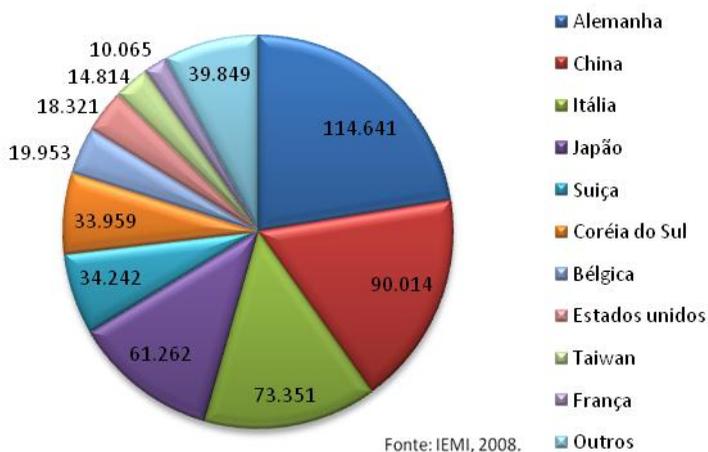


Gráfico 08 - Origem das importações brasileiras de máquinas têxteis (US\$ 1.000) em 2007



A tabela 03 expõe informações sobre a distribuição regional e setorial da indústria confeccionista brasileira para o ano de 2007. Considerando os segmentos dessa indústria, o vestuário correspondia, por 86% das unidades fabris do setor confeccionista, 84,5% da mão-de-obra ocupada e 55,5% da produção. O segmento meias/acessórios correspondia a 4,5% das unidades fabris, 3,7% do pessoal ocupado e 10% da produção confeccionista nacional. A linha lar representava 5% das empresas, 8,4% da mão-de-obra ocupada e 11,7% da produção. E, por fim, os artigos técnicos correspondiam a 4% das empresas, 3,4% da mão-de-obra ocupada e 23% da produção confeccionista nacional.

Quanto à distribuição regional: o Sudeste respondia por 48,5% da produção, 53,9% das unidades fabris empregando 51,1% dos trabalhadores; o Sul respondia por 27,6% da produção, 25,3% das empresas e 27,9% dos empregos; o Nordeste respondia por 17,1% da produção, 13,8% das empresas e 15,6% dos empregos; o Centro-Oeste respondia por 4,2% da produção, 5,9% das empresas e 4,6% dos empregos; e, por fim, o Norte respondia por 2,6% da produção e 0,8% dos estabelecimentos e 0,6% do pessoal ocupado. No segmento vestuário destaca-se a produção do Sudeste (51,1%) e do Sul (28,4%). A produção de meias/acessórios destaca-se no Sudeste (56%) e no Nordeste (26,1%), enquanto o Sul e o Sudeste destacam-se na produção

da linha lar (42,3% e 33,2%, respectivamente) e na produção de artigos técnicos o Sudeste e o Sul representam, respectivamente 46,7% e 23,7% do total nacional.

Tabela 03 - Distribuição da indústria de confecção brasileira por região e por segmentos em 2007

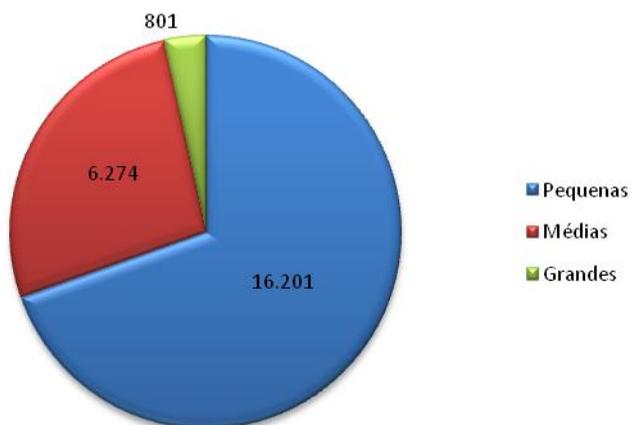
Região	Unidades fabris instaladas	Mão-de-obra empregada	Produção (mil peças)
Segmento			
Norte	186	8.254	247.100
Vestuário	149	7.026	35.630
Meias/Acessórios	14	408	5.025
Linha Lar	15	198	2.926
Art. Técnicos	8	622	203.519
Nordeste	3.228	191.527	1.616.747
Vestuário	2.746	155.055	786.337
Meias/Acessórios	189	10.012	246.882
Linha Lar	153	16.455	228.665
Art. Técnicos	140	10.005	354.863
Sudeste	12.568	625.917	4.583.483
Vestuário	10.861	528.646	2.680.946
Meias/Acessórios	468	23.053	528.934
Linha Lar	681	54.466	368.254
Art. Técnicos	558	19.752	1.005.349
Sul	5.903	341.385	2.608.474
Vestuário	5.042	293.388	1.487.871
Meias/Acessórios	321	10.129	141.484
Linha Lar	301	27.878	468.471
Art. Técnicos	239	9.990	510.648
Centro Oeste	1.391	56.779	393.406
Vestuário	1.272	50.217	254.668
Meias/Acessórios	51	1.750	21.553
Linha Lar	49	3.593	38.778
Art. Técnicos	19	1.219	78.408
Total	23.276	1.223.862	9.449.211
Vestuário	20.070	1.034.332	5.245.451
Meias/Acessórios	1.043	45.352	943.879
Linha Lar	1.199	102.590	1.107.094
Art. Técnicos	964	41.588	2.152.787

Fonte: IEMI, 2008.

A partir dos gráficos 09, 10 e 11, infere-se que na indústria de confecções nacional predominam as pequenas empresa com 70% do total de estabelecimentos, as médias empresas correspondem a 27% e as grandes a apenas 3%. Em relação ao pessoal ocupado, as pequenas empresas geram 26% dos empregos, enquanto as médias empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos (40%) e as grandes empresas, em seguida, respondem por 34%. Já em relação à quantidade de peças produzidas, as médias e grandes empresas respondem igualmente por 39% da produção, enquanto as pequenas empresas respondem por 22% da produção nacional. Em média, cada empresa de pequeno porte produz 129.075 peças, empregando 19,7 funcionários, implicando que cada funcionário produz, ao longo do ano 6552 peças. Na média empresa, com 78,3 funcionários (em média), produz-se 589.139 peças, ou 7.524 peças por funcionário/ano. Já nas grandes empresas empregam-se em média 516,2 funcionários, produzindo 8.856 peças por funcionário/ano, totalizando 4.571.550 peças/ano. A produtividade por funcionário aumenta em aproximadamente 1000 peças/ano à medida que eleva-se o porte da empresa.

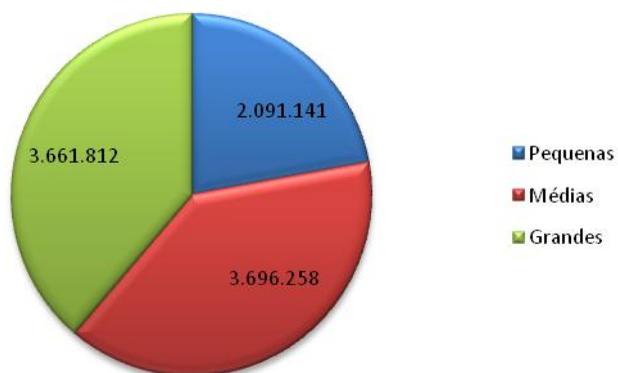
Considerando os diversos segmentos da indústria confeccionista brasileira, o segmento vestuário representa 79% do valor da produção e responde por 66% do consumo de tecido. O segmento meias/acessórios representa 3% do valor da produção e responde por 2% do consumo de tecido. A linha lar representa 12% do valor da produção, respondendo por 21% do consumo de tecidos. Por fim, os artigos técnicos respondem por 6% do valor da produção e representam 11% do consumo de tecidos na indústria confeccionista nacional. (gráficos 12 e 13).

Gráfico 09 - Brasil - Distribuição das indústrias de confecções por porte empresarial em 2007



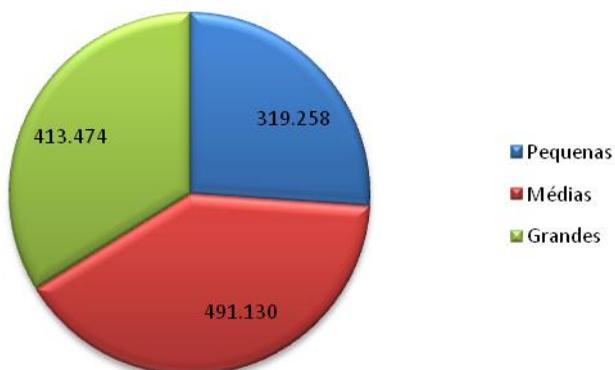
Fonte: IEMI, 2008.

Gráfico 10 - Brasil - Distribuição da produção (mil peças) de confecções, por porte empresarial, em 2007



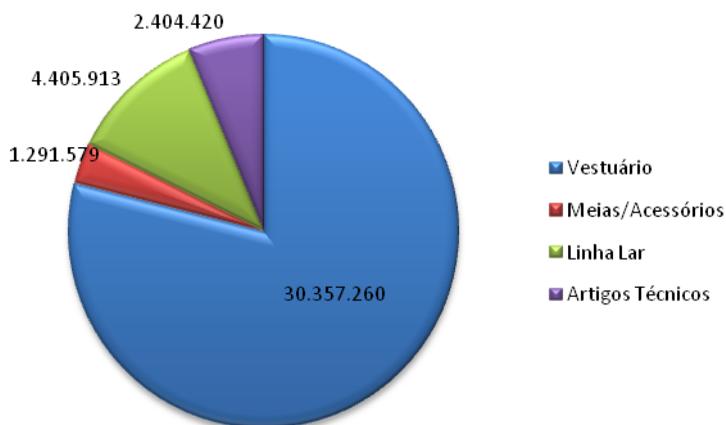
Fonte: IEMI, 2008.

Gráfico 11 - Brasil - Distribuição do pessoal ocupado na indústria de confecções, por porte empresarial, em 2007



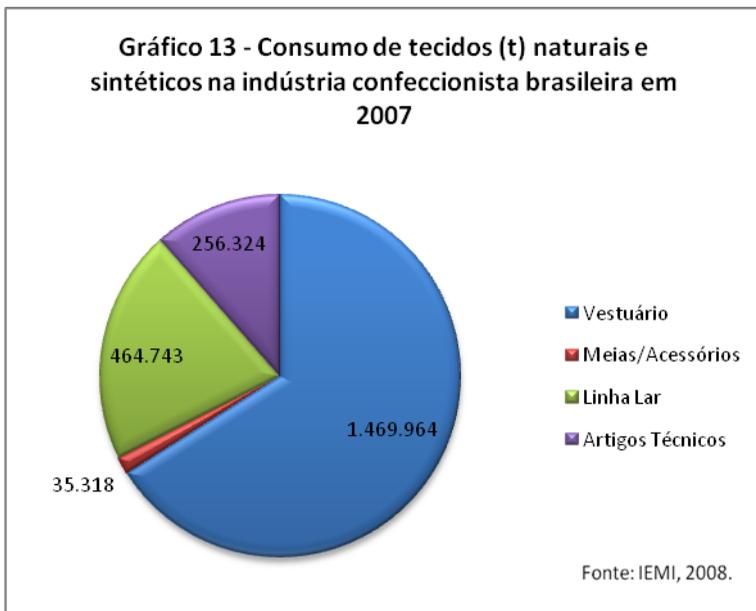
Fonte: IEMI, 2008.

Gráfico 12 - Brasil - Valor da produção (US\$ 1.000) por segmento da indústria confeccionista em 2007



Fonte: IEMI, 2008.

Gráfico 13 - Consumo de tecidos (t) naturais e sintéticos na indústria confeccionista brasileira em 2007

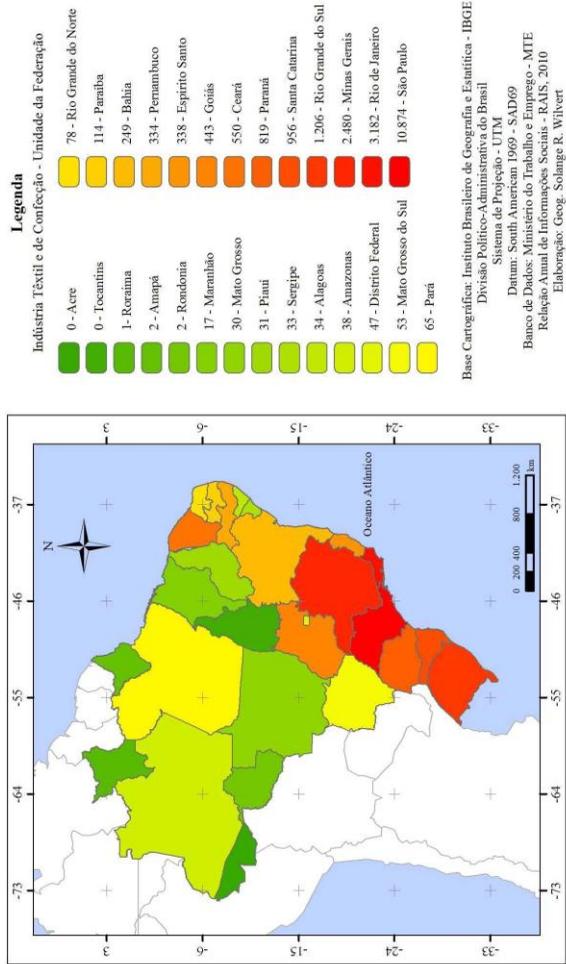


Os mapas de 10 a 13 apresentam a evolução dos estabelecimentos e do pessoal ocupado na indústria têxtil-confeccionista no Brasil entre os anos de 1985 e 2008.

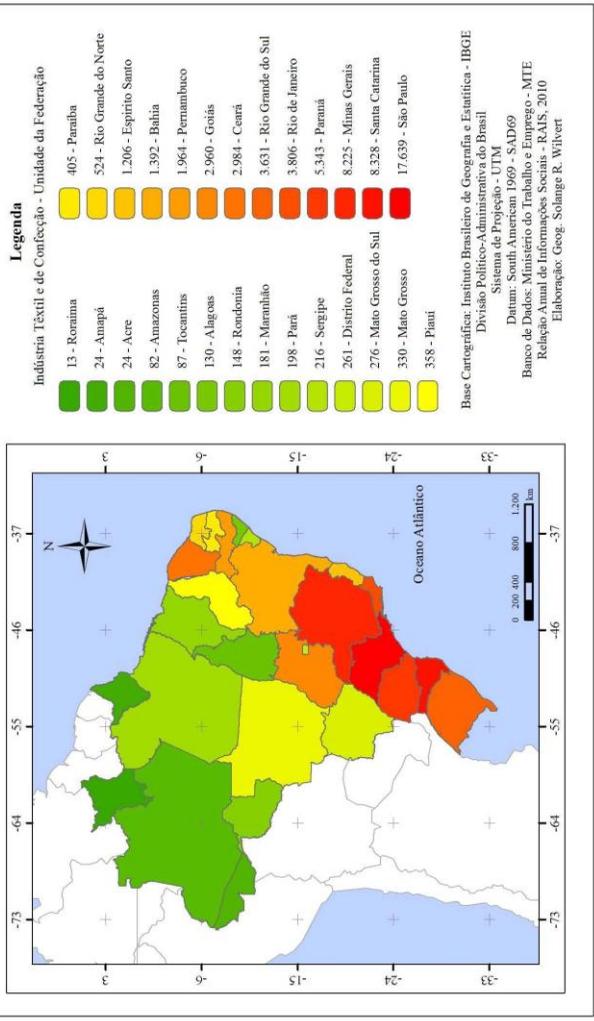
Em termos de estabelecimentos, 10 estados (São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Goiás, Pernambuco e Bahia, nesta ordem) concentravam 92,7% deles em 2008. Todos estes estados apresentaram evolução em relação ao ano de 1985. Entre 1985 e 1990, o número de empresas praticamente dobrou, passando de 21.976 para 40.307 (85% de incremento). Entre 2000 e 2008 a indústria têxtil-confeccionista nacional ampliou-se em 38%. À exceção de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os demais apresentaram crescimento contínuo em todo período. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram queda de 1990 a 2000, o Rio Grande do Sul perdeu empresas apenas entre 1990 e 1995.

São Paulo que tinha 49,5% dos estabelecimentos em 1985 caiu para 29% em 2008. Santa Catarina elevou sua participação de 4,3% em 1985 para 13,7% em 2008, enquanto Minas Gerais passou de 11,2% para 13,5%. O Paraná que em 1985 possuía a 7ª maior concentração de empresas (3,7%) evoluiu a 8,8% em 2008, tornando-se a 4ª maior. Por fim, o Rio de Janeiro perdeu participação no período caindo de 14,5% para 6,2%.

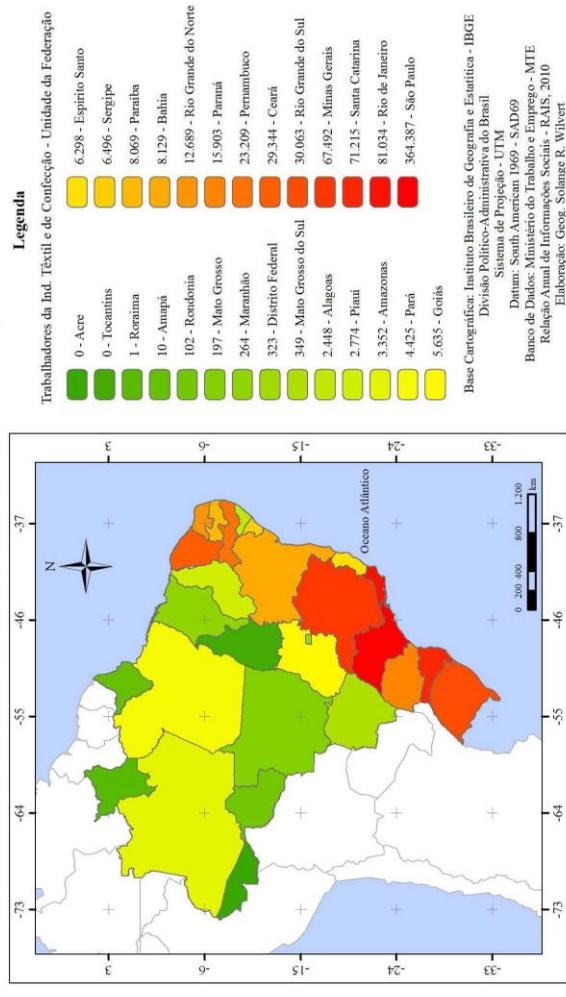
Mapa 10: Brasil - Estabelecimentos da Indústria Têxtil e de Confeções por Unidade da Federação 1985



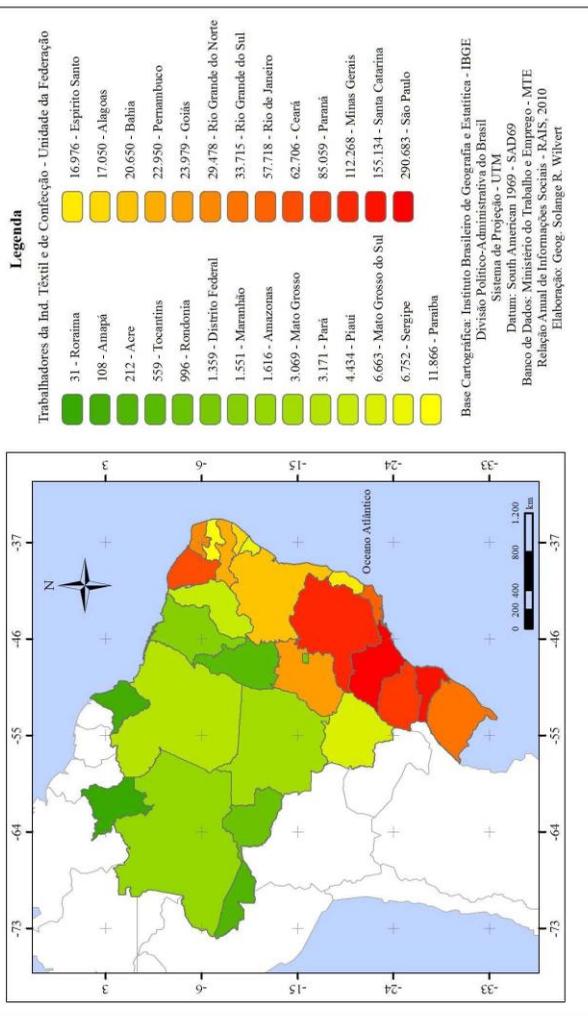
Mapa 11: Brasil - Estabelecimentos da Indústria Têxtil e de Confeções por Unidade da Federação 2008



Mapa 12: Brasil - Pessoal Ocupado na Indústria Têxtil e de Confecção por Unidade da Federação 1985



Mapa 13: Brasil - Pessoal Ocupado na Indústria Têxtil e de Confeção por Unidade da Federação 2008

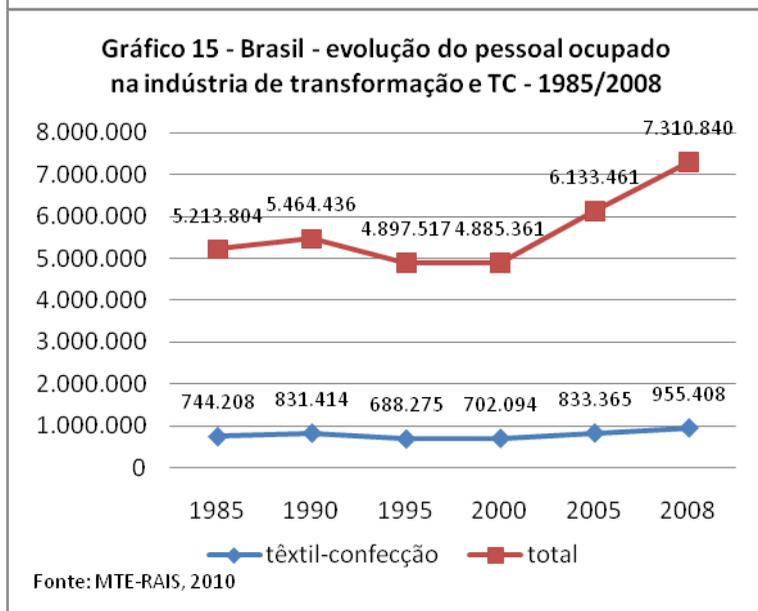
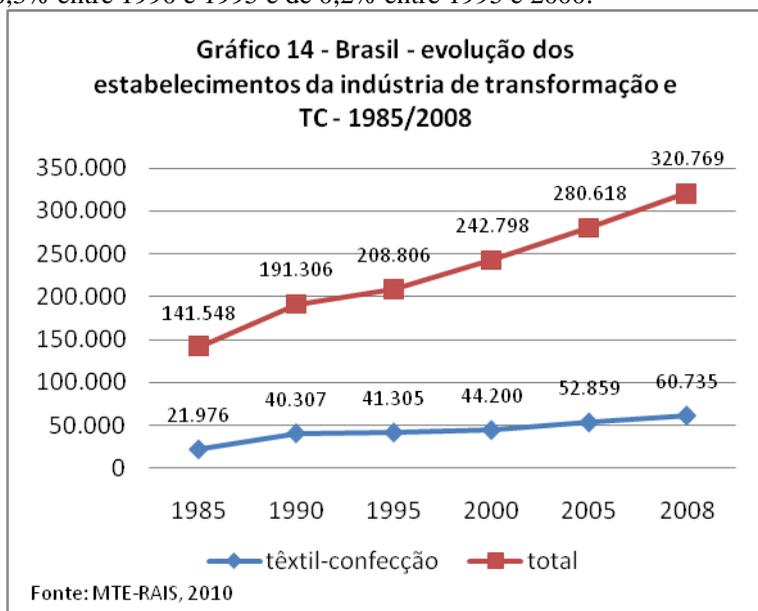


Em 2008, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Goiás e Pernambuco eram, nesta ordem os 10 maiores empregadores do setor têxtil-confeccionista, concentrando 91,5% dos empregos. No período analisado, São Paulo perde participação: era 48,9% em 1985 e caiu sucessivamente até 2008, quando atinge 30,4%. No entanto, em 2000 São Paulo registrou seu menor número de empregos (229.163), uma queda de 37% em relação a 1985. Já em 2008, o estado apresentou crescimento de 26,8% em relação a 2000. O Rio de Janeiro também viu cair o número de empregos e consequentemente, reduzir sua participação no total nacional. De pouco mais de 81 mil empregos e 10% de participação em 1985, caiu para 57.718 empregos e 6% de participação. Ao mesmo tempo, Santa Catarina passou de 3º maior empregador em 1985 (9,5%) para 2º maior em 2008, com 16,2% dos empregos gerados. Minas Gerais também sobe uma posição, de 4º em 1985, com 9% para 3º em 2008, com 11,7%. O Paraná, que era apenas o 8º empregador, apresentou evolução constante, aumentando sua participação de 2,1% em 1985, para 8,9% em 2008, consolidando-se como 4º maior empregador do setor. Por fim, o Ceará aumentou sua participação de 3,9% em 1985 para 6,5% em 2008.

Ao comparar a evolução dos estabelecimentos da cadeia TC com o total da indústria brasileira, é possível observar que ambas apresentaram evolução crescente entre 1985 e 2008. A cadeia TC respondia em 1985 por 15,5% dos estabelecimentos industriais, 21% em 1990, 19,8% em 1995, 18,2% em 2000, 18,8% em 2005 e 19% em 2008. Enquanto a indústria nacional apresentou crescimento de 127% para o período 1985-2008, a cadeia TC cresceu 176% (gráfico 14).

No Brasil, a cadeia TC respondia em 1985 por 14,3% do pessoal ocupado na indústria de transformação, 15,2% em 1990, 14% em 1995, 14,4 em 2000, 13,6% em 2005 e 13% em 2008 (gráfico 15). Embora a participação da cadeia TC tenha diminuído a partir de 2000, o setor apresentou crescimento contínuo. No entanto a atividade industrial em geral apresentou crescimento mais intenso, senão vejamos: entre 2000 e 2005 enquanto os empregos na cadeia TC cresceram 18,7%, na indústria em geral o índice foi de 25,6%; entre 2005 e 2008 o crescimento que foi de 14,6% para TC, alcançou 19,2% para o total da indústria. Ao longo da década de 1990 a cadeia de TC foi fortemente atingida pelas crises e pela abertura comercial, muito mais que o conjunto da indústria nacional. Entre 1990 e 1995, a TC apresentou queda de 17,2% no número de postos de trabalhos com carteira

assinada, e, entre 1995 e 2000 apresentou aumento de 2%. Enquanto isso, o conjunto da atividade industrial nacional apresentou redução de 10,3% entre 1990 e 1995 e de 0,2% entre 1995 e 2000.



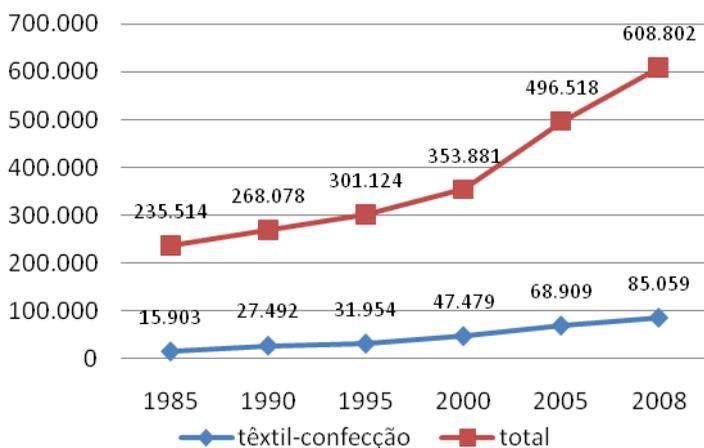
2.2 - O SETOR CONFECCIONISTA NO PARANÁ

Configurando um período recessivo no Brasil pós-1980, a atividade industrial paranaense apresentou contínua elevação em termos tanto de estabelecimentos quanto de pessoal ocupado, embora tal crescimento seja mais elevado na indústria de transformação do que na cadeia têxtil-confecções. A cadeia TC respondia em 1985 (gráfico 16), por 6,7% do pessoal ocupado na indústria paranaense, passou a 10,2% em 1990, 10,6% em 1995, 13,4% em 2000, 13,8% em 2005 e 14% em 2008. A cadeia TC representava 7,9% das indústrias paranaenses em 1985, 13,9% em 1990, 15,7% em 1995, 15,8% em 2000, 18% em 2005 e 18,5% em 2008. Mais do que dobrou sua participação no parque industrial estadual (gráfico 17).

Ao confrontarmos o desempenho da cadeia TC paranaense com a brasileira, percebe-se que a primeira apresentou crescimento contínuo ao longo do período, enquanto a segunda, como já foi apresentado, passou por inúmeras dificuldades ao longo da década de 1990. A participação dos empregos paranaenses no total nacional aumentou mais de quatro vezes no período: representava 2,1% em 1985, 3,3% em 1990, 4,6% em 1995, 6,8% em 2000, 8,3% em 2005 e 9% em 2008.

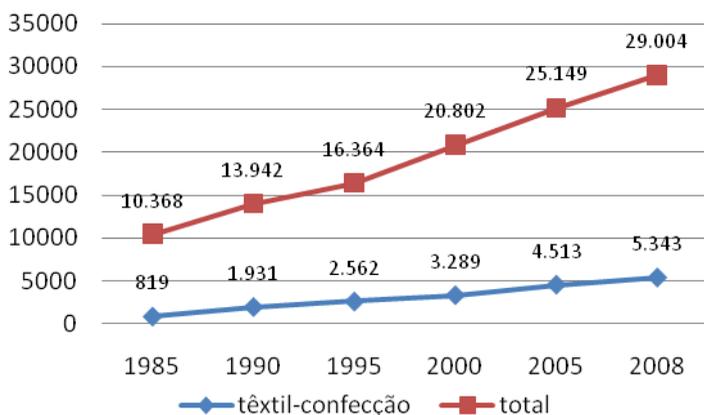
Já com relação ao total de indústrias a participação paranaense dobrou no período em questão. Os estabelecimentos paranaenses representavam: 3,7% em 1985, 4,8% em 1990, 6,2% em 1995, 7,5% em 2000, 8,5% em 2005 e 8,8% em 2008. A comparação entre o desempenho nacional e estadual demonstra que embora contínuo, o crescimento estadual foi mais tímido do que o nacional. Embora este seja o período de efetiva expansão desta atividade industrial no estado, é grande o número de natimortalidade de empresas, ou seja o número de empresas que encerram suas atividades em menos de dois anos pelos mais diversos motivos, dentre os quais destacam-se as dificuldades em estruturar o negócio, dado que muitos ingressantes tem pouca experiência administrativa, embora detenham conhecimento técnico quanto à produção propriamente dita e enfrentem problemas com comercialização, pagamento de impostos e encargos trabalhistas, não tenham plano de negócios, etc.

Gráfico 16 - Paraná - evolução do pessoal ocupado na indústria de transformação e TC - 1985/2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010

Gráfico 17 - Paraná - evolução dos estabelecimentos da indústria de transformação e TC - 1985/2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010

Se tomarmos por base apenas o elo de confecções, para os quais dispomos de informações detalhadas a partir de 1995, com a implantação da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 95) temos o seguinte quadro: o pessoal ocupado cresceu 85% entre 1995 e 2000, 62% entre 2000 e 2005 e 26% entre 2005 e 2008. No período, o crescimento foi de 276%.; enquanto os estabelecimentos apresentaram aumento de 37% entre 1995 e 2000, 42% entre 2000 e 2005 e 18% entre 2005 e 2008. No período o crescimento foi de 130%, bem mais modesto que o de empregos gerados no período.

É possível identificar já no ano de 1970 alguma concentração de trabalhadores em Curitiba, Londrina e Assaí e Apucarana (principalmente indústria têxtil). Em 1980, somam-se a essas, Maringá, Cornélio Procópio, Arapongas, Cianorte, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, com destaque para Curitiba e Londrina. De acordo com IparDES (1987), o complexo têxtil respondia em 1980 por 3,1% do valor de produção, sendo que o beneficiamento de fibras têxteis naturais, com grande peso para o algodão, era responsável por 58% do valor de produção. A fiação e tecelagem paranaenses, estavam, em grande medida direcionadas à fabricação de sacaria.

Na década de 1990, o complexo têxtil apresentava um importante gargalo no segmento de tecelagem que era praticamente ausente no Estado, de modo que parte do algodão em pluma e a quase totalidade dos fios produzidos internamente deslocaram-se a outros estados da federação, para depois retornarem sob a forma de tecidos para abastecer a indústria de confecções estadual (IPARDES, 1994, p. 61). Ao longo do período 1980-2010, a produção de algodão que era de mais de 500 mil toneladas em 1980, chegando a um milhão em 1985 e 1991, foi decaindo até chegar a 397 toneladas em 2010, reflexo da diminuição da área palntada, a qual chegou a 700 mil hectares em 1992 e em 2010 foi de apenas 179 hectares (IPARDES, 2010, p. 21). A produção nacional estava sendo direcionada para as áreas de expansão agrícola no Centro-Oeste do País. Assim, de acorodo com Oliveira, Câmara e Baptista (2007, p. 90) a atividade de tecelagem do Paraná contava apenas com três unidades fabris de tecidos planos instaladas, sendo a Textilpar (brim) em Paranavaí, a Têxtil Apucarana (sarja) em Apucarana e a Charlex (elastano) em Curitiba. As autoras destacaram ainda a existencia de três grandes empresas de fiação de seda: a Cocamar de Maringá, a Bratac de Londrina e a Kanebo-Silk do Brasil de Cornélio Procópio, sendo o estado responsável pela produção de 90% dos casulos.

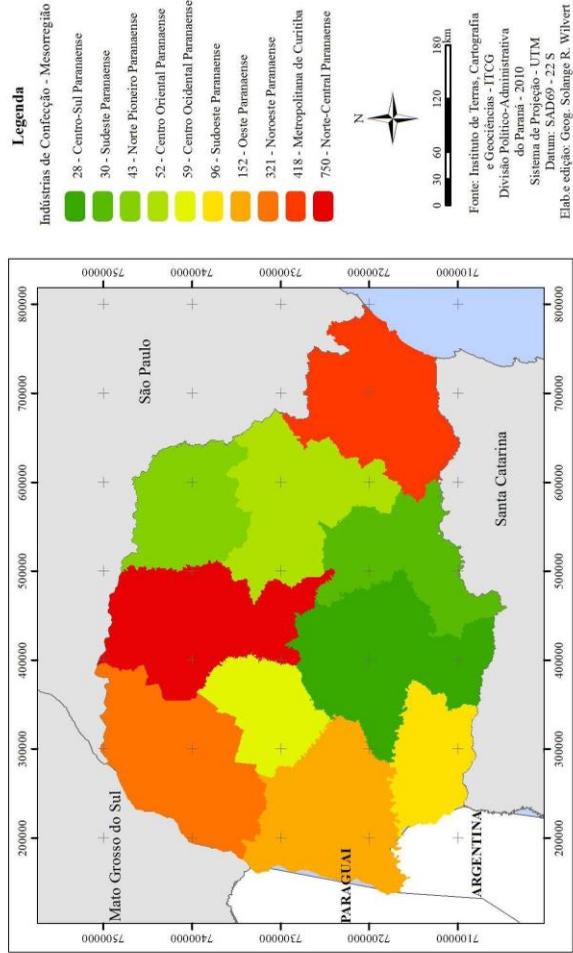
Foi no final da década de 1970 e, principalmente a partir da década de 1980, o surgimento de um grande número de iniciativas locais de produção confeccionista, no bojo das transformações produtivas e populacionais por que o estado e, principalmente o Norte do Paraná passa nesse período. O setor confeccionista se desenvolveu como alternativa de investimento, geração de renda e sobrevivência para muitas pessoas.

Pode-se afirmar que os confeccionistas paranaenses foram provados na crise desde sua gênese. Durante a década perdida o setor se desenvolve graças, em grande medida, ao relativo fechamento do mercado interno, e nos anos 1990 haverá uma verdadeira proliferação de iniciativas empresariais, tanto formais quanto, principalmente informais, quando os custos de produção serão reduzidos via importação de tecidos e de maquinários, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho sofrerá contração e deterioração, diminuindo os custos com mão-de-obra. Ainda assim, a taxa de natimortalidade será bastante elevada. Em meados da década o setor sofrerá os impactos mais fortes da abertura comercial, quando começam a ganhar vulto as importações de produtos confeccionados.

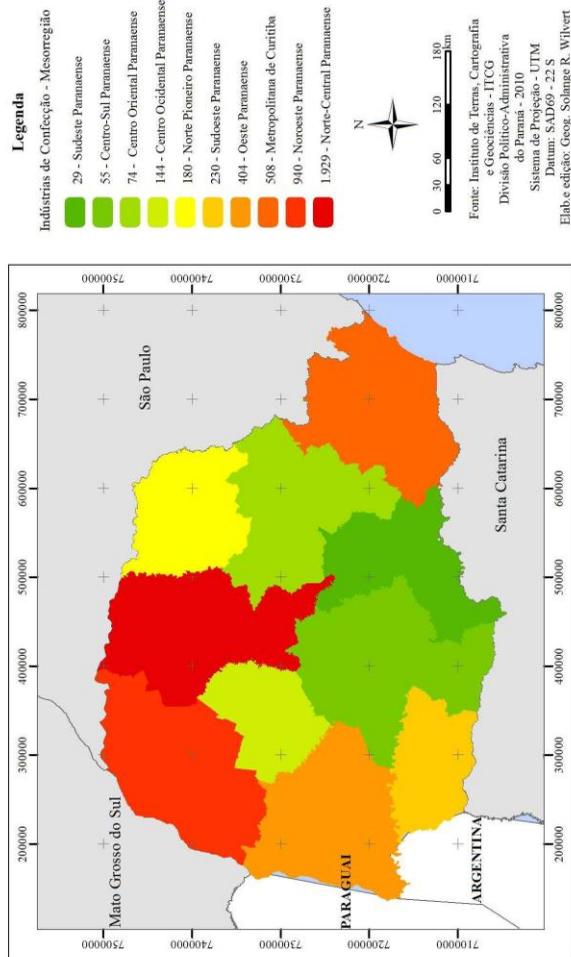
Em termos regionais, a indústria confeccionista paranaense encontrava-se concentrada já em 1995 no Norte Central Paranaense, Região Metropolitana de Curitiba e Noroeste Paranaense, respectivamente com 38,48, 21,44 e 16,46% de participação nos estabelecimentos confecionistas. De cada 100 empresas do setor, pouco mais de 76 estavam nessas três mesorregiões. Já em 2000, a Mesorregião Noroeste Paranaense passa a ser a segunda em número de estabelecimentos. Este quadro mantêm-se desde então. Em 2008, o Norte Central concentrava por 43% dos estabelecimentos, o Noroeste detinha 21%, a Metropolitana de Curitiba respondia por 11,4% e o Oeste detinha 9% (mapas 14 e 15).

Com relação ao pessoal ocupado, desde 1995 o Norte Central e o Noroeste concentram o maior número de empregos no setor, com a Região Metropolitana de Curitiba em terceira. A partir de 2000, no entanto o Sudoeste passa a ser o terceiro maior empregador neste setor. Em 2008, o Norte Central respondia por 41,6% dos empregos, o Noroeste por 21,8%, O Sudoeste por 9,7% e o Oeste por 9,5% (mapas 16 e 17).

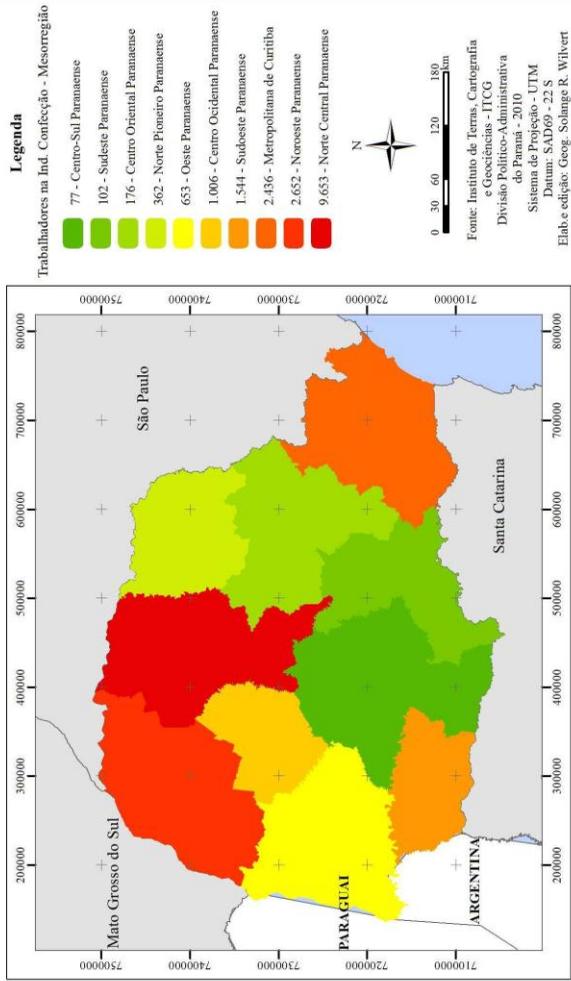
Mapa 14: Paraná – Estabelecimentos da Indústria de Confeções por Mesorregiões 1995



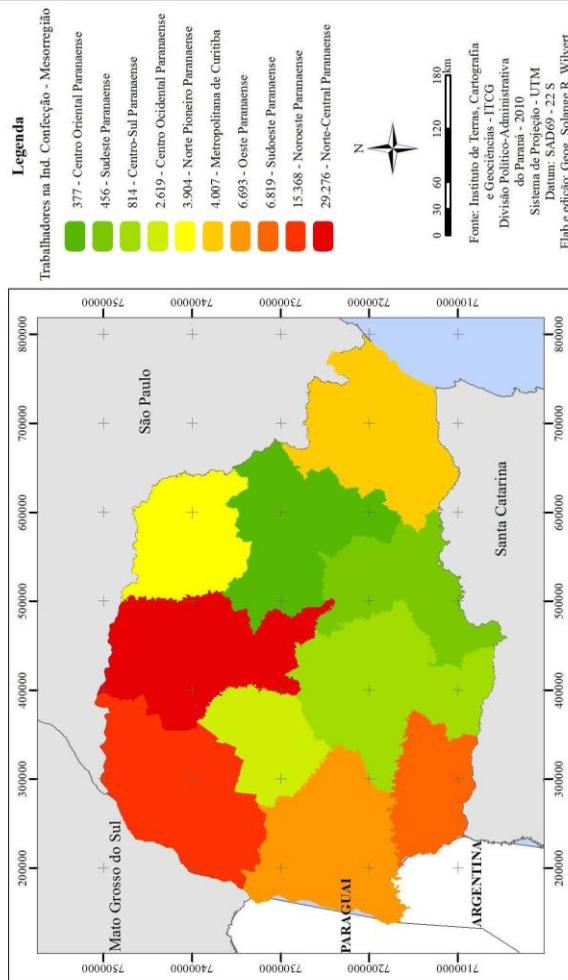
Mapa 15: Paraná – Estabelecimentos da Indústria de Confeções por Mesorregiões 2008



Mapa 16 - Paraná – Pessoal Ocupado na Indústria de Confeções por Mesorregiões 1995



Mapa 17 - Paraná – Pessoal Ocupado na Indústria de Confeções por Mesorregiões 2008



Esta concentração setorial, no entanto, ocorre em poucos municípios. A produção está presente em todos os municípios no estado, dado o caráter da produção de um bem não-durável como as peças de roupa e a facilidade de ingresso no setor, além da disseminação técnica e do caráter local dessa produção. No entanto, a produção em grande escala, com projeção regional e nacional restringe-se a poucos centros urbanos. As indústrias concentram-se em: Apucarana, Maringá, Cianorte, Curitiba e Londrina. Juntas respondiam por 47% dos estabelecimentos confeccionistas do estado. Estas cinco cidades, concentravam ainda 39% do pessoal ocupado nas indústrias de confecções do estado do Paraná (MTE-RAIS, 2010).

Camara, Souza e Oliveira (2006, p. 39) destacam que em 2003, o Paraná firmara-se como segundo maior pólo de confecções do país, com produção estimada em 150 milhões de peças/ano com faturamento de R\$ 2,8 bilhões anuais.

Oliveira, Camara e Batista (2007, p.84-91) destacam que o conjunto das empresas confeccionistas paranaenses produziu cerca de 216 milhões de peças ao ano e faturou em torno de R\$ 3,5 bilhões. As autoras identificam microrregiões especializadas em determinadas etapas produtivas da cadeia têxtil-confeccionista: Cornélio Procópio-Bandeirantes, Campo Mourão-Goioerê e Londrina-Cambé especializadas em têxtil de rami, seda e outras fibras; Londrina-Cambé, Apucarana-Ivaiporã e Maringá-Sarandi possuem representatividade na produção de malhas, linhas e tapeçaria; Londrina-Cambé, Apucarana-Ivaiporã, Maringá-Sarandi, Umuarama-Cianorte (localizadas no Corredor da Moda do Norte do Paraná), Francisco Beltrão-Pato Branco e Toledo-Marechal Cândido Rondon destacam-se na produção de vestuário e acessórios. O município de terra Roxa no Oeste do estado apresenta especialização na produção de moda bebê e Imbituva (Centro-Sul) é especializada em produção de malhas.

As empresas confeccionistas dos quatro municípios selecionados neste estudo – Londrina, Apucarana, Maringá e Cianorte – produziram em 2003 130 milhões de peças e tiveram faturamento superior a R\$ 2 bilhões anuais. Os municípios em questão possuíam 12 centros atacadistas e mais de 2 mil empresas (sendo 90% delas micro, pequenas e médias empresas), consolidando-se como os maiores produtores de jeans e de bonés do Brasil. Esta aglomeração de empresas do complexo vestimentar – beneficiamento, fiação, tecelagem, vestuário, uniformes, bonés e lavanderias e serviços de acabamento, shoppings atacadistas e lojas de fábrica – foi adjetivada desde meados

da década de 1990 como Corredor da Moda e a expressão divulgada em âmbito nacional. Nestas cidades são realizados alguns dos mais importantes eventos de moda do estado: Paraná Fashion e Estação Fashion em Maringá, Fashion Art e Estação Fashion em Londrina, ExpoVeste em Cianorte e ExpoBoné em Apucarana. Conforme exposto no capítulo 1.3, a partir de 2003 houve a institucionalização de quatro Arranjos Produtivos Locais no Norte do Paraná: Bonés de Apucarana, Confecções de Cianorte, Confecções de Maringá e Vestuário de Londrina.

Caracterizada a cadeia textil-confeccionista, o papel que o Brasil desempenha no comércio mundial, a distribuição desta atividade em nível nacional e estadual e considerados os percursos e os percalços desta produção, cumpre agora, caracterizar a produção confeccionista do Corredor da Moda do Norte do Paraná. Por que há uma elevada concentração de empresas deste segmento nestas cidades escolhidas. Obra do acaso, ou implicação de processos historicamente determinados?

3- COSTURANDO ELEMENTOS: O DESENVOLVIMENTO DO SETOR CONFECCIONISTA NO NORTE DO PARANÁ

Neste capítulo realizamos uma análise detalhada da evolução do setor têxtil-confeccionista desde 1985 até 2008, com base nas informações sobre o mercado de trabalho formal (MTE-RAIS, 2010). Discute-se a gênese do setor, mas o destaque será dado ao processo de desenvolvimento após 1990, em função da conjuntura econômica e das profundas transformações decorrentes no setor. Traçaremos o perfil setorial em cada cidade, de acordo com a estrutura das empresas, a participação do setor na economia de cada cidade. Para tanto, foram realizadas diversas entrevistas com empresas selecionadas (de diversos segmentos da cadeia e de portes diferenciados). Identificamos as estratégias que os agentes utilizam para se manter e ampliar o mercado. Discutimos ainda as políticas implementadas para favorecimento do setor.

As cidades selecionadas apresentavam em 2010 os seguintes contingentes populacionais: Apucarana com 120.884 habitantes, Cianorte com 69.962 habitantes, Londrina com 506.645 habitantes e Maringá com 357.117. As cidades localizam-se ao longo do principal corredor viário do Norte do Paraná, formado pelas BR-376, BR-369, PR 323, BR 272 e da ferrovia. São cidades que desde a década de 1970, ao contrário de toda a região norte do Paraná, caracterizaram-se como destino de fluxos migratórios endógenos. Em outras palavras, enquanto o norte do Paraná enfrentava crise na cafeicultura e transformações agropecuárias, expulsando os excessos populacionais, as principais cidades ao longo do eixo rodo-ferroviário assimilaram parte desse excedente populacional. São cidades que apresentam elevados índices de urbanização, superiores a 90%.

O Corredor da Moda, representado no mapa 18, tem na produção de jeans seu carro-chefe, responsável por aproximadamente 70% do faturamento. Dele sai quase toda produção que abastece redes como Ellus, Zoomp e Forum. Há ainda importantes marcas nacionais criadas localmente: Osmoze, Pura Mania, Lucia Figueredo, Titus, Lado Avesso, entre outras. Apresenta ainda significativa produção de bonés, concentradas sobretudo, em Apucarana. Conta com mais de 12 centros atacadistas majoritariamente concentrados em Maringá e Cianorte. Produz ainda malharia, moda feminina, masculina e infantil, moda íntima, moda praia, uniformes profissionais, acessórios, etc. Na cadeia

têxtil, apresenta ainda tecelagem, atividades de beneficiamento e acabamento, fiação, fabricação de materiais de acabamentos, aviamentos, máquinas e equipamentos destinados à confecção.

Ambas as cidades possuíam menos de cem empresas do setor em 1985, com destaque para Londrina em Maringá. A partir de 1993, Maringá passa a concentrar o maior número delas. Londrina é ultrapassada por Cianorte em 1999 e por Apucarana em 2001. Por fim, em 2006, Apucarana ultrapassa Cianorte e passa a ter o segundo maior número de empresas (gráfico 18).

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 19 permite verificar que foi bastante oscilante no período 1985-2008 para as quatro cidades. Londrina era a maior geradora até 1998, mas com quedas e elevações muito bruscas, vinculadas às medidas macroeconômicas implementadas pelo governo ao longo da década de 1990, como eliminação de tarifas de importação, alterações de câmbio, etc. A partir da data referida entrou em processo de relativa estabilidade na geração de empregos, mas perdeu posição, ocupando a terceira colocação em 2008. A partir de 1999 Maringá destaca-se como maior empregadora, apresentando diminuição de ritmo de crescimento a partir de 2004. Desde então, Apucarana tornou-se a maior empregadora, com crescimento expressivo entre 2003 e 2008. Cianorte, em função de seu reduzido contingente populacional, apresenta menor número de pessoas empregadas, embora relativamente, seja a cidade em que a indústria têxtil-confeccionista apresente maior participação no total de empregos.

A partir do gráfico 20 percebe-se que o setor têxtil-confeccionista das cidades em questão é majoritariamente composto por micro e pequenas empresas, do ponto de vista do número de empregados. Apenas a cidade de Apucarana possuía, em uma empresa de grande porte.

Mapa 18: Corredor da Moda Paranaense

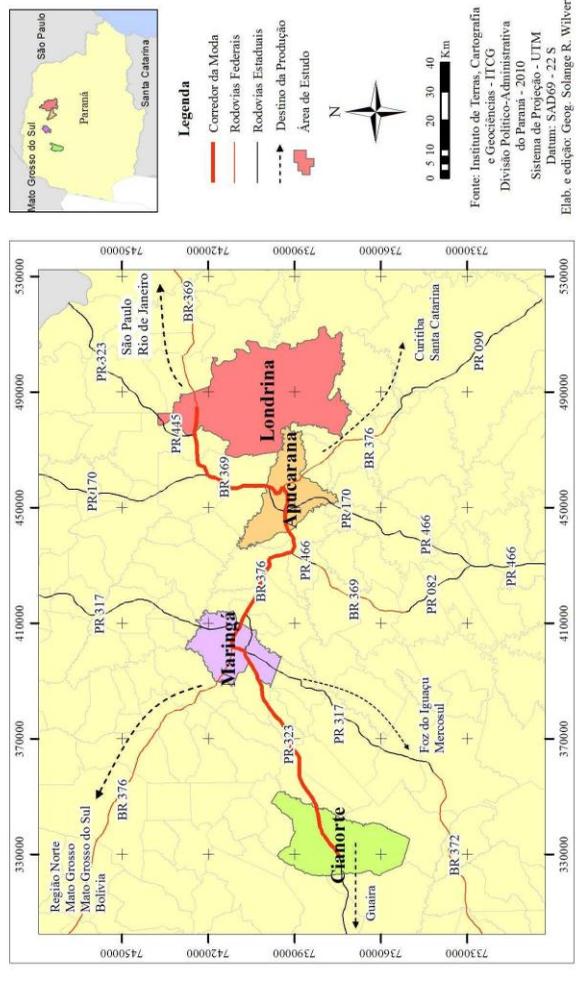
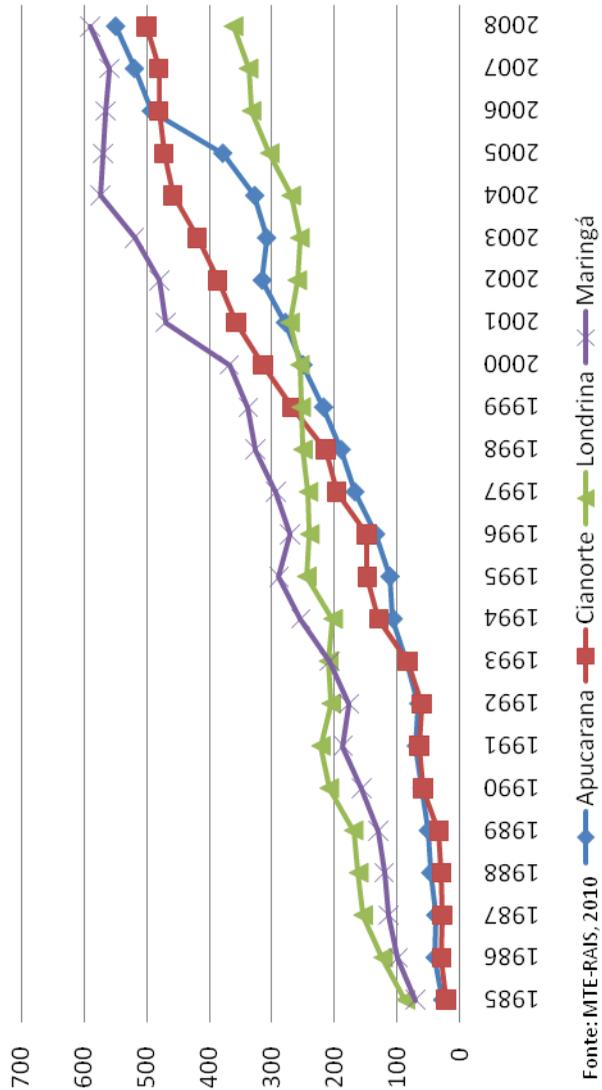
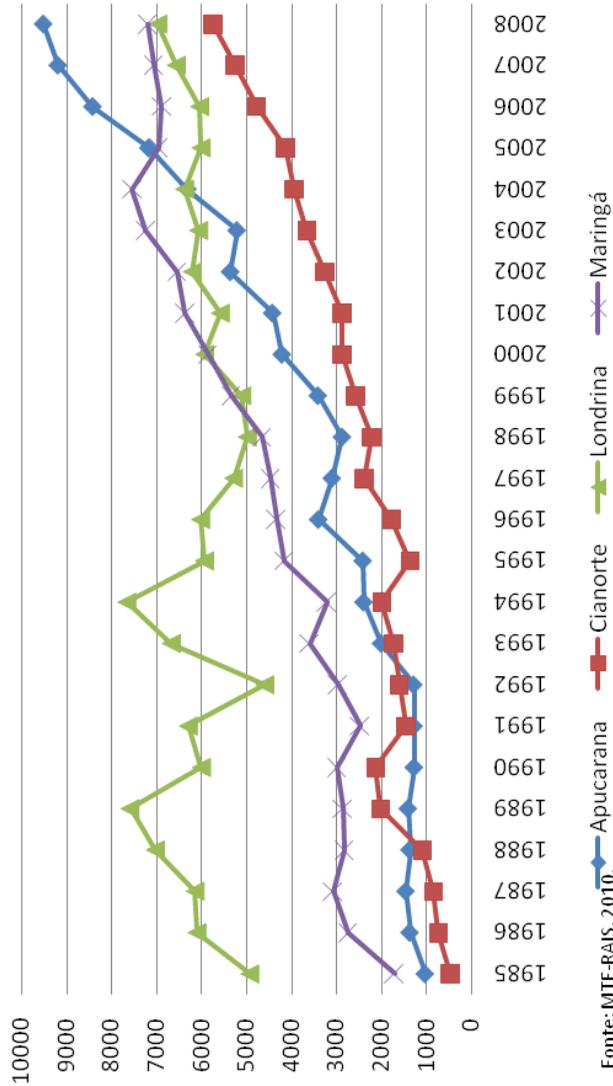


Gráfico 18 - Evolução dos estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



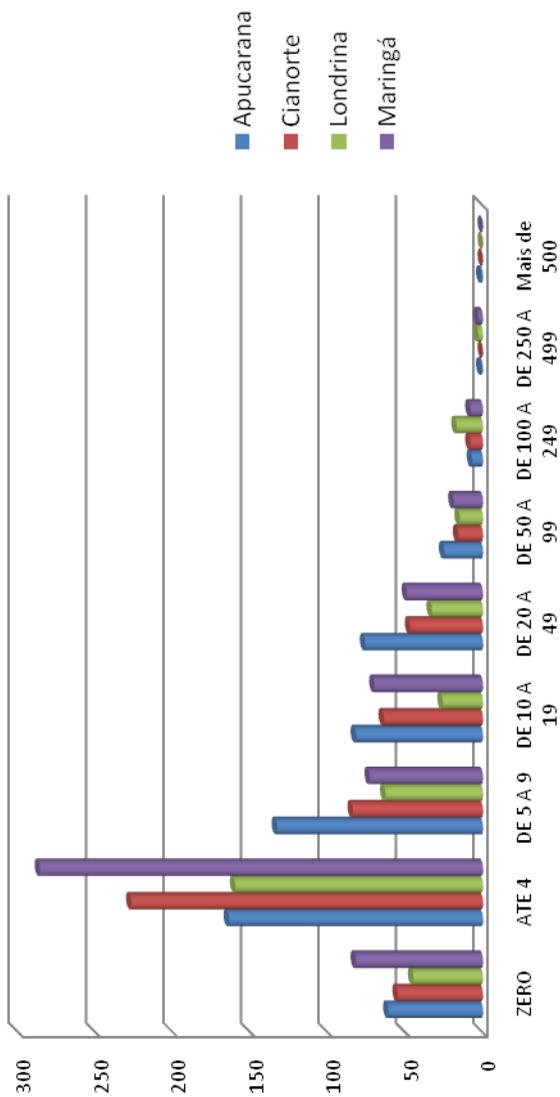
Fonte: MTE-RAIS, 2010

Gráfico 19 - Evolução do pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010.

Gráfico 20 - Porte das indústrias têxteis e de confecções - vínculos ativos em 2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010.

Embora em âmbito paranaense, a indústria têxtil-confeccionista represente apenas 2,57% do valor adicionado na indústria de transformação em 2008, nas cidades selecionadas o setor adquire maior importância, pois no ano de 2005, em Apucarana representava 37,5%, em Cianorte 45,3%, em Londrina 11,7% e em Maringá 12,6%.

Com base na adaptação à metodologia de Haddad (1989), feita por Breitbach (2005), para definição do Quociente de Localização (QL)¹¹, é possível identificar o grau de especialização produtiva de um município, em relação ao estado e ao país. Assim, para a indústria têxtil-confeccionista das cidades analisadas, têm-se os seguintes índices referentes a 2009: Londrina 1,074 para estabelecimentos e 1,547 para pessoal ocupado, em relação ao Paraná e, 1,179 para estabelecimentos e 2,136 para pessoal ocupado, em relação ao Brasil; Apucarana 7,303 para estabelecimentos e 8,433 para pessoal ocupado, em relação ao Paraná e, 8,015 para estabelecimentos e 11,641 para pessoal ocupado, em relação ao Brasil, Maringá 1,869 para estabelecimentos e 1,712 para pessoal ocupado, em relação ao Paraná e, 2,051 para estabelecimentos e 2,363 para pessoal ocupado, em relação ao Brasil; e Cianorte 9,093 para estabelecimentos e 9,681 para pessoal ocupado, em relação ao Paraná e, 9,979 para estabelecimentos e 13,363 para pessoal ocupado, em relação ao Brasil. Tais índices revelam que a atividade têxtil-confeccionista é mais importante para a economia desses municípios, do que o é para o Paraná e o Brasil, do ponto de vista de empregos e estabelecimentos. Apucarana e Cianorte dependem muito mais destes setores do que Londrina e Maringá.

Através da metodologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991, p. 10-1) e adaptada por Breitbach para caracterizar os centros industriais do país, conforme especialização/diversificação, a mesma classifica-os em cinco grupos, a saber: centros fortemente monoindustriais (um gênero detém 75% ou mais); centros monoindustriais (um único gênero detém entre 50 e 75% ou um só gênero detém entre 45 e 50%, desde que

11 Quociente de Localização (QL):

QL = A/B, onde:

A = Emprego no setor *i* no município *j* / emprego em todos os setores do município

j.

B = Emprego no setor *i* no estado/país / emprego em todos os setores do estado/país.

Se QL = 1 o setor *i* tem a mesma importância relativa no município e no estado/país.

Se QL > 1 o setor *i* é relativamente mais importante no município do que no estado/país.

Se QL < 1 o setor *i* é relativamente mais importante no estado/país do que no município.

não haja outro com mais de 10%); centros bipolares (dois gêneros superiores a 10% e um deles ultrapassa 25%); centros com tendência à diversificação (três gêneros superiores a 10% cuja soma deve ser 60% ou mais); centros diversificados (três gêneros superiores a 10% cuja soma não ultrapassa 60%).

Partindo desta análise, de acordo com informações sobre números de trabalhadores referentes a 2008 (MTE/RAIS, 2010), Londrina classifica-se como centro diversificado, no qual a indústria têxtil representa 26,7% dos empregos, a alimentícia 19,5% e a indústria química 13,7%; Apucarana como centro monoindustrial, no qual os setores têxtil e alimentício, respondem por 66,2% e 9,2% dos empregos industriais respectivamente; Maringá como centro bipolar, no qual a indústria alimentícia responde por 33,9% e a têxtil por 27,4% dos empregos industriais; e, por fim, Cianorte classifica-se como centro monoindustrial, no qual os setores têxtil e alimentício correspondem a 69,7% e 17,3% respectivamente. Apresentam-se a seguir a gênese e evolução da indústria confeccionistas em cada uma das cidades supracitadas.

3.1- LONDRINA: PIONEIRA EM VESTUÁRIO

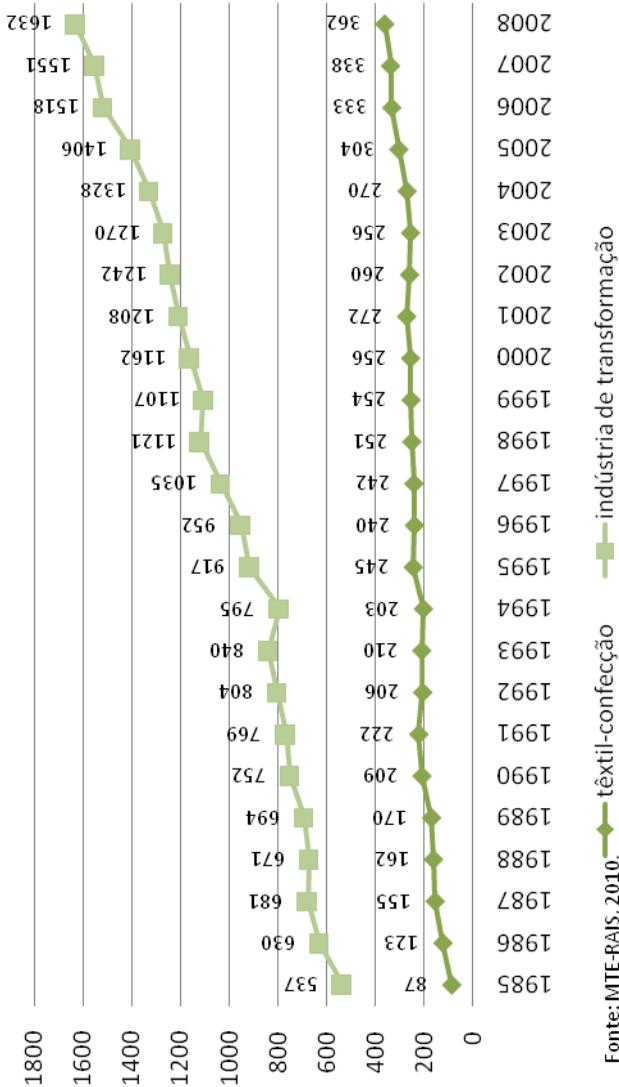
Londrina configura-se como a principal cidade do norte do Paraná em termos populacionais e econômicos mediante sua participação em VAF. Tem no complexo conjunto de atividades comerciais e prestadoras de serviços seu maior destaque em termos de geração de empregos e rendas. A indústria de transformação em termos de sua participação no PIB municipal ocupa a terceira posição atrás do comércio e serviços, ganhando apenas da agropecuária. Contudo, até os anos de 1970 o setor industrial era bastante modesto, apoiado sobretudo, em pequenas unidades produtivas de alimentos, bebidas, vestuário, dentre outros. Mas já se destacavam algumas indústrias de grande porte como a Cia Cacique de Café Solúvel e a Baterias Reifor. Foi a partir dos anos de 1980 que de modo geral, o setor industrial adentrou em fase de expansão em termos de número de estabelecimentos e trabalhadores, expressos nos mapas do capítulo 1, mas deve-se destacar que este processo foi cíclico com fases de ampliação e retração do setor. Assim, é no contexto de um setor de pequena participação no PIB, que deve-se entender a importância do setor têxtil-confeccionista.

A participação dos estabelecimentos do setor têxtil-confeccões no total de estabelecimentos industriais era de 16,2% em 1985(menor

participação registrada), passando a 27,79% em 1990, atingindo ápice em 1991 com 28,86%, 26,71% em 1995, 22,03% em 2000, 21,62% em 2005 e 22,18% em 2008. As maiores variações anuais ocorreram em 1986 (41,87%), 1987 (26,01%), 1990 (22,94%), 1995 (20,68%) sendo que em termos absolutos apontou criação de 42 empresas, e 2005 (12,59%). As maiores quedas no número de empresas ocorreram em 1992 (-7,2%), 2002 (-4,41%) e em 1994 (-3,33%) (gráfico 21).

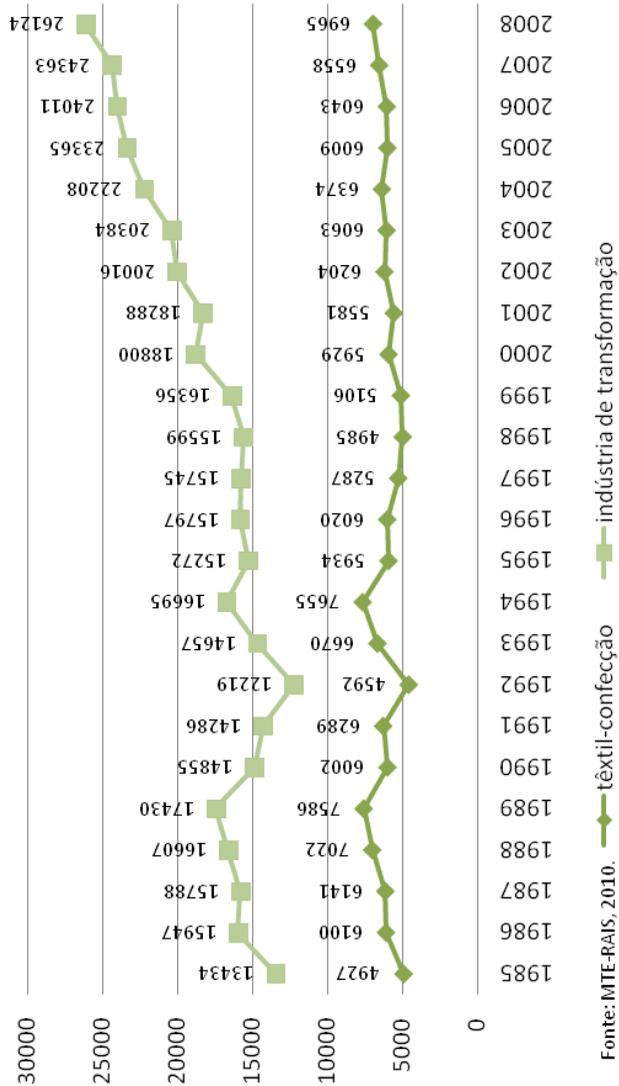
Em relação ao pessoal ocupado, a indústria têxtil-confeccionista respondia por 36,67% do total de empregos na indústria de transformação em 1985. Em 1990 representava 40,4%, 38,85% em 1995, 31,53% em 2000, 25,71% em 2005 e 26,66%. O setor alcançou maior participação em 1994, quando representava 45,85% dos empregos industriais e menor participação em 2006, respondendo por 25,16% dos empregos. A evolução dos empregos no setor apresentou maior crescimento anual em 1993, com incremento de 45,25%, crescimento de 23,8% em 1986, 16,11% em 2000, 14,76% em 1994, de 14,34% em 1988 e de 11,16% em 2002. As maiores taxas de redução no nível de emprego no setor ocorreram: em 1992 (-26,98%), 1995 (-22,48%), 1990 (-20,88%) e 1997 (-12,17%) (gráfico 22).

Gráfico 21 - Londrina - Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010.

Gráfico 22 - Londrina - Pessoal Ocupado na indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010. ◆ têxtil-confecção ■ indústria de transformação

O principal segmento em termos de estabelecimentos, a confecção de peças do vestuário, concentrava em 2008 67% do total, seguido pela confecção de roupas íntimas (7,2%). As microempresas (até 19 empregados) respondem por 81,2% dos estabelecimentos do setor têxtil-confeccionista, sendo aquela com até 04 funcionários respondem sozinhas por 44,2%. As pequenas empresas (de 20 a 99 empregados) representam 13,3% e as médias empresas (de 100 a 499 empregados) respondem por outros 5,5%. A confecção de peças do vestuário concentra 71% do pessoal ocupado, seguida pela preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão com 7%, pela fabricação de outros produtos têxteis (6,6%) e pela confecção de roupas íntimas (4,6%). As mulheres representam 71,1% da mão-de-obra do setor. Os adultos (25 a 49 anos) representam 65,1% do total, seguidos pelos jovens (até 24 anos), com 24,3%. Em termos de escolaridade, 44,4% dos empregados possuem até o ensino fundamental completo, 50,6% possuem até o ensino médio completo e 4,8% até o ensino superior (MTE-RAIS, 2010).

De acordo com Barreira (1996, p. 104-5), a formação do capital das empresas de confecções é decorrente de pequenas atividades comerciais e agrícolas e expansão das confecções informais. Identifica três grupos de empresas com origens distintas:

O predomínio do volume da produção local está concentrado entre fabricantes sírio-libaneses estabelecidos no comércio de roupas e também produtores de café. Neste grupo encontram-se pessoas que dispuseram do segundo imóvel (terreno, casa); bem móvel (carro, moto), inversões de capitais, e lucros nas atividades comerciais e de outras atividades comerciais e outros ramos industriais [...] há outro grupo, ou seja, aquele formado por profissionais que tiveram alguma ligação indireta, mas próxima com a produção de roupas, como por exemplo: ascendência ligada à costura (mãe costureira e/ou pai alfaiate); balconistas de roupas em lojas de tecidos e/ou de confecções (Casas pernambucanas, Casas Buri e Riachuelo); viajantes de industriais têxteis (malharia/fiação) e ainda funcionários de outras indústrias de confecção.

Devemos ainda acrescentar um terceiro grupo de novos pequenos empresários: os órfãos dos enxugamentos das empresas privadas e mesmo públicas federais, expurgados para o mercado de trabalho do circuito inferior, chegando com o capital acumulado forçosamente por conta do FGTS ou do uso de indenizações decorrentes do programa de demissões voluntárias, programa adotado pelas repartições públicas federais. Estes últimos trazem poucas vantagens considerando as suas qualificações quanto ao trato com finanças, já que muitos foram bancários.

Uma das mais antigas iniciativas de produção de artigos de vestuário em Londrina data de 1967. Após transferir-se de Bela Vista do Paraíso (onde possuíam uma loja de tecidos e uma fábrica de roupas) para Londrina em 1955, uma família de descendentes de sírios-libaneses implanta a fábrica Indústria de Roupas Confiança Ltda. De acordo com Barreira (1996, p. 108) ela produzia na década de 1990 camisas de popeline, cambraia, viscose e cuecas de malha de algodão, chegando a exportar 40 mil camisas ao mês para os Estados Unidos. O autor afirma ainda que dessa mesma família surgiu outra empresa em 1987, a ZKF confecções, voltada para a produção de calças sociais e calças jeans. Produzia em 1996 120 mil unidades. Outras duas empresas do chamado Grupo Kouri produziam jeans e uniformes militares.

De acordo com Carreira (2001, p. 99) a empresa ZKF iniciou suas atividades com 05 funcionários, produzindo 50 peças ao mês. Em 2001 produzia 120 mil peças ao mês para clientes como Forum, Hugo Boss, Zoomp e Triton.

Outra empresa originária de descendentes de sírios-libaneses é a Vest Hackme, surgida em 1989. Atualmente com 900 funcionários e capacidade produtiva de 150 mil peças/mês, a empresa é especialista em *private label*, ou seja produção terceirizada de grifes como Zoomp, Forum, Triton e Vila Romana. Produz calças, bermudas, saias, jaquetas, macacões entre outros produtos em jeans e sarja. Possui estrutura verticalizada: desenvolvimento de produto, modelagem, corte, costura, lavanderia, tinturaria, bordado, estamparia e acabamento¹².

A empresa Karilu Confecções foi fundada em 1984 por José Arlindo Fancio e sua esposa, Sineide, voltada para produção de roupas infante-juvenis. Com o passar dos anos, a empresa promoveu a

12 Informações disponíveis em www.vesthackme.com.br, acessadas em dezembro de 2010.

diversificação de produtos, passando a produzir bermudas e agasalhos esportivos e uniformes escolares. A empresa fornece materiais esportivos para algumas equipes de futebol e de outras modalidades. Atua em todo o país através de representação comercial¹³.

Além de iniciativas locais, a cidade de Londrina recebeu investimentos resultantes de transferências de unidades produtivas de outras cidades do Paraná. Em 1997, descendentes do pioneiro na indústria de confecções de Cianorte implantaram em Londrina a fabricante de jeans Puramania, surgida alguns anos antes em Cianorte, com investimentos em modernização de lavanderia em parceria com a empresa Staroup dos Estados Unidos, inviabilizada pela desvalorização do dólar. Em 2006, após o surgimento de outras marcas (Puramania Kids, Lady Denim e Vavoom) surgiu o Grupo PRMN, que realiza as lavagens diferenciadas de suas peças na Lavinorte de Cianorte, de propriedade do pai do empresário Chebli Nabhan Filho. Possui 20 lojas próprias e 1250 pontos de vendas multimarcas. Inaugurou em outubro de 2010 uma loja de 300m² na Rua Oscar Freire em São Paulo, especializada em comércio de luxo (CASTRO, 2010).

A líder nacional em vendas de pijamas de algodão Sonhart, foi criada em 1992 na cidade de Campo Mourão, transferindo-se em 1996 para Rolândia e por fim, para Londrina em 2002. Possui 500 funcionários, exportando para Uruguai, Portugal, Espanha e Costa Rica aproximadamente 25 mil peças ao ano. Produz aproximadamente 55 mil peças ao mês. Mediante representação comercial possui clientes em todos os estados do Brasil (MEZACASA, et.al., 2004).

A década de 1990 marcou também a criação de shoppings atacadistas de confecções na cidade de Londrina, o Armazém da Moda, inaugurado em 1994 pelo imobiliário Paulo Aroldo Garcia e o Centro da Moda, pelo agropecuarista Wanderley Molina (BARREIRA, 1996 p. 150). No entanto, apenas o primeiro continua em operação atualmente, contando com 150 lojas abastecidas por 500 indústrias.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário de Londrina e região (Sintvest), José Ricardo Leite, afirmou que as empresas da cidade encontram dificuldades para contratar mão-de-obra, em função dos baixos salários oferecidos, e que não atraem jovens, os quais durante a década de 1990 realizavam através do setor, sua entrada no mercado de trabalho, e atualmente outros setores mostram-se mais atraentes, como o comércio e serviços. As maiores carências são em relação à costura, bordado, lavanderia e modelagem.

13 Informações disponíveis em www.karilu.com.br, acessadas em janeiro de 2011.

Em 2010, o salário inicial para costureira com vigência a partir de março de 2010 é de R\$ 630,00. Quanto às crises que atingiram o setor na cidade, ele destaca que entre 1994 e 1997, o setor enfrentou forte concorrência chinesa, gerando milhares de demissões, o que levou as empresas a investirem em nichos de mercados que antes não eram explorados, criação de marcas próprias e ampliação da terceirização da produção. Destaca ainda que entre 2003 e 2010, embora o setor enfrentasse concorrência com a China, o crescimento do mercado interno contribuiu para o bom desempenho do setor, com aumentos reais de salários. O sindicato mantém parcerias com as demais instituições locais e realiza ações voltadas à capacitação¹⁴.

O empresário Rodrigo Ribeiro de Carvalho, proprietário da malharia Colorfio, e presidente da governança do Arranjo Produtivo Local de Vestuário de Londrina e Região, também afirma que o setor enfrenta dificuldades para contratação de mão-de-obra, também atribuída aos baixos salários, às condições de trabalho e qualidade do trabalho no interior das fábricas. Afirma que as empresas londrinenses não são impactadas atualmente pela concorrência externa, ao contrário, afirma que a principal concorrência se dá com empresas nacionais. Reclama da atuação municipal em relação ao setor e defende ações desenvolvidas pelos governos estadual e federal, como redução de impostos para pequenas empresas e atuação do BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos e capital de giro. Destaca a necessidade de as empresas investirem mais em design, criação de marcas próprias como diferenciais de competitividade. Quanto ao APL local, ele reclama falta de união entre empresários do setor e dificuldades de cooperação entre empresas locais com os de outras cidades e afirma que Londrina, precisa ter uma identidade definida em relação à moda, como outras cidades possuem (Apucarana com o boné e Cianorte com o jeans). Para tanto vem estabelecendo parcerias com as instituições de ensino e o Sebrae, no sentido de valorizar a criação e modelagem como fator de inovação e competitividade, definindo como visão do arranjo local ser referência em gestão de moda¹⁵.

3.2- APUCARANA: A CAPITAL NACIONAL DO BONÉ

Localizada na Mesorregião Norte Central Paranaense, Apucarana possui uma área de 555 km², encontrando-se a 363 km de

14 Entrevista concedida em abril de 2010.

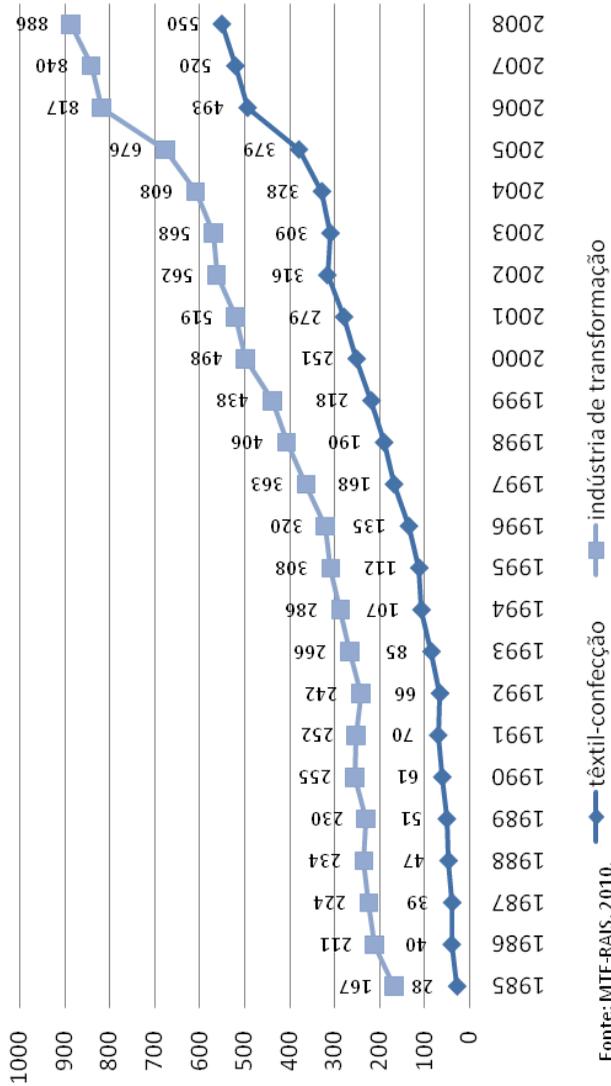
15 Entrevista concedida em abril de 2010.

Curitiba, situando-se entre Londrina a 54 km e Maringá a 64 km Apucarana é uma cidade industrializada, possui indústrias de diversos setores. Os principais setores em termos de pessoal ocupado e número de estabelecimentos são a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; a indústria de produtos alimentícios e bebidas, com destaque para a moagem de milho e nutrição animal; as indústrias curtidoras de couro e fabricantes de acessórios em couro, como os equipamentos de proteção individual, além de indústrias de material plástico e mobiliário. A atividade industrial respondeu por 46,71% do VAF em 2009, seguida pelo setor de comércio e serviços com 39,6% e agricultura com 11,3%. A indústria confeccionista é a maior empregadora do município e contribui com mais de 14% do VAF.

Em 1985, o setor respondia por 16,76% dos estabelecimentos industriais do município, passando a 23,92% em 1990, 36,36% em 1995, 50,4% em 2000, 56,06% em 2005, alcançando em 2008 o maior nível de participação (62,07%). As maiores taxas de crescimento no número de empresas ocorreram em 1985 (42,85%), 2006 (30,07%), 1993 (28,78%), 1994 (25,88%) e 1997 (24,44). O ano de 2006 marcou ainda, a criação de 114 novas empresas, muitas delas resultantes de um esforço de formalização de empresas faccionistas executado pelo poder público municipal em parceria com entidades empresariais, concedendo benefícios como desconto de impostos e isenção tributária e consultoria para a formalização desses empreendimentos. Houve redução no número de empresas apenas em 1987 (-2,5%), 1992 (-5,71%) e 2003 (-2,21%) (gráfico 23).

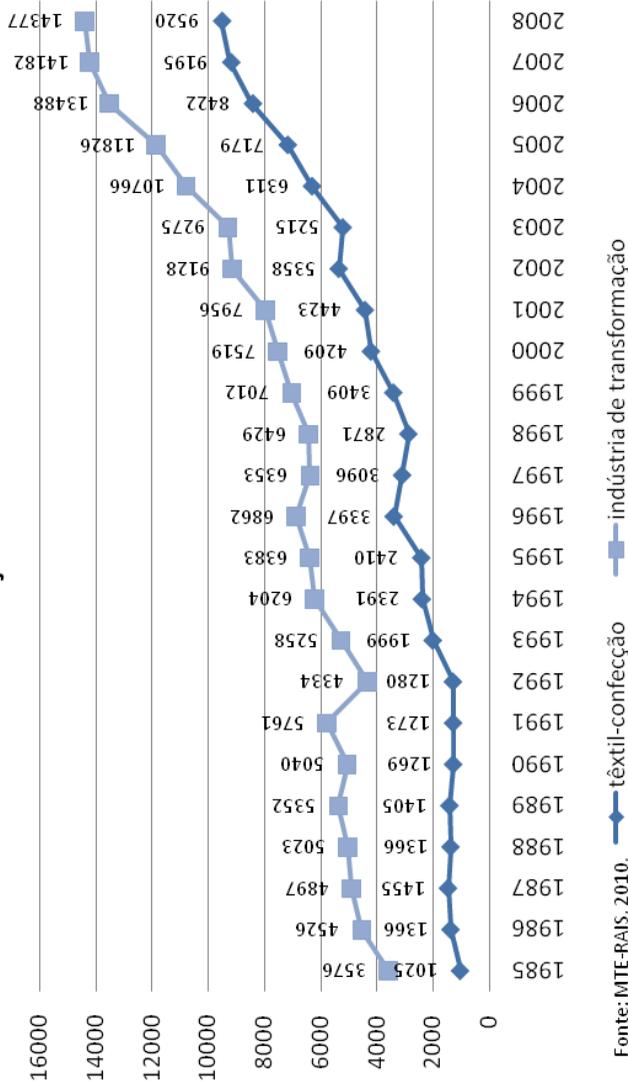
A participação do setor têxtil-confeccionista no total de empregos industriais em Apucarana era de 28,66% em 1985, caindo para 25,17% em 1990 e atingindo menor participação no ano seguinte (22,09%), elevando-se a 37,75% em 1995, para 55,67% em 2000, 60,7% em 2005 e atingindo ápice em 2008 (66,21%). As maiores variações anuais nos níveis de emprego setorial ocorreram em 1993 (56,17%), 1996 (40,95%), 1986 (33,26%), 2000 (23,46%), 2002 (21,13%) e 2004 (21,01%). No entanto, os anos em que foram gerados maior número de empregos foram 2006 e 2004, com 1243 e 1096 novas vagas, respectivamente. As maiores reduções nos níveis de emprego no setor ocorreram em 1990 (-9,68%), 1997 (-8,86%), 1998 (-7,26%) e 1988 (-6,11%) (gráfico 24).

Gráfico 23 - Apucarana - Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010.

Gráfico 24 - Apucarana - Pessoal Ocupado na indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010.

As confecções de roupa de vestuário eram o segmento da cadeia têxtil-confeccionista com maior número de estabelecimentos em 2008 (41,3%), seguida de perto pela fabricação de acessórios do vestuário (onde se insere a produção de boné), com 40% do total. Destacam-se ainda, acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (5,3%), confecção de roupas íntimas (2,9%) e de roupas profissionais (2,4%). Quanto ao porte, 805 delas são microempresas, 18,4% são pequenas, 1,4% médias e apenas 0,2% eram grandes (apenas 01 empresa) (MTE-RAIS, 2010).

Quanto ao pessoal ocupado na cadeia têxtil-confeccionista apucaranaense em 2008, 36,2% deles empregavam-se na fabricação de acessórios do vestuário, 33% na confecção de peças do vestuário, 15,9% na fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional e 4% deles na fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos. A distribuição da mão-de-obra por gênero é a mais equilibrada dentre as cidades selecionadas, 56,09% dos empregos são exercidos por mulheres, enquanto os homens representam 43,1%. Na fabricação de equipamentos e acessórios de segurança, os homens representam 66,1%. Os homens ainda são a mão-de-obra preferencial nas atividades de fiação, lavanderia e tingimento de tecidos, além de dominarem a atividade de serigrafia e bordado no interior das indústrias confeccionistas da cidade. Quanto à faixa etária, 60% dos empregados tinham entre 25 e 49 anos, enquanto os trabalhadores até 24 anos correspondiam a 34% e aqueles com mais de 50 anos respondiam por 6% do total. Em termos de escolaridade, aqueles com até ensino médio completo representavam 49%, seguidos por aqueles com até o ensino fundamental completo com 45,7%. Os profissionais com nível superior completo ou incompleto representavam 5,1%.

A indústria confeccionista de Apucarana beneficia-se da presença de uma das poucas fabricantes de tecidos de algodão do Paraná, a Paranatex que produz sarja. O desenvolvimento da indústria têxtil em Apucarana deve-se à iniciativa de Eros Felipe, empresário do ramo de comercialização de café, residente em Apucarana, o qual em 1967 iniciou novo negócio, passando a produzir fios retorcidos de algodão para a indústria de pneus e lonas. O Paraná era importante produtor de algodão, porém, não havia no Estado empresas ligadas a sua industrialização. Foi dessa iniciativa que surgiu a Indústria Têxtil Apucarana Ltda, a qual contava inicialmente com 3 empregados e que, em 1968 passou a produzir tecidos e sacos para embalagem e, em 1970 iniciou a produção de fios de algodão para a própria tecelagem. Em

1991 foi inaugurada a segunda unidade da empresa, a Paratex Indústria Têxtil Ltda, responsável pela prestação de serviços de beneficiamento de tecidos planos, o que segundo a própria empresa é uma atividade pioneira na região e propicia a criação e ampliação de um pólo fabril, pois facilita a instalação de tecelagens independentes. Essas empresas não necessitarão buscar recursos em outros Estados para o beneficiamento de tecidos produzidos no Paraná ¹⁶

A empresa possui uma estrutura verticalizada, com produção de fios de algodão, tecidos crus e acabados de algodão (sarjas, telas), além da já citada oferta de serviços de beneficiamento de tecidos, bastante utilizados por empresas confeccionistas da cidade para tingimento em cores especiais, de pequenas quantidades de tecido. Produz mensalmente um milhão de metros de tecidos, empregando 320 funcionários. Sua produção destina-se ao mercado interno – com destaque para o Estado de São Paulo, responsável por 25% das vendas e para Apucarana, responsável por 20 a 25% das vendas (embora já tenha representado 50% do mercado consumidor) – para empresas de confecções e, também é exportada para Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e a partir de 2002 para a África do Sul (atuando num nicho daquele mercado, por intermédio de um representante conhecedor daquele mercado).

O algodão utilizado pela empresa provém principalmente de Mato Grosso, Goiás e Bahia, com pequena quantia provinda do Paraná (que em períodos anteriores já foi o principal produtor nacional e principal fornecedor). As máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo são majoritariamente importadas, oriundas da Alemanha, Suíça, República Tcheca e do Japão. A exceção ocorre com as máquinas de limpar e pentear algodão, as quais são produzidas em Curitiba. A principal inovação tecnológica adotada foi a substituição dos teares de lançadeiras por teares a jatos de ar, além dos investimentos em pesquisas para acabamento de tecidos, o principal diferencial competitivo da empresa.

A produção de bonés em Apucarana iniciou-se mediante a ação de Jaime Ramos, de origem urbana, que fabricava artesanalmente chaveiros em acrílico, flâmulas, tiaras, viseiras, chapéus e bonés com emblemas de times de futebol e que, juntamente com familiares e amigos comercializava na porta dos estádios em dias de jogos. Devido ao sucesso, em 1974 fundou a empresa Jaime Ramos Ltda, juntamente com um sócio local, que funcionava em sua residência, empregando 08 funcionários, produzindo bonés stander ou bonés-de-pintor, com

16 Informações disponíveis em www.paranatex.com.br, acessadas em março de 2010.

máquinas de costura usadas e de uso doméstico. O conhecimento sobre o processo de produção, corte e montagem do boné, foi adquirido através do desmonte do boné e da cópia de suas partes em tecido.

Os negócios expandiram-se e em 1978 desfez-se a sociedade com o antigo sócio (o qual montou uma facção de calças jeans), e foi fundada a Cotton's Bonés, que segundo Fresca (2005) expandiu a produção mediante ingresso de um sócio de origem nipo-brasileira e comerciante de produtos agropecuários, passando a produzir bonés promocionais.

O rompimento da sociedade permitiu a formação de novas empresas com outros sócios e repetidamente a criação de outras unidades confeccionistas de bonés. (...) o **contato próximo** gerou a perspectiva de criações de outras unidades produtivas: pelo caminho da separação de sociedades; funcionários com experiências no ramo vinculados aos mesmos – viajantes, representantes comerciais, profissionais outros que a partir do acúmulo de certo capital ingressam na produção de bonés.

A fundação de indústrias prosseguiu em Apucarana ao longo dos anos 1980 e 1990, conformando um setor especializado na produção de bonés promocionais que futuramente promoveram diversificação da produção incluindo outros brindes como camisetas, porta-cds, etc (FRESCA, 2005, p. 5558, grifo nosso).

A empresa Cotton's Artigos Esportivos e Promocionais Ltda produz atualmente 30.000 peças por mês, entre bonés, chapéus, camisetas e toucas de lã. O boné representa 80% dessa produção e a empresa atua no segmento de bonés promocionais e no segmento moda praia com bonés de marca própria – Cotton's – que destinam-se majoritariamente para São Paulo e Rio de Janeiro. Emprega atualmente 18 funcionários diretos que atuam no acabamento e na comercialização, enquanto outros 40 funcionários de facções terceirizadas realizam serviços de costura, bordado e serigrafia. Segundo Jaime Ramos, em entrevista realizada, a empresa passou a terceirizar a produção em 1998, após a demissão de todos os 120 funcionários que empregava, em função da falência de seus principais clientes, as redes Mappin e Mesbla, para as quais produzia bonés de magazines. Nas décadas de 1980 e 1990, a empresa chegou a produzir 200 mil bonés por mês,

período em que o boné promocional¹⁷ era o carro chefe – quando a empresa teve grandes clientes como Arisco, Cofap, Banco Nacional (com Ayrton Senna como garoto propaganda). Em 1990 a empresa chegou a exportar para Argentina, Bolívia e Paraguai. Atualmente toda a produção destina-se ao mercado interno.

Um dos maiores grupos empresariais ligados à cadeia produtiva do boné, o grupo Costa e Miquelin, iniciou suas atividades no início dos anos 1990, com um atacado de produtos, acessórios e aviamentos para bonés, adquiridos em São Paulo e revendidos em Apucarana – a empresa Boneon. Em 1993, como início da diversificação de ações no setor de confecções, Vado Costa fundou uma facção com 02 funcionários, a qual prestava serviços de costura para outras empresas. No ano seguinte foi criada a Boneleska e a empresa passou a faccionar para empresas de grande porte no segmento de confecções, especificamente bonés. Em seguida a empresa passou a ter seus próprios clientes, produzindo bonés de grife e promocionais.

Atualmente, a Boneleska emprega 137 pessoas e produz 100 mil peças por mês entre bonés e toucas promocionais, de grife e de marca-própria. A empresa possui certificado ISO 9001/2000. Exporta 5% da produção para os Estados Unidos, países do Mercosul e União Européia. Atua em todo o país com destaque para São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (onde possui representantes de vendas na cidade de Caicó, segundo maior pólo de produção boneleira do país). Especializada também na confecção de produtos infantis, a empresa tem a licença de comercialização das marcas alt Disney e arner Bros , além de possuir marcas próprias como Baby.com e Kids.com . Conta com um departamento de criação para o desenvolvimento dos mais variados tipos de coleções exclusivas.

A diversificação das ações do grupo se deu a partir da associação feita entre Costa e Miquelin e a empresa Farbe Handell do Brasil, instalada em São Paulo, para a troca de tecnologias para a

17 Os bonés produzidos em Apucarana dividem-se em segmentos, de acordo com o tipo de boné produzido, o tipo de cliente e mercado a que se destinam. Assim, existem os bonés promocionais (nacional e de exportação) - os quais recebem logomarcas e inscrições de empresas, entidades, instituições, marcas de produtos, eventos etc. e, geralmente são distribuídos como brindes a seus clientes, ou são utilizados por funcionários dessas empresas como acessório de uniforme -, bonés de grifes – produzidos por empresas locais para importantes grifes nacionais e internacionais, com marcas famosas - , bonés de magazines – produzidos por encomendas de lojas de departamento, sob marcas pertencentes a essas lojas -, e bonés de marcas próprias, as quais são grifes próprias lançadas pelas empresas fabricantes de bonés, geralmente destinadas a nichos de mercado específicos, como moda praia, *skate ware*, etc.

produção de tintas serigráficas, com a criação da Empresa Tropicolor Produtos Serigráficos em Apucarana, cuja produção iniciou-se em 1995, contando inicialmente com um químico e um funcionário. Em 1997 iniciou-se a produção de tintas imobiliárias, látex, acrílicas, óleo esmalte e toda linha. Contando com mais de 50 funcionários a Tropicolor Tintas está presente em 20 Estados brasileiros, ampliando as instalações visando atuar no mercado externo e é a principal fornecedora de tintas serigráficas para as indústrias confeccionistas de Apucarana.

A Kriswill, uma das maiores empresas boneleiras de Apucarana, com 286 funcionários, foi fundada em 1989 por Wilson Makoto Yoshida, que trabalhava com revenda de confecções e atividades agropecuárias em Apucarana. Iniciou as atividades com a produção de bolsas promocionais, empregando 20 funcionários. Três anos depois, incentivado pelo cunhado Auro (que foi proprietário da USA Bonés, uma das principais empresas de bonés da cidade na década de 1980 e início dos anos 1990), passou a atuar nesse ramo. Em 1994, como desdobramento das atividades confeccionistas passou a produzir camisetas, que juntamente com o boné tornou-se o carro-chefe das atividades da empresa.

No ano 2000, a Kriswill criou uma tecelagem própria para a produção de malhas de algodão com capacidade de 50 ton/mês, para atender sua própria demanda e para revender a outras empresas. Emprega atualmente 12 funcionários na tecelagem. A empresa possui ainda uma unidade em Naviraí-MS, na qual produz bolsas (500/dia) e camisetas (2000/dia), empregando 97 funcionários, mediante obtenção de incentivos públicos e de menor custo de mão-de-obra. Na unidade de Apucarana, a empresa tem produção mensal de 150 mil bonés e chapéus (promocionais, grife e marca própria), 150 mil camisetas (promocionais e marcas licenciadas) e cerca de 60 mil bolsas, porta-cds, estojos, etc. Vende para todo o Brasil, com 60% da produção destinada ao Estado de São Paulo, além de exportar para Angola, Espanha, Estados Unidos, México e países do Mercosul. Possui certificação ISO 9001/2000 e é uma das empresas associadas à ABRAFAB'Q (Associação Brasileira dos Fabricantes de Bonés de Qualidade), conseguindo preço mais acessível para matéria-prima e disponibilidade de materiais.

Além de empresas fabricantes de bonés e facções (prestadoras de serviços para fabricantes de bonés, atuantes em etapas de costura, serigrafia e bordado, geralmente, informais e domésticas), um número considerável de empresas fabricantes de acessórios para bonés, malhas, aviamentos para bonés e confecções em geral, e de fabricantes de

máquinas e equipamentos específicos para bonés instalaram-se em Apucarana. Há que se considerar que nem todas essas empresas se instalaram visando a produção de bonés. Empresas como a Saneabas, surgiram de iniciativas locais e anteriormente produzia tubos de saneamento em pvc (Sanetubos) e posteriormente passaram a atuar no fornecimento de matéria-prima para a indústria do boné.

Ao longo da história da produção de bonés, inúmeras inovações foram implantadas permitindo o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos, a agilidade na fabricação etc. Tais inovações ocorreram com o desenvolvimento de novos produtos, processos produtivos, gestão e desenvolvimento e utilização de novos materiais e equipamentos. A confecção do boné passou por transformações significativas. Os primeiros bonés eram confeccionados mediante a cópia das partes de um boné desmontado. Atualmente várias empresas contam com modelistas próprios que desenvolvem novas peças, novos cortes e costuras. As abas de papel foram substituídas por abas de pvc. O desenvolvimento de tecidos apropriados para o boné (Santanense, Paranatex), de abas mais resistentes, permitiu melhorias no produto final. Novos tecidos e materiais passaram a ser utilizados para a fabricação de bonés como jeans, nylon, tactel, microfibra, couro, lona. As indústrias serigráficas desenvolveram novos produtos, específicos para camisetas e bonés. Surgiram máquinas modernas que permitiram reduzir o tempo de impressão, além de novos efeitos e texturas. Inúmeros equipamentos e máquinas para a fabricação de boné foram desenvolvidos e aprimorados, como passadeiras, cortadeiras de tecido, encapadeiras e pregadeiras de botão, além do desenvolvimento de máquinas para modelar e cortar abas, etc. Houve ampliação da participação dos bonés bordados no total produzido mediante importação de bordadeiras computadorizadas chinesas e japonesas. Agilizou-se o processo produtivo com a introdução de máquinas de bordar, de corte a laser, tear automático, evolução do *silk* manual para o eletrônico. Pesquisas de mercado, programas de controle de qualidade, treinamento de mão-de-obra, automação, permitiram a melhoria da qualidade dos bonés, antecipação às tendências da moda, adequação às novas exigências dos clientes. Por fim, a diversificação da produção, como a fabricação de chapéus, camisetas, bolsas, porta-cds, brindes em geral, etc e a cooperação entre os agentes locais permitiram a consolidação e fortalecimento do setor.

As estratégias adotadas pelos empresários do setor para manutenção e ampliação de suas atividades foram elencadas por Fresca (2005, p.5569-70). São elas:

a) introdução da facção ou terceirização da mão-de-obra vinculada a sazonalidade do mercado, juntamente com a redução de custos pelo não pagamento de encargos trabalhistas. Tal estratégia permite que empresas com reduzida capacidade produtiva aceite pedidos/encomendas muito acima de sua capacidade; b) melhorias técnicas para a produção via introdução de máquinas desenvolvidas especialmente para os bonés; introdução do computer aided design - CAD; introdução de máquinas para a realização de bordados na linha de bonés promocionais (até então realizados via silk screen); c) redução de custos das matérias-primas pela aquisição das mesmas em Apucarana mediante a consolidação de fornecedores, sejam eles atacadistas e/ou produtores. A partir do final dos anos de 1990, e início dos anos 2000, a retração do mercado consumidor e aumento dos preços das matérias-primas articuladas ao contexto nacional, implicaram na adoção de outras estratégias: d) diversificação da linha de produção, até então concentrada nos bonés promocionais, foram ampliados com camisetas, bolsas/sacolas (nylon, lona, etc.), revenda de porta CD's, bolas em couro, camisas em tecidos diversos, etc.; e) criação de associações de empresas para dentre outras, aquisição de matérias-primas com redução dos custos pela quantidade adquirida; f) início da verticalização da produção com implantação de tecelagem para produção de malhas de algodão; g) abertura de filiais em cidades/Estados onde os incentivos fiscais recebidos e menor custo de mão-de-obra (comparativo a Apucarana) garantem expansão nos negócios; h) busca de novos mercados, principiando a exportação mas ainda pouco significativo mediante desconhecimento da burocracia e da preferência do mercado externo; i) introdução de linha de bonés para lojas, isto é, bonés com grifes para lojistas e ampliação do

segmento de brindes como canetas e chaveiros, etc.

Outra estratégia adotada pelo setor foi a cooperação entre os agentes locais, mediante a criação de três associações: Associação Brasileira de fabricantes de Bonés de Qualidade (ABRAFAB'Q), fundada em 1997; ASSIBBRA, fundada em 2000; e a Associação Nacional das Indústrias de Bonés e Brindes (ANIBB), criada em 2005, durante a realização da I Exposição Nacional do Boné, I Expoboné, em Apucarana. É importante ressaltar que a cooperação entre os empresários do setor não ocorre de forma harmônica, ao contrário, encontrou-se muitas resistências às associações e entre elas.

Em 2003, com o apoio do Sebrae/PR e entidades locais, o município de Apucarana iniciou o processo de institucionalização do Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana. O APL foi criado em 2004, congregando empresas da cadeia produtiva do boné de Apucarana, Cambira e Jandaia do Sul, desde fornecedores locais de matéria-prima, fabricantes de equipamentos, de bonés e produtos complementares, distribuidores de bonés e acessórios, além de sindicatos e instituições públicas e privadas, objetivando o fortalecimento do setor de confecções de artigos de vestuário. O APL estima que algo em torno de 132 empresas formais e 420 informais, estejam envolvidas na produção de bonés e demais produtos afins (IPARDES, 2006). Em 2006, a Prefeitura Municipal editou medidas de isenção tributária para a formalização das empresas informais, predominantemente micro-empresas.

As matérias-primas e os equipamentos utilizados na fabricação de bonés são oriundos de indústrias locais e de estados do Sul, Sudeste e Nordeste, além de serem importados da China, Coréia do Sul e Japão, através de revendedores de São Paulo, Rio de Janeiro e de Apucarana, conforme quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Origem de matérias-primas, máquinas e equipamentos do setor confeccionista de Apucarana-PR

Matérias-primas, máquinas e equipamentos	Origem
Abas	Saneabas – Apucarana
Acessórios em geral	Boneon - Apucarana; Dicatex - Apucarana; SP; RJ; PR
Botões e acessórios de metais	Pandaplast - Apucarana; Eberle/SP; Cambira
Carneiras	Poliviés - Apucarana
Entretela	Cia Brasfe/SP; Cottons – Apucarana
Lã	São Paulo
Linhas	Corrente/SP; Selta/SP; Sancris - Brusque/SC
Malhas	Kriswill; Estação da Malha; Tecitex - Apucarana
Manta de Polietileno	Nova Manta - Apucarana
Nylon	Importado via atacadistas de RJ/SP
Tecidos	Santanense/MG; Rochester/SP; Horizonte Têxtil/MG; Valença Têxtil/BA; Paranatex - Apucarana; Jacira/SP; Santista/SP; Santa Inês/CE, ABRAFAQ
Tecidos em Microfibra	China - Importados via atacadistas de RJ/SP
Tintas Serigráficas	Tropicolor Tintas; Serilon - Apucarana
TNT*	Apucarana e Araçongas (distribuidores atacadistas)
Viés	Cia Brasfe/SP; Peripan – Itaúna/MG; Poliviés; Conviés - Apucarana
Máquinas Bordadeiras	China, Japão, Coréia do Sul via importadores SP e MAB Fortuna - Apucarana
Máquinas de Costura	Taicry; MAB Fortuna - Apucarana
Maquinas de dublagem	Taicry - Apucarana
Mesas de Impressão	Pr Sulmáquinas - Apucarana
Passadeiras	Taicry; PR Sulmáquinas - Apucarana
Pregadeiras de botão	Taicry; PR Sulmáquinas - Apucarana
Secadores	PR Sulmáquinas – Apucarana

Fonte: Levantamento de campo, VIETRO, 2006, adaptado de FRESCA 2005.

* Tecido não tecido - *nonwoven*, utilizado para forração de bonés, estofados, dentre outros.

A comercialização é realizada através de representantes comerciais, telemarketing, lojas de varejo em São Paulo, Rio de Janeiro, atacadistas em Apucarana, São Paulo, entre outros.

Apucarana produz aproximadamente 70 milhões de peças ao ano, mais de 70% da produção nacional de bonés (NOTÍCIAS, 2010, p. 1). Antônio Macarrão Machado, oriundo de Ponta Grossa, onde trabalhava com o pai na comercialização de massas alimentícias, estudou Comércio Exterior na Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) e trabalhou por 13 anos na Cotton's Bonés, encarregado de marketing e comércio exterior.

Representava a empresa em eventos e feiras de brindes no Brasil e no exterior. Numa dessas feiras, em 1991, Macarrão - como é chamado – e Paulo Gabardo apresentaram o slogan Apucarana Capital Nacional do Boné, visando, segundo Macarrão, dar uma idéia de que pela quantidade de empresas existentes, a cidade era a maior produtora de bonés do Brasil, além de contribuir para o crescimento do setor, gerando novas oportunidades ao associar a imagem do produto à cidade de Apucarana. A partir de então, a adjetivação criada para a cidade passou a ser utilizada das mais diversas formas, inclusive pelo poder público, transformando-a em um caminho para conquistas políticas.

Foi sancionada, em julho de 2010, a lei nº 12285/2010 atribuindo a Apucarana o título de Capital Nacional do Boné. Esta iniciativa, resultante da mobilização de lideranças empresariais e políticas, permite que o APL local possa formalizar o registro de uma marca territorial Bones de Apucarana junto ao INPI. A intenção é que esta marca seja utilizada como certificação de qualidade, atribuída através de testagens desenvolvidas pela UTFPR-AP e avaliação de responsabilidade ambiental pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e os fundos oriundos com a venda das etiquetas sejam revertidos para o setor via sindicato.

A cidade, por intermédio do poder público, vem desenvolvendo ações para disseminar a idéia da cidade como capital do boné, como a construção de pórtico na entrada da cidade, abrigos de ônibus e telefones públicos no formato de boné, criação do dia do boné (31 de janeiro, em alusão ao dia de registro da primeira empresa do setor). São desenvolvidas ações em parcerias com o sindicato dos trabalhadores (STIVAR), como o concurso da garota e garoto do boné, no qual participam apenas funcionários de empresas, atividades esportivas, etc. no entanto. Desde 1994 funciona em Apucarana o Condomínio Industrial Cidade do Trabalho instalado nas dependências de um dos antigos armazéns do Instituto Brasileiro do Café (IBC I), abrigando 31 empresas, em sua maioria confeccionistas, ligadas á produção de bonés e camisetas. Em 2010, governo municipal e federal estabeleceram nova parceria, desta vez para a cessão de outro armazém (IBC II, no bairro Vila Nova) para a construção de uma incubadora industrial, condomínio industrial e escola fábrica, abrindo espaço para criação de 50 novas empresas industriais, com prazo de permanência de 24 meses.

Desde 2004, a governança do APL de Bonés, conseguiu desenvolver inúmeras ações em benefício do setor, dentre os quais: Projeto AMA (Amor ao Meio Ambiente) em busca de soluções de

destinação para os resíduos sólidos e líquidos gerados pelo setor, com ações intensificadas após os empresários terem assinado um termo de ajuste de conduta, proposto pelo Ministério Público de Apucarana, estabelecendo a obrigatoriedade de elaborar (e executar) plano de gerenciamento de resíduos; realização de missões empresariais com destino à China¹⁸, países da América do Sul, Angola e para a Rússia; e o projeto Marca Moda, desenvolvido pelo Sebrae, voltado para a gestão de marcas próprias, para permitir diferenciação no mercado e agregar valor ao produto.

Os empresários locais passaram a organizar desde 2005 a ExpoBoné (Feira Nacional dos Fornecedores de Matérias Primas para a Indústria de Bonés, Camisetas, Brindes e Similares), cuja quarta edição realizada em julho de 2010 contou com a participação de Alexandre Herchcovitch que na ocasião destacou que crescimento do boné como acessório de moda passaria pelo público feminino. Há alguns anos, os empresários desenvolvem ações mercadológicas (como a criação de marcas próprias, segmentadas) para vender o boné como artigo de moda e não apenas como brinde ou item de proteção individual (embora este último venha recebendo tratamento especial para aumento do consumo da peça). Destacam-se ainda a participação dos empresários e entidades representativas nas discussões do Programa Nacional de Uniformes Escolares, que resultou na inclusão do boné como item do uniforme escolar em 2009. Desde 2007, a prefeitura de Apucarana já fazia o mesmo nas escolas municipais. Em 2010 uma parceira entre as associações de fabricantes, sindicatos patronal e trabalhista, prefeitura e APL permitiu a divulgação do boné através da novela Tititi em exibição na rede Globo às 19 horas, embora os resultados desta ação sejam ainda tímidos.

Ampliou-se também a participação dos empresários e trabalhadores em feiras de fabricantes de tecidos, máquinas, equipamentos, aviamentos, desfiles de moda, que permite conhecer as

18 Em visita à China em 2008, empresários conheceram uma empresa capaz de produzir 6 milhões de peças ao mês (capacidade 50% maior que todo o pólo fabricante de Apucarana), a empresa Fengchang Caps Corporation, da cidade de Qingdao. A empresa é verticalizada, fabricando também fios e tecidos, utilizando secagem computadorizada na serigrafia (NOTÍCIAS, 2008,p.6). Ainda de acordo com a reportagem, as empresas chinesas teriam passado a aceitar encomendas de pequenos pedidos (a partir de 500 peças), sendo que há pouco tempo só aceitavam pedidos com no mínimo 10 mil peças, o que freava um pouco a concorrência no mercado brasileiro. Os empresários encontraram produtos inovadores, como bonés com sistema de som (mp3) e luzes (led) embutidos, aplicações de pedras-preciosas, metais, couros, bordados e tecidos metalizados, além de usos de lavanderias com efeitos diversos, artigos produzidos com fibras de bambu e algodão orgânicos.

inovações, expor e comercializar seus produtos. Em 2008, a empresa Itália Milano lançou um boné

Com relação à remuneração, em 2010 houve ameaça de greve, isso porque o sindicato trabalhista havia reivindicado reajuste baseado no aumento concedido nas cidades de Maringá e Cianorte (16,07%), enquanto o sindicato patronal oferecia aumento de 8%, justificando que ainda assim o salário seria maior em relação àquelas cidades. Atualmente, o piso da categoria de costureira em Apucarana é de R\$ 682,70 (com aumento de 10% a partir de 01/09/2010) e passará a R\$ 723,80 (aumento de 6,07%), a partir de 01/03/2011¹⁹.

Há uma movimentação de empresas de Apucarana no sentido de instalarem novas unidades produtivas, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul, mediante concessão de incentivos fiscais municipais e estaduais. Há ainda empresários interessados no chamado regime maquila adotado pelo governo paraguaio, visando à isenção de impostos para instalação de unidades produtivas industriais que desenvolvam etapas da produção e se comprometam a exportar toda a produção. Alguns empresário discutem a possibilidade de montar uma unidade de corte naquele país para atender demandas conjuntas.

Apucarana destaca-se ainda na produção de jeans, uniformes profissionais e equipamentos de proteção individual.

A empresa Titus foi fundada pela família dos irmãos Fortuna iniciou suas atividade em 1978. Inicialmente os irmãos compravam calças vindas do Paraguai, pois, de acordo com Maria Abigail²⁰, não havia produção nacional a preços acessíveis e que estonavam as mesmas com pedras e lavagens com alvejantes. Os amigos de escola passaram a fazer encomendas e em pouco tempo formalizava-se o negócio. Atualmente a empresa, é administrada pelo filho de Maria Abigail, emprega 300 funcionários e está presente em mercados do Centro-Sul do país. O grupo é proprietário de uma lavanderia responsável pelo acabamento diferencial das peças. Maria Abigail passou a ser representante de máquinas de bordado importadas do Japão para todo o Paraná, através da criação da MAB Fortuna em 1994. Comercializa máquinas de bordados japonesas, além de máquinas de corte, gravação, aplicação de pedrarias e simulação de efeitos de lavanderia a laser italianas. Presta assistência técnica e ainda promove a capacitação dos operadores dessas máquinas. Atende diversas empresas nos pólos de confecções paranaenses.

19 Informações disponíveis em www.stivar.com.br, acessadas em dezembro de 2010.

20 Entrevista concedida em maio de 2010.

A Commanders Uniformes de Cláudio Palharin, emprega 200 funcionários e produz cerca de 50 mil peças (uniformes) ao mês, atendendo dois mil clientes em todo o país. a empresa importa boa parte dos fios para a produção de uniformes profissionais especiais (retardante de chamas, antimicrobial, anti-agentes químicos, etc.) e recebeu em 2010 a certificação pela ABNT do selo QUAL (Selo do Programa Brasileiro de Auto Regulamentação de Roupas Profissionais), o que lhe garantiu fechar contrato para fornecimento de uniformes para os trabalhadores das refinarias da Petrobrás, e a empresa pretendia dobrar o número de funcionários para atender a demanda. Este segmento em especial, sofre com a concorrência estrangeira, devido a sua produção não ser em larga escala, provocando preocupação do governo quando fabricantes chineses ganharam licitação para fornecimento de uniformes ao exercito, o que acabou refletindo na edição de medida provisória em julho de 2010 dando prioridade à indústria nacional em compras governamentais de calçados e têxteis. (PARANAENSES, 2010).

A empresa Fujiwara Equipamentos de Proteção Individual Ltda, foi fundada em 1990 por Sérgio Fujiwara, o qual vislumbrou na fabricação de calçados uma oportunidade para agregar valor à produção de couros realizada desde a década de 1980 no curtume da família, localizado em Apucarana. A produção de couros destina-se totalmente à produção de equipamentos de proteção individual, como calçados, luvas, aventais, etc. Emprega 1300 funcionários, além de 500 empregos em empresas parceiras na produção de couro em diversos estados brasileiros. Utiliza máquinas nacionais e importadas de países da Europa. O Sistema Fujiwara de fabricação de calçados, cabedais, luvas e vestimentas está estruturado na forma de cadeia produtiva verticalizada que inclui as competências e tecnologias para o desenvolvimento do couro, solado e produtos acabados ²¹. A empresa produz 320.000 pares de calçados de segurança e 150.000 pares de luvas de segurança por mês para diversos segmentos: administrativos, adventure, alimentícias, altas temperaturas, automobilística, baixas temperaturas, construção civil, hospitalar, indústria de bebidas, industrial, limpeza urbana, militar, petrolífero, químico, riscos elétricos, sucroalcooleiros e outros. A produção destina-se ao mercado interno e externo e a empresa possui contratos com entidades e empresas de diversos países, a saber: Estados Unidos, Cuba, Panamá, Jamaica, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru, Equador, Emirados Árabes, Kuwait, Espanha, Finlândia e Inglaterra. A empresa notabilizou-

21 Informações disponíveis no site www.fujiwara.com.br, acessadas em julho de 2009.

se por produziu sapatos para o Correio Inglês e botas especiais para deserto, a pedido do Exército Inglês em 2003. A certificação de todos os produtos atende critérios das normas brasileira, européia, norte americana para cada segmento de atuação. A comercialização é realizada por representantes e distribuidores.

É a maior empresa de Apucarana, no entanto teve o controle acionário adquirido pelo Grupo Bertin, com sede em Lins e que posteriormente foi incorporado pelo grupo JBS-Friboi, de. Após a incorporação a empresa passou a se chamar BSB Equipamentos de Proteção Individual Ltda e sua sede, bem como setores administrativos, comercial, financeiro, marketing e pessoal foram transferida para Lins. De acordo com reportagem do Jornal Tribuna do Norte (FUJIWARA, 2011), desde fins de 2010 ocorrem demissões e que a empresa teria desativado um alinha de produção, diminuindo em 40% seu efetivo de funcionários, chegando a 150 demissões em janeiro. A reportagem indica ainda que parte da linha desativada seria transferida para Eldorado no Mato Grosso do Sul, a partir de incentivos, como doação de terreno, cessão de barracões provisórios, treinamento de mão-de-obra e isenção de impostos pelos governos estadual e municipal, que gerariam inicialmente 160 empregos podendo chegar a 700, destinada á produção de botas e outros produtos.

3.3- MARINGÁ: CAPITAL DA MODA

Maringá é a terceira maior cidade do estado e tem no setor de comércio e serviços sua grande fonte de riquezas, respondendo em 2009 por 62,75% do VAF. Destacam-se ai as atividades comerciais atacadistas ligadas à indústria confeccionista. A atividade industrial representa 32% do VAF. Destacam-se as indústrias de alimentos, com intensa participação de cooperativas, dentre as quais a mais importante é a Cocamar, além de empresas de bebidas, metal-mecânicas e a indústria do vestuário, esta responsável por 14% do VAF industrial.

As indústrias têxteis-confeccionistas representavam 16,06% do parque industrial municipal em 1985 (gráfico 25), elevando sua participação para 26,16% em 1990, 35,28% em 1995, 33,06% em 2000, alcançando ápice em 2004 (37,13%), diminuindo para 35,71% no ano seguinte e 33,59% em 2008. Os maiores incrementos anuais ocorreram em 1986 (39,43%), 2001 (27,44%), 1994 (22,11%) e 1990 (19,84%),

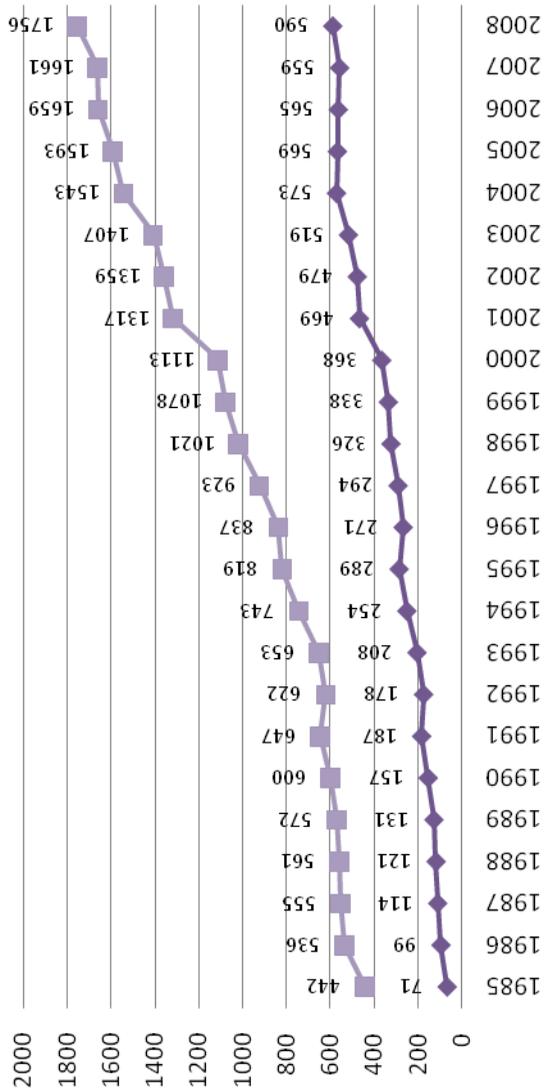
enquanto que as maiores diminuições ocorreram em 1992 (-4,81%), 1996 (-6,22%) e 2007 (-1,06%)

Em 1985 a indústria têxtil-confeccionista respondia por 18,68% dos empregos industriais (gráfico 26), passando a 29,75% em 1990, 31,65% em 1995, 36,74% em 2000, alcançando o ápice no ano seguinte (37,46%), diminuindo para 32,13% em 2005 e 27,42% em 2008. As maiores variações anuais no nível de emprego ocorreram em 1986 (60,64%), 1995 (29,43%), ano em que foi gerado maior número de empregos no período analisado (946 vagas), 1993 (21,44%) e 1992 (19,96%). As maiores reduções nos níveis de emprego ocorreram em 1991 (-17,09%), 1994 (-10,77%), 1988 (-8,48%) e 2005 (-7,92%).

Quanto ao porte das empresas, 86,6% delas eram microempresas em 2008, 11,5% pequenas empresas e 1,9% médias empresas. Dentre a cadeia, destacava-se a confecção de peças de vestuário responsáveis por 71,5% das empresas, a confecção de roupas íntimas respondia por 9,7%, as empresas de acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (nas quais se inserem as estamparias e lavanderias) representavam 4,9% e a fabricação de acessórios do vestuário respondiam por 3,9% (MTE-RAIS, 2010).

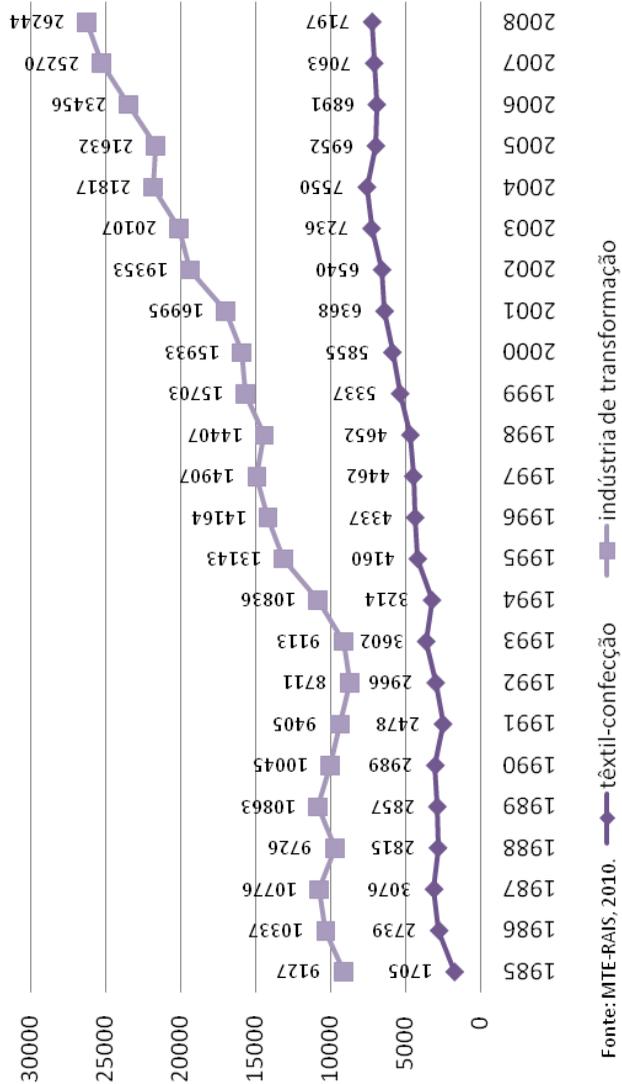
A confecção de peças do vestuário respondia no mesmo ano por 66% dos empregos dessa cadeia, enquanto a confecção de roupas íntimas respondia por 13% e a preparação e fiação de fibras de algodão respondia por 7,7%. Quanto ao gênero, há predominância de participação das mulheres (74,9%), embora os homens sejam maioria em setores como preparação e fiação de fibras de algodão, fabricação de tecidos de malha e de tecidos especiais. Quanto à faixa etária, aqueles entre 25 e 49 anos correspondiam por 62,9%, seguidos pelos jovens com 28,9%, enquanto aqueles com mais de 50 anos respondiam por 8,2% dos empregados. Em termos de escolaridade, indivíduos com até ensino médio completo ocupavam por 64,8% dos empregos, seguidos por aqueles com até o fundamental completo (30,4%) e apenas 4,5% tinham pelo menos ensino superior incompleto.

Gráfico 25 - Maringá - Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010. — têxtil-confecção — indústria de transformação

Gráfico 26 - Maringá - Pessoal Ocupado na indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010. — têxtil-confecção — indústria de transformação

De acordo com Asalin (2008, p. 29), alguns proprietários das indústrias confeccionistas de Maringá iniciaram suas atividades como faccionistas de indústrias paulistas e, que, após se capitalizarem e ampliarem suas empresas criaram marcas próprias, comercializando-as no atacado e varejo e destaca a ação da empresa MA Falleiros, inicialmente faccionista de grifes como Zoomp, Ellus, TNG e Fórum, ampliou seus negócios criando as marcas Lado Averso e Bob Hall, abrindo lojas de atacado e varejo, passando posteriormente a atuar com revendedora de tecidos, logística e empreendimentos imobiliários.

O autor ressalta dois aspectos da gênese da atividade confeccionista na cidade: o primeiro relacionado aos agentes e capitais locais, a partir da década de 1970, com pequenos empreendimentos e; o segundo relativo relacionado á transferência de indústrias ou de terceirização de parte ou de toda a produção de marcas de renome nacional e internacional. Descreve processos semelhantes aos que ocorriam nas outras cidades nesse período, cuja origem das confecções da cidade:

[...] foi a partir da experiência adquirida pelos profissionais relacionados à produção e comercialização de confecções. Alguns com melhores oportuidades e capital, advindos de acúmulos em poupança, venda de algum imóvel ou pelo dinheiro do acerto demissional, compravam matérias-primas e produziam (como por exemplo a Rhenzo Confecções, Jean Paolo, Confecções Aline) ou terceirizavam a produção para uma ou mais facções (a exemplo da Opção G, Aldecon Jeans).

Alguns profissionais, em sociedades ou individualmente, adquiriram as principais máquinas utilizadas, produzindo em diversas formas de distribuição das atividades: alguns casos de reuniam em uma residência, utilizada também como moradia; em outros, reuniam em uma residência ou pequeno salão comercial alugado, exclusivamente para a atividade; e, em outros, cada parte da produção era realizada em locais diferentes. Enfim, produziam, como se encontra comumente nos dias atuais, na forma de manufatura, eventualmente no sistema de cooperativa [...](ASALIN, 2008, p.66)

O autor em tela destaca ainda, que ao longo da década de 1980, as empresas ampliaram a produção e precisavam de espaços maiores, recebendo doações de lotes urbanos pela prefeitura para construção de empresas. Destaca que empresas como Calmexi, Malharia Três Irmãos, recco, Robynil e Mac Lerry receberam instalações próximas ao antigo parque de exposições, com acesso ao principal eixo viário da cidade, a Avenida Colombo. Em 1990, empresários aí instalados lançaram o primeiro empreendimento atacadista de confecções, uma galeria, denominada Shopping Vest Sul, contando com a adesão de 41 indústrias de Maringá, 02 de Apucarana, 01 de Paranavaí, 01 de Marialva e 01 de Londrina.

Uma das maiores e mais antigas empresas de confecções de Maringá, a Recco Lingerie surgiu em 1979, quando Antônio Fernandes Recco, após atuar por três anos como representante comercial no setor, iniciou a produção de roupas íntimas na garagem de sua casa com três funcionários. No mesmo ano a empresa mudou para uma instalação maior. Em 1986 a empresa possuía 86 funcionários, chegando em 2002 a 196. Atualmente, a empresa localiza-se numa área de 6.500m² e emprega 420 pessoas, além de 34 profissionais de vendas em 9 lojas próprias (8 em Maringá e 1 em Londrina) e 40 representantes comerciais. Além de atuar no mercado nacional, a empresa exporta para países da América do Sul, América do Norte, Oriente Médio e Europa. Em 2002 implantou a gestão da qualidade ISSO 9001, com recertificação em 2005. Utiliza máquinas de corte, enfiado e costura eletrônicos, sistema CAD (desenho assistido por computador), conta com núcleos específicos de criação para as diversas marcas do grupo e de produtos licenciados. Produz roupas íntimas, femininas, masculinas e infantis, além de pijamas e conjuntos para dormir²².

Desta empresa surgiu outra empresa, em 1983 especializada na produção de produtos de moda-praia e para atividades físicas, a Recco Praia, que emprega mais de 500 funcionários e ocupa uma área de 8500m² construídos. Foi fundada pelos irmãos Edson Marcelo Recco e Antônio Recco, o qual posteriormente vendeu sua parte ao primeiro. As empresas no entanto mantém parcerias para a exportação. A Recco praia é fornecedora da Recco lingerie, além de comercializar em lojas próprias, expõe nas lojas da fabricante de lingerie (VERDU, 2010, p. 119).

22 Conforme informações do site da empresa, www.recco.com.br/empresa, acessado em dezembro de 2010.

O SINDVEST, Sindicato Patronal da Indústria do Vestuário de Maringá e Região desempenha importante papel no desenvolvimento do setor, tendo inclusive mobilizado empresários de outras cidades para alcançar objetivos comuns, dentre os quais a organização de eventos e desfiles de moda para divulgar o potencial regional. Lançou na década de 1990 as bases para a criação de um corredor da moda, atribuindo à cidade a adjetivação de Capital da Moda. Atualmente, a entidade promove mostras de tecnologia – a fim de apresentar aos empresários as novidades em maquinários e softwares – cursos, palestras e treinamentos aos empresários e funcionários das indústrias associadas. Sua sede também serve como vitrine para que os fornecedores do segmento possam apresentar seus produtos e coleções, servindo como canal entre a matéria-prima e a indústria. Realiza, anualmente, vários eventos com palestrantes e profissionais de renome, visando trazer informações sobre tendências, mercado, tecnologia e serviços. Funciona conjuntamente o Condomínio Industrial, congregando 20 empresas de confecções com área comum de logística.

De acordo com Oliveira, Câmara e Baptista (2007, p. 101), a aquisição de matérias-primas concentra-se em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, embora alguns itens sejam adquiridos no Paraná. Já a produção é voltada para o mercado nacional, com destaque para São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul e as exportações não chegam a 5% do total produzido. As autoras afirmam ainda que existe um projeto em desenvolvimento para a formação de um consórcio de 60 empresas para exportação.

Em relação á comercialização, é importante frisar que Maringá tem forte atuação no comércio atacadista de confecções, atraindo sacoleiras e lojistas de todos os estados do Centro-Sul do Brasil. Em Maringá, em 2010 havia 06 shoppings atacadistas, o Feira Vest Mercosul, Shopping Vest Sul, Shopping Avenida Fashion, Shopping Maringá Vest, Shopping Portal da Moda e Shopping do Calçado.

3.4- CIANORTE: CAPITAL DO VESTUÁRIO

Cianorte, é a mais nova das cidades analisadas, localiza-se na Mesorregião Noroeste Paranaense. A agropecuária possui peso considerável no valor adicionado fiscal (24,6%). Mas a cidade tem na indústria sua principal fonte de riquezas, sendo responsável por 41,8% do VAF em 2009, e o setor de comércio e serviços responde por 31,3%. Além da indústria confeccionista, principal empregadora e fonte de

divisas, a cidade apresenta ainda uma produção industrial ligada ao setor alimentício, com destaque para as feccularias e fabricantes de derivados de mandioca. Na atividade comercial, Cianorte destaca-se, assim como Maringá no comércio atacadista de confecções. Das cidades elencadas, é aquela onde a industria confeccionista tem maior participação relativa na economia municipal.

Em 1985, a indústria têxtil-confeccionista respondia por 23,91% dos estabelecimentos industriais de Cianorte. Em 1990 alcançou 41,25%, em 1995 chegou a 60,9%, aumentou para 69,07% em 2000, 75,31% em 2005, reduzindo-se para 73,13% em 2008. Os maiores aumentos anuais ocorreram em 1990 (73,52%), 1994 (54,76%), 1986 (36,36%), 1997 (32,21%) e 1999 (25,23%). Apenas no ano de 1992 houve queda no número de empresas (-6,15%) e em 2007 não houve alteração em relação ao ano anterior (gráfico 27).

Em 1985, a indústria têxtil-confeccionista respondia por 36,22% dos empregos industriais de Cianorte (gráfico 28). Em 1990 este índice saltou para 69,16% reduzindo para 46% em 1995. Elevou-se desde então, alcançando 62,74% de participação em 2000, 64,58% em 2005 e 69,75% em 2008. Os maiores incrementos anuais ocorreram em 1989 (85,63%), 1986 (58,02%), 1997 (35,1%) e 1988 (30,31%), enquanto as maiores reduções ocorreram em 1991 (-31,45%), 1995 (-31,74%) e 1998 (-6,95%), justamente em períodos em que a economia brasileira apresentava crises e elevava-se a importação de produtos confeccionados, sobretudo asiáticos. A esse respeito, segundo Fresca (2004, p.16-7)

A partir de 1994/95 com início do governo FHC, ocorreu grave crise econômica no setor que perdurou até 1997, período adjetivado localmente como da quebradeira geral. Os impactos foram a redução do número de estabelecimentos para cerca de 270 na última data, pois houve para muitos a retirada do capital de giro para outras atividades e pelo fim da inflação e das aplicações financeiras como forma de manter a atividade; redução das vendas, inclusive pela concorrência com produtos similares (camisas) oriundas dos Tigres Asiáticos; necessidade de incorporar taxas de juros reais aos produtos. Por outro lado, micro e pequenas empresas foram favorecidas pela manutenção do controle da inflação, permitindo a aquisição de máquinas e equipamentos para a produção.

Das 501 empresas da cadeia têxtil-confeccionista de Cianorte em 2008, 84,6% eram confecções de peças do vestuário, 9,8% eram empresas de acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (com destaque para as lavanderias, com pelo menos uma de médio porte) e 2% delas eram confecções de roupas íntimas. Em relação ao porte empresarial, 85,8% delas eram microempresas, 12,6% pequenas empresas e apenas 1,6% eram médias empresas. Das cidades selecionadas, Cianorte é aquela que apresenta menor ocorrência de indústrias dos elos à montante da cadeia, como tecelagens, fabricantes de fios e malharias. No entanto é a que apresenta maior concentração de empresas (49) de acabamentos em tecidos e fios como as lavanderias. Diversas empresas desse segmento prestam serviços às empresas localizadas nas demais cidades, principalmente na lavagem de jeans (MTE-RAIS, 2010).

Os empregos concentravam-se por consequência nos dois segmentos com maior estabelecimentos: 82,6% na confecção de peças do vestuário e 13,7% no acabamento de fios, tecidos e artefatos têxteis. Embora a presença feminina seja maior, respondendo por 63% dos empregos, tanto Cianorte quanto Apucarana apresentam importante participação da mão-de-obra masculina na cadeia, com índices próximos a 40%. Isto se explica, em parte, pela menor diversidade industrial dessas cidades, em relação à Londrina e Maringá, nas quais os empregos sofrem concorrências com outros setores industriais e atividades terciárias muito mais complexas e com salários mais atrativos. Nas empresas que realizam acabamentos de fios e tecidos, os homens correspondem a 78,9% dos empregados. Em relação à faixa etária, 59,5% do pessoal ocupado tinha entre 25 e 49 anos, 34% tinha até 24 anos e 6,5% mais de 50 anos. Quanto à escolaridade, predominavam os empregados com até o ensino médio completo (55,2%), seguidos por aqueles com até o fundamental completo (38,8%), enquanto aqueles com pelo menos ensino superior incompleto representavam 5,7% do total.

Gráfico 27 - Cianorte - Estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções - 1985-2008

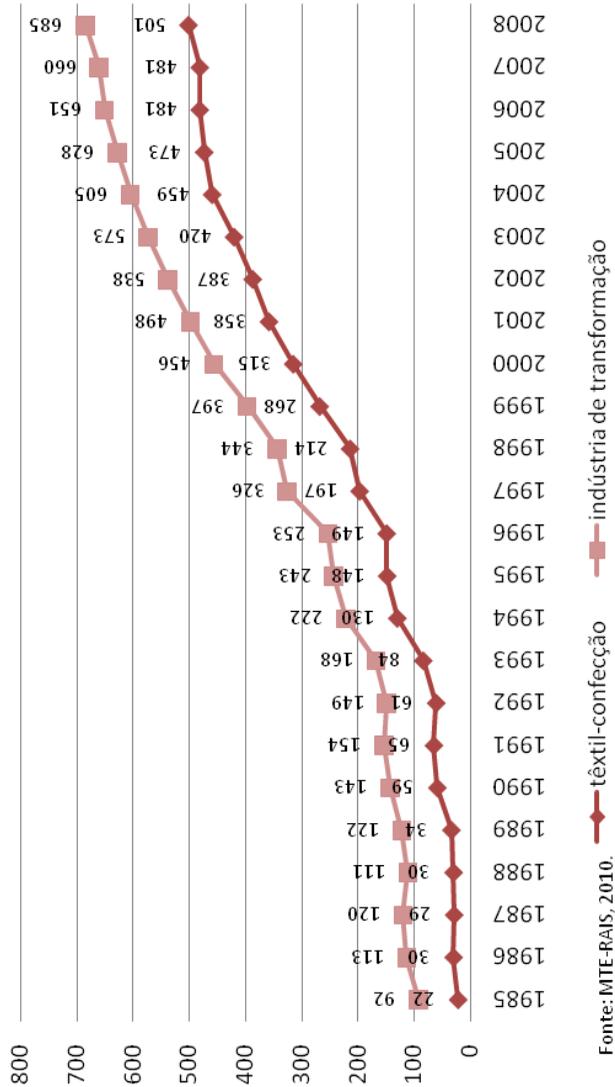
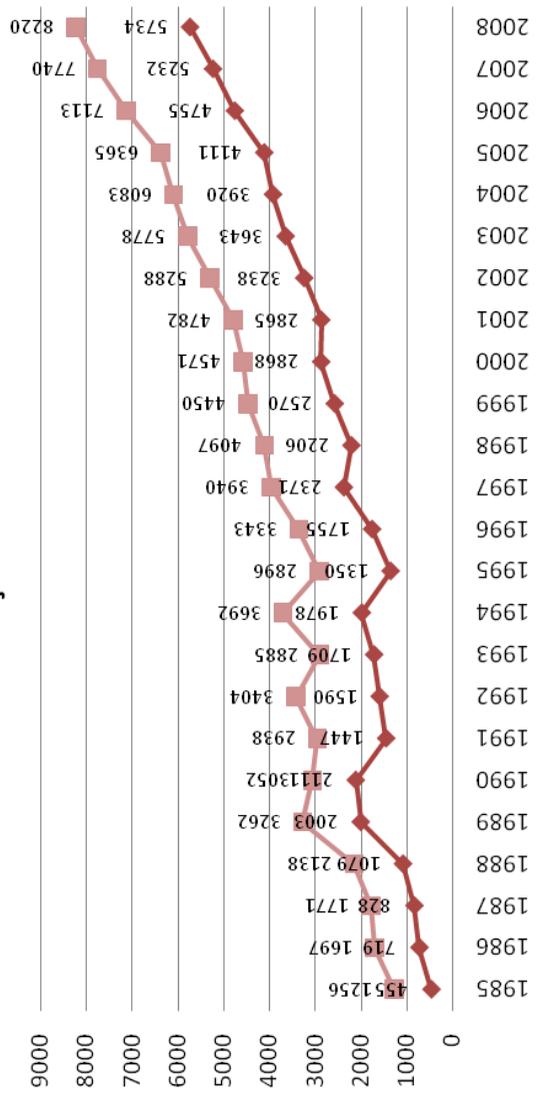


Gráfico 28 - Cianorte - Pessoal Ocupado na indústria têxtil e de confecções - 1985-2008



Fonte: MTE-RAIS, 2010. ◆ têxtil-confecção ■ indústria de transformação

A atividade confeccionista de Cianorte, segundo Fresca (2005) iniciou-se mediante ação de Cheble Mitri Abou Nabhan, filho de libanês mascate no norte do estado que mudou-se para Cianorte em 1955. Cheble trabalhou na loja de confecções e armarinhos da família até 1977, quando fundou uma pequena indústria confeccionista com recursos com recursos da atividade comercial, a Cheina confecções:

Principiando produção com roupas infantis e para a qual havia carência de produção na época, teve como primeiro cliente as Casas Pernambucanas. Mediante sucesso da atividade convidou parentes para iniciarem produção confeccionista e inclusive para realizar parte da mesma já que sua indústria não era capaz de produzir face aos grandes pedidos (FRESCA, 2005, p. 5559).

A que se deve a ampliação do número de empresas de confecções em Cianorte a partir de então? Novamente, de acordo com a autora em tela, o contato próximo, ou a percepção de sucesso do empreendimento pioneiro por parte de outros, promoveu o crescimento de empresas, seja através de pessoas com experiência na comercialização de confecções, trabalhadores de lojas de roupas e tecidos, seja através de antigos funcionários dessas empresas iniciais, ou por pessoas que não tinham conhecimento, mas em função de adversidades ou por acúmulo de dinheiro em outras atividades, passaram a investir, enfrentando algumas dificuldades, resolvidas por uns pela contratação de funcionários qualificados, ou sucumbindo. Assim, como nas outras cidades analisadas a atividade se consolidou no final dos anos 1980, com elevadas taxas de crescimento de estabelecimentos, pessoal ocupado e, conseqüentemente, de geração de rendas ao município.

A empresa fechou ainda na década de 1990, por problemas financeiros. O empresário abriu posteriormente o Shopping Nabhan para revenda atacadista de confecções e posteriormente, desfez-se do negócio. Atualmente, o empresário é proprietário da Lavinorte, criada em 1994, com 50 empregados, e hoje é uma das maiores lavanderias da América Latina, localizada em Cianorte, com 700 empregos diretos e outros 600 indiretos, funciona 24 horas por dia. A empresa lava 350 mil peças por mês, que são enviadas para todo o país. Por suas máquinas passam peças da Forum, Triton, Cavaleira, Calvin Klein, Mandi,

Puramania, entre outras. É proprietário também de uma empresa de confecções PL (de private label) e facções de costura em Cianorte (JEANS, 2007).

Na década de 1990, além do surgimento de centros atacadistas de compras, surgiram outros grupos empresariais ligados à confecção e que assumiram a liderança na produção e faturamento locais.

O grupo Morena Rosa surgiu em 1993, pela iniciativa de Marco Antônio Franzato (que havia sido bóia-fria nas lavouras de café), que juntamente com familiares montou uma confecção de moletons os quais eram vendidos no atacado, já com o nome Morena Rosa. Em 1997 foi criada a marca Zinco para o público masculino e, no ano seguinte, a Maria Valentina, passou a comercializar com representantes comerciais em todo o país. A partir de 1999 passou a implantar unidades produtivas em cidades vizinhas, criou a marca Morena Rosa Beach, abertura de loja multimarcas em Cianorte. Em 2006 criou o Instituto Morena Rosa, em 2008 abriu a loja de Balneário Camboriú. No ano seguinte adquiriu a marca infantil Joy, uma empresa local de confecções e em 2010 lançou sua linha de calçados.. a empresa divulga como missão ser o melhor e mais rentável grupo de moda do Brasil, atuando com postura ética e responsabilidade social (GRUPO MORENA ROSA, 2010, p. 03) e planeja investir 1 bilhão de reais até 2020. Possui fábricas em Cianorte, Paranavaí, Indianópolis, Tapejara, Terra Boa, São Tomé, Jussara, Japurá, São Carlos do Ivaí, Engenheiro Beltrão, Lunardelli, Paraíso do Norte, Altônia e Cruzeiro do Oeste (Norte do Paraná) e em Votorantim (SP), além das lojas-conceito instaladas em Balneário Camboriú e São Paulo, devendo instalar outras unidades em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador até 2012. Produz 230 mil peças ao mês, contando com 1900 funcionários. Conta com mais de 100 empresas terceirizadas prestando serviços em bordados, acabamentos, estamparias e facções. A cada 45 dias são lançadas novas coleções amplamente divulgadas em campanhas publicitárias de alcance nacional e desfiles do circuito nacional de moda (GRUPO MORENA ROSA, 2010).

O Grupo Osmoze fundado em 1998 surgiu de uma fábrica faccionista que prestava serviços para diversas marcas nacionais. Iniciada com 4 pessoas, atualmente a empresa possui 1000 empregados diretos e indiretos e a criação fica a cargo de 9 profissionais. A empresa possui fábrica com 14mil m² e 14 lojas próprias, além de inúmeros pontos de vendas no Paraná, São Paulo e no Nordeste do país. Produz produtos em jeans e outras peças complementares. Possui as marcas

Osmoze, SixOne e Denúncia, investindo em ações de publicidade na televisão veiculadas nacionalmente²³.

A década de 1990 também foi em Cianorte, um período de transformações para o setor, exigindo a adoção de novas estratégias para garantir a sobrevivência:

a) Implantação de lavanderias industriais para os jeans como forma de controlar a qualidade da lavagem/coloração/amaciamento e custos, seguindo diretrizes ambientais; b) abertura de filiais por parte das maiores empresas, para produção nas cidades vizinhas (Tapejara, Terra Boa), mediante benefícios recebidos e pelos mais baixos salários da mão-de-obra; c) construção de *outlet-centers*, isto é, shopping-center de vendas no atacado; d) ampliação das facções para grifes famosas, como Ellus, Forum, Zoomp, etc.; e) introdução da mão-de-obra masculina nas confecções; f) implantação de órgãos como o Sebrae, Senai e recentemente do curso de moda em nível superior (início dos anos 2000); g) ampliação das vendas para pronta-entrega nos *outlet-centers*; h) atuação dos empresários via Associação das Indústrias de Confecção e do Vestuário de Cianorte, na implantação de forte marketing para divulgação da produção e da feira Expovest, incluída no calendário da moda nacional; i) ampliação da produção de grifes próprias por parte dos empresários, algumas inclusive com a implantação de rede de lojas em shopping-centers (Pura Mania, Lucia Figueredo, etc.) no Centro-Sul do país; j) reforço das vendas por representantes de vendas, dentre outros (FRESCA, 2005, p.5571-2).

A origem das matérias-primas utilizadas pelas confecções em Cianorte são, no caso das malhas, Santa Catarina, dos tecidos, em especial jeans, de São Paulo e de Pernambuco, aviamentos por intermédio de atacadistas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Maringá. Fresca (2005, p. 5562) destaca que em Cianorte não houve o desenvolvimento de unidades produtivas locais que atendam parte da

23 De acordo com informações do site da empresa, www.grupoosmoze.com.br, acessado em janeiro de 2011.

demanda de matérias-primas, nem da verticalização em parte, atribuída à forte participação das fábricas, abastecidas pelas próprias contratantes.

Quanto ao mercado consumidor, Cianorte, embora se projeta nacionalmente e também exporte parcela da produção, tem atuação concentrada no Centro-Sul do país para a produção das marcas próprias. Ainda de acordo com Fresca (2005, p. 5564) quanto aos sistemas de comercialização têm-se 50% da produção vendida localmente em *outlet-centers* – shopping-centers por atacado – concentrando lojas de fábricas, enquanto os representantes comerciais são responsáveis pela outra metade das vendas, bem como a realização da Expovest, inclusa no calendário nacional da moda, dinamiza as vendas.

3.5. O CORREDOR DA MODA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A informalidade é um dos aspectos importantes na indústria de confecções. Embora seja difícil mensurar a participação de empreendimentos informais (diversas fontes), ela é significativa neste setor. Isso porque muitas das empresas formais, notadamente aquelas sem vínculos empregatícios, foram formalizadas ou abertas, para obterem acesso a financiamento e aquisição de máquinas e equipamentos. Tais empresas, ou mantêm funcionários sem vínculos empregatícios ou simplesmente atuam como intermediárias, prestando serviço para empresas maiores mediante a contratação de fábricas e trabalhadores domiciliares. Em Apucarana, Londrina, Maringá e Cianorte conhecemos algumas pessoas que prestam serviços de costura, corte e bordado, sem qualquer vínculo empregatício. Algumas fábricas possuem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) mas seus funcionários não são registrados. Alguns funcionários contribuem individualmente para a Previdência Social ou recebem algum benefício do empregador nesse sentido, o que não constitui a maioria dos casos observados.

Dentre as limitações para empreendimentos confeccionistas informais, o governo federal elenca: dificuldades para acesso ao crédito, elevados custos em função da dificuldade de efetuar compras diretamente do fabricante, dificuldade para participar de feiras, deixando de conquistar novos clientes e mercados, impossibilidade de registro de funcionários e sujeição a sanções trabalhistas, inexistência de documentos fiscais, sujeitas a apreensão de mercadorias e maquinários²⁴.

24 Informações disponíveis no site www.aprendendoaexportar.gov.br/confeccoes.

A produção informal' não é nenhum excedente que possa ser reduzido ou eliminado. Ao contrário disto, constitui-se uma das formas de reprodução da própria força de trabalho, dadas pelas condições sociais e econômicas específicas, no seio do modo de produção capitalista. Essa forma de produção de mercadorias pode ser acelerada por fatores conjunturais, mas a sua existência básica é de fundo estrutural. Não se trata apenas de empresas familiares, mas empresas capitalistas que se utilizam de mão-de-obra remunerada, informalmente (BARREIRA, 1996, p. 81)

As cidades em tela buscam desde a década de 1990, - quando em momentos de crises, com demissões e diminuição do número de empregados por empresas, passaram a adotar estratégias de terceirização - alternativas para a formalização desses empreendimentos, com iniciativas levadas a cabo pelas associações industriais, sindicatos e prefeituras municipais. Muitas dessas atividades informais foram criadas pelos próprios desempregados, como estratégia de sobrevivência, aproveitando as experiências e economias acumuladas

Quanto a este assunto Barreira (1996, p. 83) afirma:

No ramo de confecções, não se pode reduzir ou eliminar confecções informais principalmente as que desempenham papéis de fações por uma série de razões, entre as quais, é que essas representam, mais que em outros setores, um importante meio de redução de custos para o setor formal. Também, na produção de vestuário são os fatores externos à empresa que dão o tom: o tempo ou duração da moda é que pode tornar mais ou menos elástico a duração de determinados produtos afetando a quantidade produzida. A alternância de quantidades de roupas a serem produzidas requer essa modalidade de serviços em face de outras dificuldades acrescidas à modernização como, por exemplo, investimentos necessários para ampliar ou fazer alterações de layout da planta industrial para atender a produção em lotes também seriam e são um ônus pesado, levando em conta que seus retornos podem acontecer num prazo acima do suportado pelo ramo em termos gerais. Por si só, apenas estes fatores considerados, as confecções formais' e

informais' são fundamentalmente mais articuladas e complementares entre si do que verdadeiramente competidoras, mesmo deixando de lado o fato de que cada uma atua numa fatia específica de mercado, não apenas em tese, mas concretamente, pela importância da facção (divisão de tarefas) no ramo de confecções.

O fato é que não apenas pela informalidade a terceirização das atividades e de parcela da produção tornou-se fator importante nas indústrias confeccionistas das cidades analisadas. O chamado *private label*, ou subcontratação, ou ainda facção industrial tornou-se uma modalidade importante para o parque industrial local. Há empresas que não fabricam produtos para comercialização, trabalham por contratos com grandes redes e marcas. A prestação de serviços é muito comum, como etapas de serigrafia e bordado, ou simplesmente na montagem de partes da peça de vestuário. Ocorre também, quando em fases de sobrecarga de pedidos ou de incidentes técnicos, de empresas buscarem outras empresas para realizar a produção por certo período.

Quanto à qualificação profissional, todas as cidades analisadas possuem instituições de ensino que ofertam cursos para este setor produtivo. Muitos dos cursos tiveram a participação direta dos empresários e entidades representativas no seu processo de criação. Apucarana possui os cursos de tecnologia em design de moda, engenharia têxtil e técnico em vestuário (nível médio) ofertados pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, implantada em 2007 na cidade, resultante da federalização do Centro Moda, escola técnica financiada pelo governo federal e construída em 2005, atendendo solicitação do empresariado e poder público local. Conta ainda com cursos de capacitação oferecidos por entidades civis e pelo Centro de Oficinas da prefeitura municipal. Londrina possui o curso de design de moda (inicialmente estilismo e moda) ofertado desde 1997 pela Universidade Estadual de Londrina, também atendendo reivindicações empresariais, além de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que oferta cursos técnicos e de qualificação em confecções. Maringá possui cursos de design de moda e estilismo na Universidade estadual de Maringá e no Centro Universitário de Maringá, além de escola técnica do Senai. Por sua vez, Cianorte oferece os cursos de estilismo e moda na Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Paranaense, além de ensino técnico ofertado pelo Senai.

Em todas as cidades, os empresários realizam a capacitação de funcionários inexperientes no interior das fábricas, já que de acordo com os próprios empresários não encontram profissionais qualificados. Algumas empresas inclusive oferecem cursos de capacitação no contraturno e incentivos à qualificação. No entanto está é uma exceção. Os empresários, via de regra, relutam em liberar parte da jornada de seus funcionários para realização de treinamentos ou não oferecem incentivos e gratificações para incentivá-los a se qualificarem. Devido aos baixos salários ofertados e indefinição de funções, profissionais de criação e desenho acabam trocando empregos por outros com melhores rendimentos, ainda que fora da área de formação. Em função de estigmas de empresas mal-pagadoras e de baixos salários, empresários tem tido dificuldade para contratar profissionais específicos como engenheiros de produção e até mesmo costureiras e auxiliares de produção. Apucarana destaca-se com maior salário regional. Em nossas atividades junto à UTFPR de Apucarana constatamos certa impaciência por parte de muitos empresários que gostariam de ter mão-de-obra preparada mais rapidamente (ensino técnico e superior). Percebe-se também que algumas empresas não atribuem funções específicas para o profissional ingressante que acaba sendo sobrecarregado ou mal aproveitado. No entanto, há casos em que empresas que nunca haviam se preocupado com ações de criação e modelagem, após aceitarem estagiários, passaram a estruturar um setor específico para isso, efetivando os mesmos e produzindo marca própria.

O poder público municipal revelou-se atuante no desenvolvimento do setor. Todas as cidades dispõem de mecanismos institucionais para concessão de benefícios para a instalação de novas empresas, ampliação de empresas já existentes, bem como adoção de medidas para buscar a formalização de empreendimentos e capacitação de pessoal. Instituições de classe revelaram-se bem atuantes e atuam em cooperação com poder público em diferentes níveis. As Instituições de Ensino Superior já desenvolvem projetos em parceria, umas com as outras, o que contribuiu para a produção de conhecimento, geração de inovações em benefício de toda a industria confeccionista do norte do Paraná. No entanto acreditamos que ainda há grande resistência de empresários em relação à interações com as universidades, seja pela quantidade ainda reduzida de projetos desenvolvidos ou pela contratação de atividades de apoio como análises de amostras e laboratoriais, seja mediante inserção de estagiários e profissionais egressos e até mesmo a presença de pesquisadores nas empresas.

Camara, Souza e Oliveira (2006, p. 650-1), classificam os arranjos produtivos locais de confecções, de acordo com o grau de cooperação encontrados, estrutura produtiva, governança e mecanismos de aprendizagem e interação, capacitação empresarial e formação de mão-de-obra, exportação e inovação e complementaridade da cadeia. Assim, classificou-se Apucarana como um arranjo organizado, com alta especialização, com estrutura produtiva em expansão, onde estão presentes todos os elos da cadeia têxtil, conhecimento tácito disseminado e aprendizagem interativa, inovação em produto de maneira incremental e mediante imitação governança organizada e atuante, com empresas e instituições cooperando entre si, constituindo-se em Núcleo de Desenvolvimento Setorial Regional

Cianorte, por sua vez, foi classificado como arranjo organizado, com alta especialização, em expansão, com inovação em produtos, incremental e por imitação, cuja principal estratégia reside na comercialização, forte concentração em confecções, conhecimento tácito disseminado, em que houve resistência à formalização do APL, com instituições fortes e que promovem cooperação através de associações de fabricantes e de atacadistas, constituindo-se em Vetor de Desenvolvimento Local

Maringá classifica-se como um arranjo organizado com baixa especialização, estável, com inovação em produtos incremental e por imitação, com estratégias de marcas próprias e condomínios, exceto a tecelagem, possui todos os elos da cadeia, conhecimento tácito pouco disseminado, instituições representativas fortes, esforços para estabelecimento de parcerias, presença de shoppings atacadistas, caracterizando-se como Vetor Avançado.

Londrina, por sua vez, classifica-se como arranjo informal, com baixa especialização, consolidado, inovação em produto incremental e por imitação, com estratégia principal criação e tendências (moda), excetuando-se a tecelagem, conta com todos os elos da cadeia, conhecimento tácito pouco disseminado, governança frágil, cooperação apenas para feiras e eventos com elos incipientes e gestão inexistente, caracterizando-se como Arranjo Embrionário.

As exportações, em todas as cidades analisadas ainda ocorrem com pouca frequência e restritas a poucas empresas. No entanto, em todas as cidades estão sendo tomadas medidas visando ampliar a participação no mercado externo, com realização de missões, criação de grupos de exportação entre outras ações. Quanto aos efeitos da concorrência externa, embora haja percepção diferenciada, há, de acordo

com as reportagens lidas e conversas realizadas, preocupação constante. Os sindicatos patronais das quatro cidades participam dos grupos setoriais da Federação das Indústrias do estado do Paraná (FIEP), e outros fóruns, como a Associação Brasileira das Indústrias Têxteis e de Confecções (ABIT), onde são reivindicadas ações de proteção e salvaguardas ao mercado interno de confecções.

As estratégias adotadas pelo setor são semelhantes: diversificação produtiva, especialização, com produção em nichos específicos de mercado, terceirização de produção, criação de marcas próprias, investimentos em diferentes canais de distribuição, implantação de centros atacadistas, embora em Apucarana a experiência de empresários locais não tenha logrado êxito, bem como em Londrina, esta atividade é de menor importância em relação à Cianorte e Maringá, beneficiadas pela localização em rotas de compras internacionais (Paraguai).

A adoção de medidas conjuntas, entre as cidades analisadas em relação à gestão ambiental permitiria, por exemplo, diminuição de custos de coleta, armazenagem, destinação e tratamento adequado de resíduos, principalmente aqueles oriundos de atividades de serigrafia, tinturaria e lavanderia. Ainda seria possível haver integração em termos de logística, capacitação de profissionais, aquisição de matéria-prima e equipamentos, exportação, etc.

Além destas questões, o setor confeccionista do corredor passou por momentos de crises ligadas à conjuntura nacional e internacional. Trata-se de um setor que sofre cotidianamente com a conjuntura econômica. Se o poder aquisitivo cai, se a carne fica mais cara, a roupa é um dos primeiros itens que as famílias deixam de comprar, ao menos momentaneamente. Dadas as características de lançamentos de novas coleções a cada quatro meses, com vida útil do produto reduzida, tais alterações comprometem resultados. Na década de 1990, diversas medidas macroeconômicas impactaram o setor profundamente, como a abertura comercial, valorização do real, elevação de tributos, baixos salários, etc. Nos anos 2000 a preocupação com as importações tornou-se freqüente, principalmente em relação aos confeccionados chineses e a valorização do real, que torna os preços dos produtos importados mais atraentes. Visando redução de custos muitas empresas locais optaram por terceirizar a produção, transferir unidades produtivas para outras localidades, mediante isenção fiscal e outros benefícios. Ao mesmo tempo, a elevação salarial e ampliação do mercado consumidor nacional nos últimos anos, contribuiu para que o

setor se desenvolvesse, seja mediante estabelecimento de novos nichos mercados, como compras governamentais, ou segmentos especializados, estabelecimento de marcas próprias, abertura de novos canais de distribuição, etc.

4 – ARREMATANDO A PEÇA

O Norte do Paraná resultou de um processo de ocupação com diferenças internas, marcadas também pelas características físicas e foi totalmente integrado ao estado na década de 1960, com a ocupação das terras do arenito Caiuá. Até a década de 1970 a dinâmica econômica esteve ligada à cafeicultura enquanto atividade de sua inserção na divisão internacional do trabalho e pela produção de gêneros alimentícios e matérias-primas destinadas ao mercado interno. Desde então passou por profundas transformações agropecuárias, com concentração fundiária, mecanização das lavouras, introdução das culturas temporárias de larga escala como soja, trigo e milho, além da agropecuária e produção de algodão e outras fibras naturais. Neste período a região experimentou transformações populacionais significativas, cessou-se o fluxo migratório intenso até a década de 1960, e a região passou a perder população, urbanizou-se e, enquanto parcela das então pequenas cidades foram esvaziadas, houve contínuo aumento populacional nas cidades dispostas ao longo das principais vias de transporte rodoviário, sobretudo no eixo Londrina-Maringá-Cianorte-Umuarama. Foi alvo a partir da década de 1970 de intenso processo de industrialização, ligado à atividade agropecuária, mas também em diversos setores tradicionais, mediante iniciativas locais, dentre as quais se destacam as atividades de metalurgia, confecções, mobiliário entre outras. Essa industrialização ocorreu num contexto de crise nacional e internacional (coincidência da fase recessiva do 4º ciclo de Kodratieff, pós-1973 e fases recessivas dos ciclos juglarianos brasileiros, sobre tudo na década de 1980, a década perdida). Em 2008, a indústria paranaense respondia por 8,3% dos empregos e 9% dos estabelecimentos industriais brasileiros. Produção concentrada sobretudo na indústria automobilística, alimentícia, de material de transporte, madeira e mobiliário, têxtil-confeccionista, química e celulose e papel.

Quanto à indústria têxtil-confeccionista, o Brasil é sexto maior produtor mundial, embora sua participação no comércio internacional seja da ordem de 2,5%. A grande força dessa indústria é o seu mercado interno. A indústria dessa cadeia concentra-se no Centro-Sul e em alguns estados do Nordeste. O Paraná representa 8,9% dos empregos e 8,8% dos estabelecimentos da indústria têxtil-confeccionista nacional. Tal produção concentra-se em municípios como Apucarana, Londrina, Maringá, Cianorte, Curitiba e na Mesorregião Sudoeste do estado. No norte do Paraná tal atividade desenvolveu-se a partir da década de 1970,

da iniciativa de agentes locais, investindo suas economias ou abrindo negócios a partir de certo conhecimento ou mediante experiências exitosas de vizinhos e parentes. Surgiram no contexto das alterações pelas quais o norte do Paraná passava. Experimentaram crescimento principalmente a partir de 1985, com intensa natalidade até meados da década de 1990. Predominam as micro e pequenas empresas.

O jeans e o boné são os principais produtos do denominado Corredor da Moda adjetivação atribuída a um conjunto de cidades dispostas ao longo de 180 km junto às principais rodovias dessa região, capitaneadas por Londrina, Apucarana, Maringá e Cianorte.

Londrina, segunda maior cidade do estado caracteriza-se como centro diversificado, no qual destacam-se a indústria alimentícia e de confecções. A indústria confeccionista representa 26,7% dos empregos industriais e 22,18% dos estabelecimentos. Foi a primeira cidade onde se desenvolveu a atividade regional. Destacam-se a fiação e a produção de jeans, camisaria e confecção de roupas íntimas.

Apucarana caracteriza-se como centro monoindustrial onde o setor têxtil-confeccionista representa 68% e a alimentícia 9%, é adjetivada de capital nacional do Boné desde a década de 1990, quando o boné passou a destacar-se na economia daquele município. Responde por 70% da produção nacional. Produz ainda jeans, camisetas, brindes, uniformes profissionais e equipamentos de proteção individual.

Maringá destaca-se na produção de jeans e roupas íntimas. em que a produção confeccionista representa 27,42% dos empregos e 33,58% dos estabelecimentos. Apresenta grande número de shoppings atacadistas atraindo compradores de diversas cidades do Centro Sul. Caracteriza-se como centro bipolar em que a indústria têxtil-confeccionista e a alimentícia concentram 61,3% da força de trabalho industrial.

Cianorte, a Capital do vestuário, apresenta sua economia fortemente atrelada à atividade confeccionista. É um centro monoindustrial em que a indústria têxtil-confeccionista representa aproximadamente 70% dos empregos industriais. Destacam-se a confecção de moda feminina, moda infantil e jeans, além da forte concentração de empresas de acabamentos em fios e tecido, com destaque para as lavadeiras que prestam serviços para fabricante de jeans de outras cidades. Apresenta forte setor atacadista localizado em uma rua dedicada a essa atividade no acesso principal à cidade.

Em comum, tais cidades possuem mesma gênese, foram cidades implantadas pela Companhia de terras Norte do Paraná, onde se

disseminou a pequena produção mercantil. Dispostas ao longo do sistema principal de transportes. Enfrentam desafios quanto à qualificação profissional, sofrem impactos da concorrência estrangeira, principalmente chinesa, ainda que com menor grau em dadas produções. Investem maciçamente em ações para caracterizar suas produções como produtos de moda. Cada cidade possui ao menos uma IES que forma profissionais de moda, engenharia e áreas correlatas, para atuar nessas empresas permitindo gerar inovações em processos quanto em produtos. São competitivas e inserem-se em redes internacionais de comercialização de moda, sediam importantes eventos setoriais e respondiam, em 2003 pela produção de 130 milhões de peças.

As cidades encontram-se organizadas como Arranjos Produtivos Locais, estruturas de governança que promovem a interação entre os agentes. cada APL possui graus diferenciados de integração organização e esforço coletivo. A literatura destaca os pólos de Cianorte e Apucarana como exemplo de organização e governança. O poder público local de maneira geral é bem atuante nos sentido de desenvolver ações para o setor. Acreditamos que haja necessidade de maior integração entre as empresas dessas cidades. O corredor da moda é muito mais reflexo de uma integração entre empresas de Cianorte e Maringá do que entre as demais. Tanto Apucarana quanto Londrina precisam integrar-se mais.

Deve-se ressaltar que, embora sejam desenvolvidas ações governamentais que favoreçam o setor têxtil-confeccionista, o setor carece de uma política industrial nacional, que seja voltada especificamente para os setores industriais tradicionais. Deve ser uma política com viés modernizante e que possibilite à indústria confeccionista nacional desenvolver e incorporar inovações.

A atividade empresarial mostrou-se dinâmica neste setor, desenvolvendo-se a partir de pequenos investimentos como alternativas de sobrevivência, em contextos de crises nacionais, tornaram-se a base de grandes empreendimentos, com destaque nacional. Pioneiros foram líderes por certo período, principalmente até meados da década de 1990. A conjuntura econômica, ao mesmo tempo em que provocou a diminuição de tamanho dos empreendimentos, possibilitou a ascensão de novos grupos locais, que dentre outras coisas apostaram em profissionalização empresarial, qualificação de pessoal e investiram em nichos de mercados, inovaram, desenvolveram suas próprias marcas, inseriram-se em estruturas altamente competitivas. Ainda que com diferentes intensidades, os agentes locais mantêm e vêm ampliando

mecanismos de cooperação que permitirão enfrentarem desafios comuns. Acreditamos que tais ações devam ser intensificadas e ampliadas, assumindo dimensão regional, garantindo perspectivas crescentemente favoráveis, como ampliação de mercado, diferenciação de produção, qualificação profissional crescente, com melhoria geral de salários, e conseqüente desenvolvimento regional. Afinal, longe de sermos triunfalistas, acreditamos que tais agentes já demonstraram capacidade para tal!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S.; RIBEIRO, M. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: *Atlas Nacional do Brasil*. Cadernos de Geociências (especial), Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 69-81.

ANDRADE, M. C. *Paisagens e problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ARAÚJO JR., A. M. *A indústria de bens de capital no Estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais*. 2003. 257 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ASALIN, G. A. *Os shoppings centers atacadistas de Maringá: a lógica de uma centralidade criada pela indústria e comércio de confecções*. Maringá, 2008, 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. V.1.

BARREIRA, J. *Os caminhos da indústria de confecções no país: Londrina (Paraná)*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BERNARDES, L. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. In: FRESCA, T.M; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 137-211.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. In: FRESCA, T.M; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 77-118.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

bBRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In. FRESCA, T.M.; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 141-200.

BRAGUETO, C. R. *O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial*. 2008, 266f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – 2010*. Brasília, 1985-2008, disponível em <http://www.caged.gov.br>, acessado em 2010.

BREITBACH, Áurea C. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. In: *Perspectiva Econômica on-line*, 1(2): 1-30, Jul/Dez 2005.

CÂMARA, M. R. G.; SOUZA, L. G. A.; OLIVEIRA, M. A. O corredor da moda do norte-noroeste do Paraná à luz dos arranjos produtivos locais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 110, p. 33-68, jan/jun. 2006.

CAMBIAGHI, S.M. O povoamento do norte do Paraná. In. FRESCA, T.M.; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 71-86.

CARREIRA, S. S. *Análise dos fatores de sucesso das empresas no ramo de confecções na região noroeste do Paraná – “corredor da moda” período 1990 a 2000*. Florianópolis, 2001. 191f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

CARVALHO, M. M.; SERRA, N. *Pfones de inovação: a cadeia têxtil paulista*. Disponível em <<http://www.ipt.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

CASTRO, V. *Puramania conquista o mercado brasileiro*, 16/09/2010, disponível em

<http://www.guiajeanswear.com.br/entrevistas/21/entrevista-chebli-nabhan-filho.aspx>.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização do espaço*. São Paulo: Ática, 1986

COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. Panorama da cadeia têxtil e de confecções e a questão da inovação. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

EMBRAPA Algodão (PB)

<http://www.cnpa.embrapa.br/aunidade/historico.html>, acessado em janeiro de 2011.

FRESCA, T. M. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. In: FRESCA, T.M; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 201-250.

FRESCA, T. M. *A rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004a.

FRESCA, T. M. A rede urbana norte paranaense: de um padrão tipo christaleriano à uma condição de diversidade e complexidade. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R.; ARCHELA, R. S. *Dimensões do Espaço Paranaense*. Geografia em Movimento 2. Londrina: Eduel, 2002

FRESCA, T. M. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Usp, 2005. p.5554-5574.

FRESCA, T. M. Aprendendo sobre região: o difícil começo. In CARVALHO, Márcia Siqueira (org.) *Geografia, meio ambiente e desenvolvimento*. Londrina: a Autora, 2003. p.35-57.

FRESCA, T. M. *Industrialização no Norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento*. Londrina, 2004b. mimeo.

FRESCA, T. M. *Transformações da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros*. 2000, 432fl.. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2000.

FUJIWARA desativa parte da sua produção em Apucarana. Disponível em <http://tnonline.com.br/noticias/regiao/32,68955,24,01,fujiwara-desativa-parte-da-sua-producao-em-apucarana.shtml>, acessado em janeiro de 2011.

GOMES, M. de L. B. *Um Modelo de Nivelamento da Produção à Demanda para a Indústria de Confecções do Vestuário Segundo os Novos Paradigmas da Melhoria de Fluxos de Processos* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2002.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectiva. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

GRUPO MORENA ROSA. *Perfil do Grupo Morena Rosa*, novembro de 2010, disponível em <http://www.morenarosa.com.br>, acessado em janeiro de 2011.

HADDAD, P. R. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. 694p

HAGUENAUER, L.; BAHIA, L.D.; CASTRO, P.F. de; RIBEIRO, M.B. *Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90*. Texto para discussão nº 786, IPEA, abril, 2001.

IEMI – Instituto de estudos e Marketing Industrial. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, v. 8, n. 8, ago. 2008.

IPARDES, *A estrutura da economia paranaense segundo o enfoque de complexos industriais*. Curitiba: IparDES, 1987. 62p.

IPARDES, Base de Dados do Estado do Paraná, 2011. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php> Acesso em 18 janeiro 2011.

IPARDES. *Séries retrospectivas do Paraná*: atlas histórico da indústria 1940-80. Curitiba: IparDES, 1993.

IPARDES. *Análise conjuntural*, v. 32, n 1-2, jan/fev 2010, disponível em www.ipardes.gov.br, acessado em julho de 2010.

IPARDES. *Cadernos municipais*: Curitiba, 2011, disponível em <http://www.ipardes.gov.br>, acessado em janeiro de 2011.

IPARDES. *Competitividade da indústria paranaense*: uma análise setorial. Curitiba: IparDES, 1994. 64p.

IPARDES. *Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná – 1985-2000*. Curitiba, 2002.

IPARDES. *Censo industrial do arranjo produtivo local de bonés de Apucarana no Estado do Paraná*. Curitiba: IparDES; ACIA, 2006.

JEANS de grife é lavado na Lavinorte. *Valor Econômico*, 20 de agosto de 2007. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=398011>, acessado em novembro de 2009.

MAACK, R. *Geografia Física do estado do Paraná*. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MAMIGONIAN, A. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *Geosul*. Florianópolis: UFSC, 1987, nº 3, p.63-71.

MAMIGONIAN, A. A industrialização da América Latina: o caso brasileiro. *Orientação*. São Paulo: USP, 1990, nº 8, p.79-83.

MAMIGONIAN, A. A industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa universitária, nº 2, maio de 2000.

MANEQUIM. O triunfo do prêt-à-porter. *Revista Manequim*. São Paulo: Ed. Abril, ed. 594, p.24-5, fevereiro de 2009.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Arranjos Produtivos Locais - APLs. Disponível

em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>> Acesso em 05 de jan de 2011

MEZACASA, A.; JACOB, I.; OLIVEIRA, L.; JERÔNIMO, T. *Relações públicas e comunicação interna na Sonhart Confeccões*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Estudo de Caso) 22fl. Universidade Estadual de Londrina, 2004, disponível em <http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/industriacomercio01/0051.pdf>, acessado em fev. 2011.

MONBEIG, P. A zona pioneira Norte-Paraná. In. FRESCA, T.M.; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 01-18.

MONTEIRO FILHA, D. C.; CORRÊA, A. O complexo têxtil. *BNDES 50 anos: histórias setoriais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 241-276.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NOTÍCIAS DO BONÉ. Capital do boné: esse título é de Apucarana, ano 6, n 13, 2 semestre de 2010.

NOTÍCIAS DO BONÉ. Empresários do boné visitam a China, ano 5, n 12, dezembro de 2008.

OLIVEIRA, B. Contribuição para a divisão regional do estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.12, n.1, 1950.

OLIVEIRA, M. A.; CÂMARA, M. R. G.; BAPTISTA, J. R. V. O setor têxtil-confeccões do Paraná e seus segmentos regionais especializados: 2000-2004. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 83-115, jan/jun. 2007.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANAENSES DEIXAM CHINESES PARA TRÁS. *Valor Econômico*: 28/07/2010, disponível em

[HTTP://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/124993/paranaense-s-deixam-chineses-para-tras](http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/124993/paranaense-s-deixam-chineses-para-tras), acessado em dezembro de 2010.

PEREIRA, R.; VIEIRA, G. Latifúndio pastoril e pequena produção mercantil: o caso do Brasil subtropical. *Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social*. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências UFSC, abril de 2009, p. 159-194.

PROCHNICK, V. Estudo da competitividade por cadeias integradas: cadeia têxtil/confeções. *Nota Técnica Final*, Campinas, 2003.

RANGEL, I. M. A história da dualidade brasileira. (1981) In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (orgs.) *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: editora 34, 1998. p. 139-170.

RANGEL, I. M. *Obras reunidas*. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

RANGEL, I. M. *Obras reunidas*. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

RECH, S. R. *Cadeia Produtiva da Moda: um modelo conceitual de análise da competitividade no elo confecção*. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

RECH, S. R. Estrutura da cadeia produtiva da moda. *Modapalavra e-* periódico. Florianópolis: UDESC, Ano 1, n.1, jan-jul 2008, pp. 7-20.

ROBIC, A. R. O desenvolvimento da moda brasileira. *Revista Sintética*, Osasco, 03 mai. 2007, disponível em <http://www.overmundo.com.br>, acessado em janeiro de 2011.

ROMARIZ, D. A. Mapa da vegetação original do estado do Paraná. In: FRESCA, T.M; CARVALHO, M. S.(org.). *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 119-136.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 54, p.81-99, jun. 1977.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEBRAE-PR. *O que são Arranjos Produtivos Locais (APLs)?*.

Disponível em

http://www.sebraepr.com.br/portal/page/portal/PORTAL_INTERNET/PRINCIPAL2009/BUSCA_TEXTO2009?codigo=900, acessado em janeiro de 2011.

SILVA, M. A. O processo de industrialização no Sul do Brasil. *Cadernos geográficos*. Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, nº 15, maio de 2006.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.

VEIGA, L.A. *Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina.

VERDU, F.C. *Redes de relacionamentos interorganizacionias, recursos e internacionalização: um estudo na cidade de Maringá (PR)*. Curitiba, 2010, 180fl. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VIETRO, A. F. *O processo de industrialização de Apucarana: a capital nacional do boné*. 2006. 93p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A.P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n.7, p. 1-52, 1969.